

BRASIL
GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS



INES – Relatório de Gestão do Exercício de 2021



RIO DE JANEIRO, 2022

BRASIL
GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

INES – Relatório de Gestão do Exercício de 2021

Documento apresentado à sociedade brasileira e ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas a que este Instituto está submetido à luz das disposições do artigo 70 da Constituição Federal e elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa nº 84/2020 e da Decisão Normativa TCU nº 187/2020 e na Portaria TCU nº 378/2019.

RIO DE JANEIRO, 2022

Lista de siglas e abreviações

CAP – Colégio de Aplicação

CAS – Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento Às Pessoas com Surdez

CGU – Controladoria Geral da União

DDHCT – Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico

DEBASI – Departamento de Educação Básica

DEPA – Departamento de Planejamento e Administração

DESU – Departamento de Ensino Superior

DIAU – Divisão de Audiologia

DIEPRO – Divisão de Qualificação e Encaminhamento Profissional

DINFO – Divisão de Informática

DN – Decisão Normativa

D.O.U. – Diário Oficial da União

GDI – Gestão do Desenvolvimento Institucional

GRPU – Gerência Regional de Patrimônio da União

IN – Instrução Normativa

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos

ME – Ministério da Economia

MEC – Ministério da Educação

Port. Portaria

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PPP – Projeto Político Pedagógico

RG – Relatório de Gestão

SEF – Serviço de Ensino Fundamental

SEME – Serviço de Ensino Médio

SEPAT – Serviço de Patrimônio

TCU – Tribunal de Contas da União

UPC – Unidade Prestadora de Contas

Sumário

<i>Mensagem do Diretor Geral</i>	2
1 <i>Visão geral organizacional e ambiente externo</i>	6
Quem somos: identificação da unidade prestadora de contas	7
Estrutura organizacional	8
Estrutura de governança	9
Alta administração INES	10
Cadeia de valor	11
Modelo de negócios	12
Políticas e programas de governo	17
Ambiente externo	26
• Relacionamento e comunicação com a sociedade e partes interessadas	29
2 <i>Governança, estratégia e alocação de recursos</i>	36
Estratégia e alocação de recursos	37
• Mapa integrado da visão, estratégia e ações	38
Apoio da estrutura de governança à capacidade da UPC de gerar valor	39
3 <i>Riscos, oportunidades e perspectivas</i>	44
Gestão de riscos e controles internos	45
• Riscos	45
• Oportunidades e perspectivas	61
4 <i>Resultados e desempenho da gestão</i>	62
5 <i>Informações orçamentárias, financeiras e contábeis</i>	123

Mensagem do Diretor Geral

Seja bem-vinda(o) ao Relatório de Gestão do Exercício de 2021 do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Em primeiro lugar, quero expressar nossa solidariedade a todas as pessoas que tiveram suas vidas impactadas pela pandemia. Nossos sentimentos a familiares e amigos de pessoas que se foram. E nosso respeito a profissionais da saúde, pesquisa e a todas as pessoas seriamente empenhadas na superação desse quadro.

Pelo terceiro ano, apresento as ações da Instituição dentro da abordagem do *relato integrado*, que visa impulsionar a integração entre a estratégia, a governança, a comunicação e a prestação de contas na perspectiva de favorecer a efetiva criação de *valor público*.

Isso quer dizer que as responsabilidades do INES com as políticas públicas destinadas a atender demandas e promover transformações relacionadas aos direitos humanos e à cidadania das pessoas surdas no Brasil (o *valor público* que buscamos criar) vêm sendo debatidas com participação e transparência (*comunicação*), definidas e planejadas (*estratégia*), acompanhadas e avaliadas de maneira colaborativa (*governança*), possibilitando um texto mais conciso – o *relatório integrado*. Este Relatório, que subscrevo como responsável por sua integridade, reconhecendo ter sido pensado e elaborado coletivamente – pelo qual trazemos à apreciação da sociedade e dos órgãos de controle os caminhos pelos quais buscamos alcançar os objetivos propostos (*prestação de contas*).

O INES surgiu nos tempos da Monarquia, no século 19. Foi criado como primeira escola para surdos do país pelo Imperador Pedro II, no ano de 1857, acompanhando as tendências internacionais de então, notadamente da Europa. Seu primeiro Diretor Geral, inclusive, foi um Professor Surdo vindo da França, Eduard Huet (1822-1882).

Em pleno século 21, passados mais de 160 anos de sua criação, o INES é o centro de referência nacional na área da surdez, balizado no objetivo da República de promover o bem de todos sem discriminação. Por isso, é com orgulho que me dirijo a você(s) na qualidade de segundo Professor / Diretor Geral Surdo na história do INES, para afirmar nossos compromissos com as diretrizes internacionais de promoção dos direitos humanos e linguísticos das pessoas surdas, definidos na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009) e com a adoção das medidas de promoção da boa governança pública (Decreto 9.203/2017), que se encontra em fase inicial, como trataremos a seguir.



Paulo André Martins de Bulhões,
Diretor Geral do INES

Nossas ações estão delineadas em nosso Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022.

Ao lado, trazemos uma representação de nossa Missão e de nossa Visão de Futuro, ali definidas.

Na base de tudo, na raiz de nossa árvore, está o nosso compromisso com uma **Gestão Pública** democrática, transparente, por competências, orientada para resultados relevantes para a sociedade e, em especial, para as pessoas surdas e sua identidade linguística e cultural, valores que devem perpassar todas as ações finalísticas que são os frutos maiores do nosso trabalho, aqueles pelos quais o INES é capaz de transformar vidas e relações sociais: o **Ensino**, a **Pesquisa** e a **Extensão**. Como centro de referência nacional na área da surdez, tudo que fazemos deve servir ao Brasil: subsidiando o desenho de leis e de políticas públicas.

A seguir, apresentamos o **INES em Números**. Números que representam alunas e alunos surdos estudando; profissionais surdos e ouvintes ensinando, sendo formados ou qualificados, fazendo pesquisa e extensão; bebês, crianças, jovens, adultos e idosos sendo atendidos e passando a ter acesso aos direitos de cidadania; a língua de sinais e a identidade cultural de pessoas e comunidades surdas se afirmando como parte da rica diversidade do povo brasileiro!





Educação Básica / Trabalho

- 405 alunos surdos atendidos remotamente, da Educação Infantil ao Ensino Médio;
- 98% dos docentes em regime de dedicação exclusiva;
- 23 empresas disponibilizaram vagas de emprego; 572 candidatos surdos inscritos; 109 pessoas surdas contratadas;
- 80% dos alunos retiraram materiais para estudo em casa e kits alimentação com apoio do FNDE, durante a pandemia.



Ensino Superior

- 267 alunos ativos na Graduação em Pedagogia presencial;
- 779 alunos do INES e de todas as regiões do Brasil, ativos na Graduação em Pedagogia a distância;
- 111 alunos ativos em 3 cursos de Especialização;
- 37 alunos ativos no Mestrado Profissional Interdisciplinar em Educação Bilíngue;
- 45 concluintes de graduação e pós.



Pesquisa

- 14 novos protocolos de investigação;
- 41 pesquisas em desenvolvimento;
- 12 projetos do Brasil e do exterior avaliados por nosso Comitê de Ética em Pesquisa, que, além disso, ofertou cursos para alunos e docentes;
- 21 grupos de pesquisa em atividade, com cadastro no CNPq;
- 17 alunos bolsistas de Iniciação Científica.



Extensão

- 1.583 itens – publicações impressas, CDs, DVDs – distribuídos pelo Brasil, atendendo 19 instituições: Escolas Municipais, Estaduais e Secretarias Estaduais e Municipais; universidades, bibliotecas, CAS (Centros de Atendimento a Pessoa com Surdez), ONGs, Instituições religiosas e Institutos Federais;
- 7 eventos online, com 2.108 participantes certificados: 3 fóruns bilíngues; 3 encontros com especialistas surdos e 1 Congresso Internacional;
- Conferências e palestras desses eventos disponibilizadas na plataforma YouTube, com 19.926 visualizações;
- Arrecadados alimentos não-perecíveis para apoiar colaboradores do INES durante a pandemia;
- 746 matrículas ativas em nosso Curso de Libras, que, além da oferta online no primeiro semestre, agregou interatividade no segundo semestre;
- 4.227 profissionais da educação de todo o Brasil capacitados em eventos formativos do Programa Nacional de Capacitação em Educação Bilíngue de Surdos (PRONAEBS).
- Foram realizados 539 atendimentos gratuitos em Saúde Auditiva, para a comunidade externa e interna, abrangendo: teste da orelhinha em bebês e avaliação de crianças, jovens e adultos para acesso a direitos de cidadania: escola; gratuidade no transporte; trabalho; benefícios sociais; aposentadoria;
- A Biblioteca do Instituto realizou atendimento online e trabalhou na atualização do regulamento e nas diretrizes de reabertura, além de alimentar o catálogo virtual de e-books na plataforma Library Thing;
- O Estúdio José Flausino da Gama produziu 27 vídeos;

Em um contexto de rápidas mudanças e intensos debates sobre a condução dos destinos da Humanidade – neste exato momento também sob o impacto da crise mundial decorrente da pandemia do Coronavírus – vemos que diferentes sociedades ao redor do mundo convergem ao abraçar valores e causas que nós também partilhamos:

- a defesa da democracia e da boa gestão pública, com participação e controle social;
- o respeito às diferenças e a luta contra a discriminação, incluindo o combate ao racismo e à violência;
- o reconhecimento e a valorização dos sistemas públicos de saúde e de seus profissionais;
- o reconhecimento e a valorização da ciência e das instituições públicas de ensino e de pesquisa;
- a luta contra a pobreza e a defesa do meio ambiente.

A história do INES e o PDI vigente demonstram compromisso com esses valores: a gestão democrática; a valorização da diversidade; a oferta de educação básica e ensino superior e de atendimentos básicos em saúde auditiva à comunidade; o apoio à pesquisa e à extensão; a busca da sustentabilidade ambiental.

Nesse sentido, caminha de mãos dadas com as comunidades surdas brasileiras e suas mobilizações, pois a história das pessoas surdas foi marcada por séculos de exclusão da política; preconceitos; falta de acesso à informação, à saúde, à educação e ao trabalho; pobreza e exposição a fatores ambientais causadores da própria surdez e de outras condições.

Por isso, concluímos estas palavras com um painel elaborado a muitas mãos por nossos alunos em celebração ao Setembro Azul, marco da celebração da identidade surda e da luta do movimento surdo pela cidadania plena. No mês em que tem início a estação das flores, os surdos recordam as muitas flores que ficaram e ainda ficam pelo caminho, pela força da discriminação e da exclusão.

Na certeza de que – parodiando um antigo poeta –, com o nosso compromisso e empenho, “não poderão deter a primavera” da Cidadania Surda!



*1 Visão geral
organizacional e
ambiente externo*

Quem somos

O INES é um órgão público singular da estrutura do Ministério da Educação do Brasil. Como centro de referência nacional na área da surdez e com o empenho de fazer uma gestão participativa, transparente e voltada para resultados socialmente relevantes, com participação de servidoras e servidores surdos e ouvintes e valorização da diversidade, o INES atua em todos os aspectos relacionados à surdez e às pessoas surdas, na perspectiva da construção de sua plena Cidadania. Suas competências abrangem:

- Subsidiar a Política Nacional de Educação;
- Fazer diagnóstico e encaminhamento em saúde auditiva, desde bebês até pessoas idosas;
- Orientar e apoiar famílias no acesso a direitos sociais;
- Ofertar escolarização bilíngue (Libras e Português), da educação infantil ao ensino médio;
- Qualificar e preparar para o trabalho;
- Ofertar ensino superior bilíngue (Libras e Português), presencial e a distância, em nível de graduação e de pós-graduação;
- Produzir e distribuir material didático e pedagógico;
- Apoiar e divulgar estudos e pesquisas;
- Promover ações de extensão, abrangendo:
 - Ofertar cursos livres, articulados à pesquisa e ao ensino, e cursos de língua de sinais;
 - Ofertar estágio supervisionado para profissionais de diferentes áreas;
 - Realizar cooperação técnica com estados e municípios de todo o Brasil;
 - Editar publicações técnicas e científicas;
 - Realizar eventos nacionais e internacionais;
 - Utilizar meios de comunicação em prol da imagem e da cidadania das pessoas surdas.

MISSÃO:
Construir a
Cidadania Surda
no Brasil.

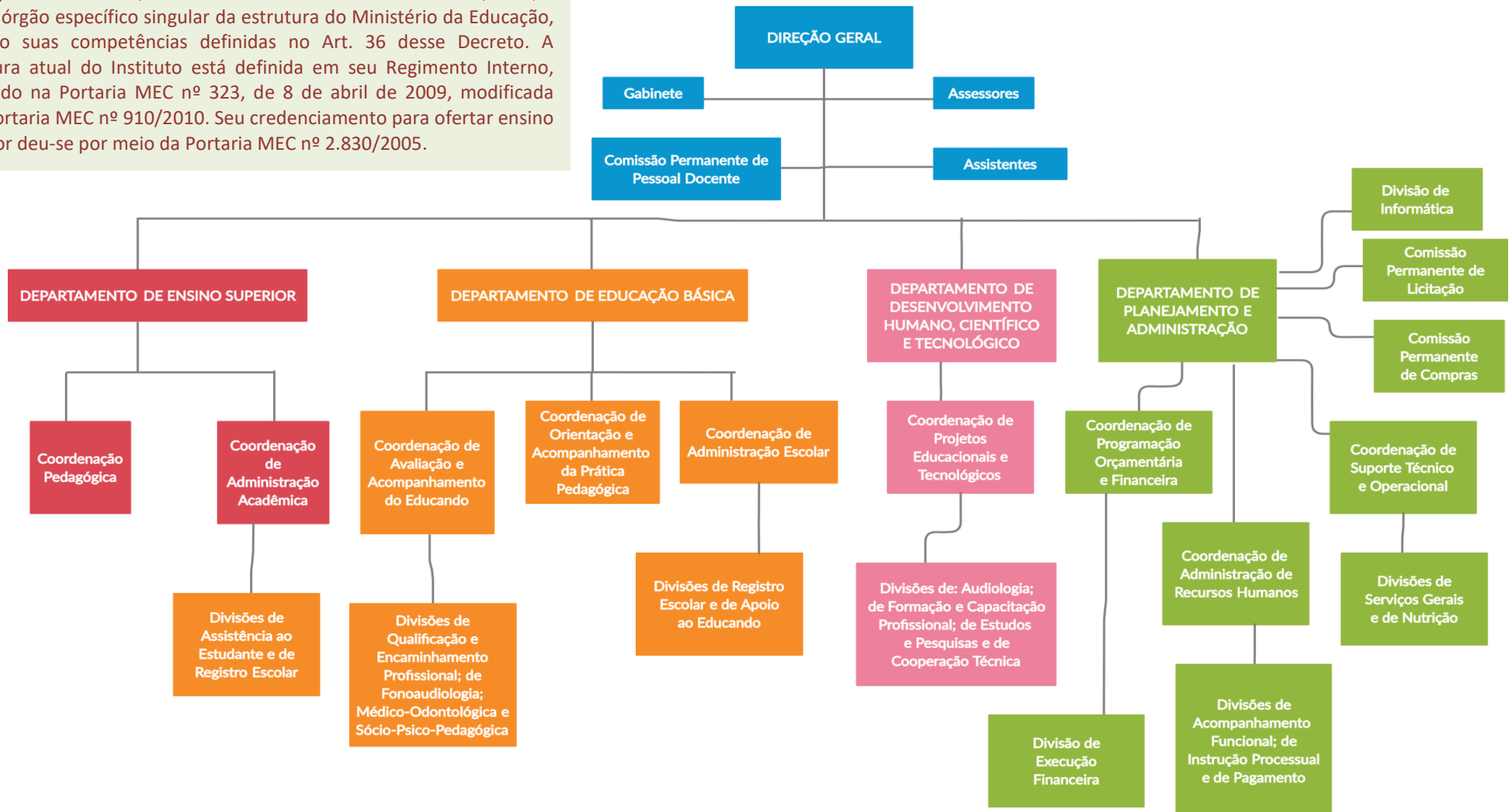
VISÃO DE FUTURO:
ensino, pesquisa,
extensão e gestão
transformando vidas
de pessoas e
comunidades surdas.

VALORES: dignidade,
interculturalidade,
cidadania.



O Instituto foi criado pela Lei nº 939/1857 e tem sua denominação atual fixada pela Lei nº 3.198/1957. Nos termos do Decreto nº 10.195/2019, o INES é órgão específico singular da estrutura do Ministério da Educação, estando suas competências definidas no Art. 36 desse Decreto. A estrutura atual do Instituto está definida em seu Regimento Interno, aprovado na Portaria MEC nº 323, de 8 de abril de 2009, modificada pela Portaria MEC nº 910/2010. Seu credenciamento para ofertar ensino superior deu-se por meio da Portaria MEC nº 2.830/2005.

Estrutura organizacional



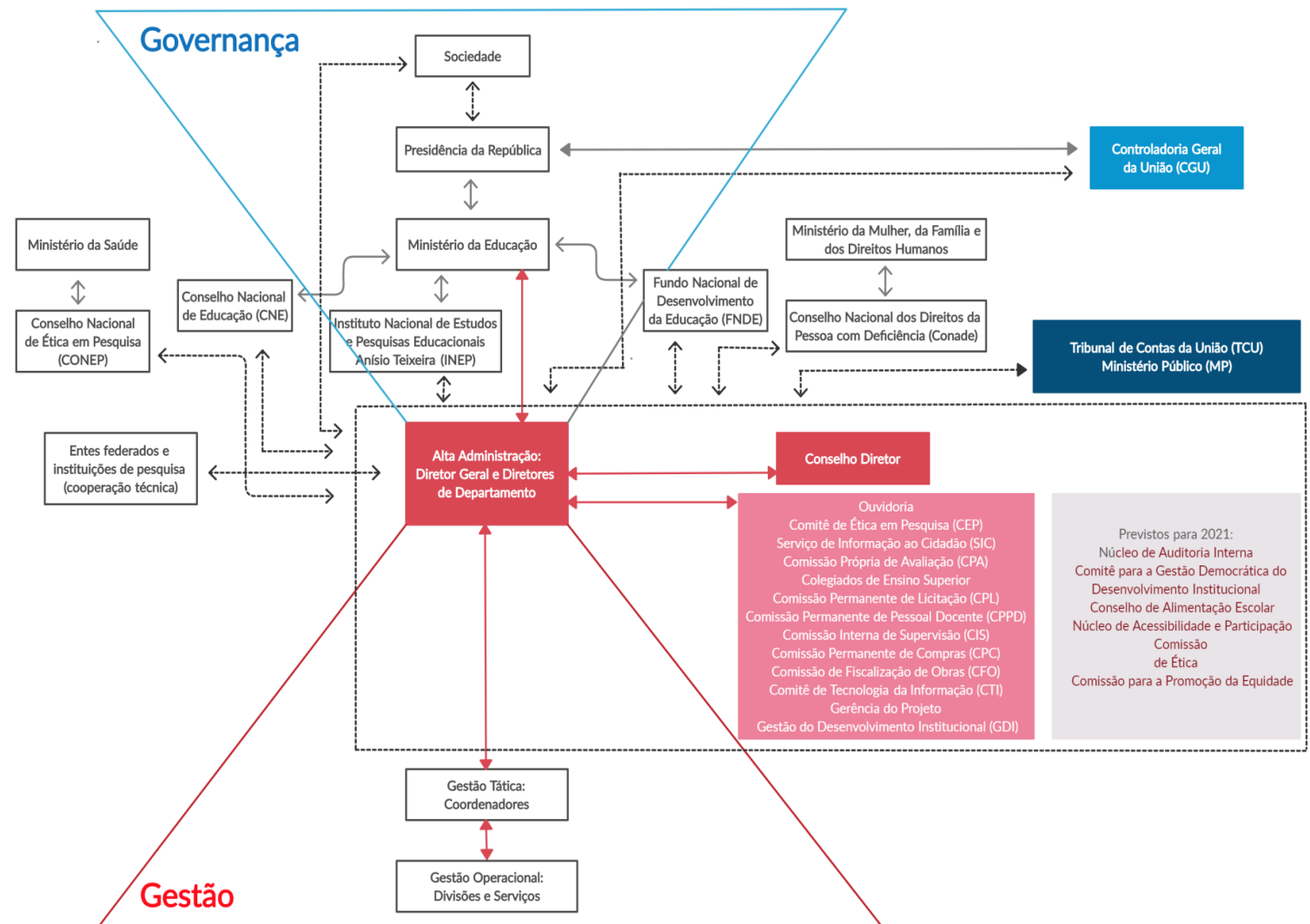
Estrutura de governança

No INES, encontra-se em andamento o processo de implementação das diretrizes preconizadas no Decreto nº 9.203/2017 quanto à governança pública.

Na figura ao lado, apresentamos as estruturas existentes e em funcionamento regular no exercício de 2019, que incluem a Ouvidoria e o Comitê de Ética em Pesquisa, entre outras instâncias. À direita, na caixa de texto cinza, indicamos as providências cuja previsão se deslocou para 2021-2022, devido à pandemia em 2020.

Nosso PDI 2018-2022, elaborado em regime participativo (comissão multissetorial, consultas públicas, reuniões abertas), define caminhos de implementação de mecanismos, instâncias e práticas de governança, nos termos do referido Decreto, incluindo:

- Criação da Comissão de Ética;
- Integração ao Processo Eletrônico Nacional (PEN), abrangendo Sistema Eletrônico de Informações (SEI), Protocolo Integrado e Assentamento Funcional Digital (AFD), etc.;
- Monitoramento da implementação do PDI e dos resultados das ações;
- Criação de instâncias de participação e controle social;
- Criação de instância de auditoria interna;
- Revisão de atos normativos, incluindo o regimento interno do Instituto e o regulamento de seu Conselho Diretor.





Alta Administração INES

Diretor Geral:

Professor Especialista Paulo André Martins de Bulhões (Surdo)

Chefe de Gabinete:

Professor Especialista Humberto Gripp Diniz (Surdo)

Assessores:

- Professor EBTT Especialista e Mestranda Vanessa Miro Pinheiro (Surda)
- Intérprete de Libras Gláucia Gonçalves da Silveira (Ouvinte)
- Psicóloga Mestre Eduarda Larrúbia da Rocha (Ouvinte), temporariamente substituída pela Assistente em Administração pós-graduada Regiane Anastácia Pitilo da Silva Ramos (Ouvinte)

Departamento de Planejamento e Administração:

Administradora Gilsilene Gonçalves de Moraes (Surda)

Departamento de Ensino Superior:

Professor Doutor Rodrigo Rosso Marques (Surdo)

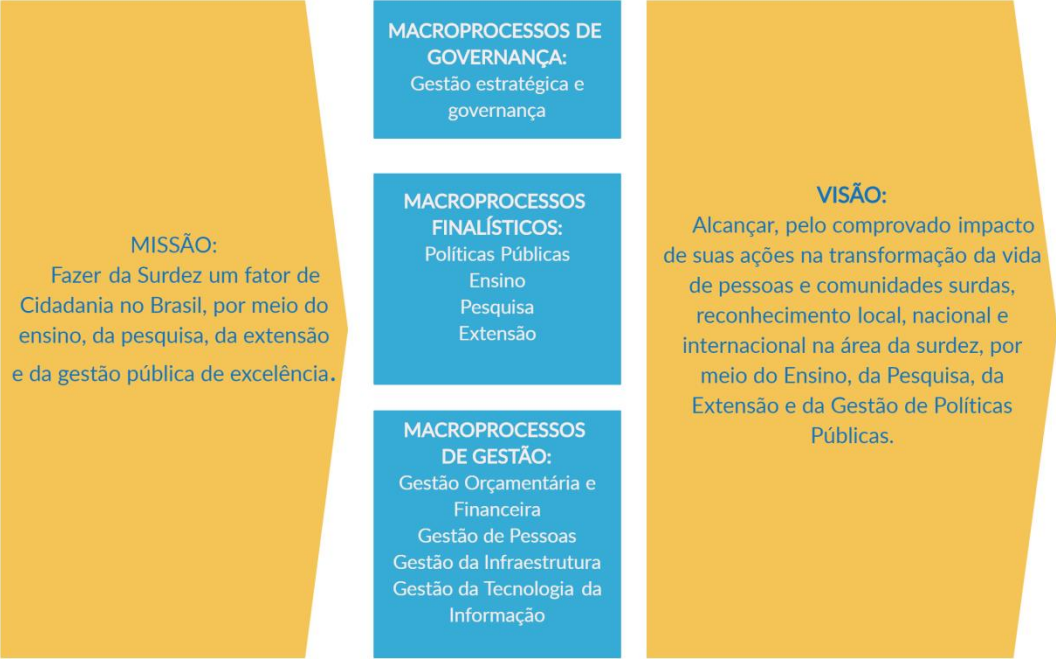
Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico:

Professora Andreza da Silva Gonçalves Raphael (Surda)

Departamento de Educação Básica:

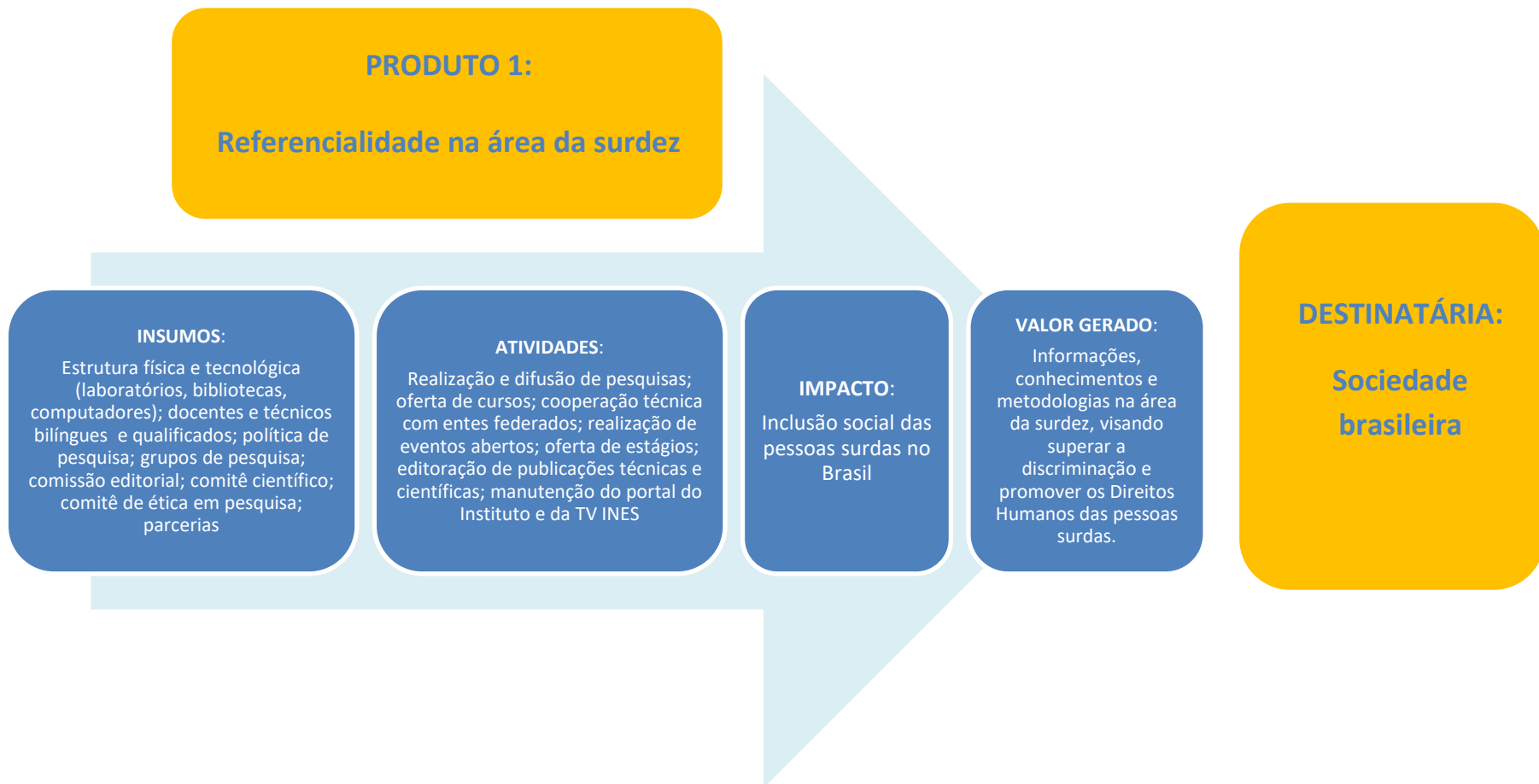
Professora Mestre Stela Santos Fernandes (Ouvinte)

Cadeia de valor



PARTE INTERESSADA	PRODUTO	VALOR
Sociedade	Referencialidade: pesquisas, cursos, cooperação técnica, eventos, estágios, publicações, TV INES	Informações, conhecimentos e metodologias na área da surdez, visando superar a discriminação e promover os Direitos Humanos das pessoas surdas no Brasil.
Alunas e alunos surdos	Escolarização bilíngue da Educação Infantil ao Ensino Médio	Formação para a cidadania, preparação para o trabalho e possibilidade de acesso aos níveis mais elevados de ensino.
Alunas e alunos surdos e ouvintes	Cursos de: Graduação bilíngue em Pedagogia; Especialização; Mestrado Profissional	Formação e qualificação para o trabalho no campo da educação bilíngue de pessoas surdas, de alcance nacional.
Poderes Legislativo e Executivo	Subsídios à elaboração de leis e ao desenho de políticas públicas	Aperfeiçoamento dos marcos legais e políticos relacionados às pessoas surdas, pautados nos compromissos do Brasil em matéria de Direitos Humanos.
Servidores: docentes e técnicos	Gestão participativa e por competências do desenvolvimento institucional	Alavancagem na formação e desenvolvimento profissional, em processos abertos e colaborativos de deliberação e ação.

Modelo de negócios



PRODUTO 2:

Escolarização bilíngue (Libras e Português)

INSUMOS:

Estrutura física e tecnológica acessível (salas de aula; biblioteca; brinquedoteca; quadras; laboratórios; auditório; computadores, etc.); docentes e técnicos bilíngues e qualificados; projeto político-pedagógico para educação bilíngue.

ATIVIDADES:

Aulas; projetos; práticas laboratoriais; jogos e brincadeiras; leitura; pesquisa; produções culturais no Instituto e externas.

IMPACTO:

Inclusão escolar de pessoas surdas, com valorização de sua identidade linguística e cultural.

VALOR GERADO:

Formação para a cidadania, preparação para o trabalho e possibilidade de acesso aos níveis mais elevados de ensino.

DESTINATÁRIOS:

Alunas e alunos surdos (crianças, jovens e adultos)

PRODUTO 3:

Ensino Superior Bilíngue (Libras e Português)

INSUMOS:

Estrutura física e tecnológica acessível (salas de aula; biblioteca; auditório; laboratórios; computadores, etc.); docentes e técnicos bilíngues e qualificados; projeto político-pedagógico para educação bilíngue.

ATIVIDADES:

Processo seletivo; ensino de graduação e pós-graduação, abrangendo: aulas; projetos; práticas laboratoriais e de pesquisa; ações culturais no Instituto e externas; estágios supervisionados.

IMPACTO:

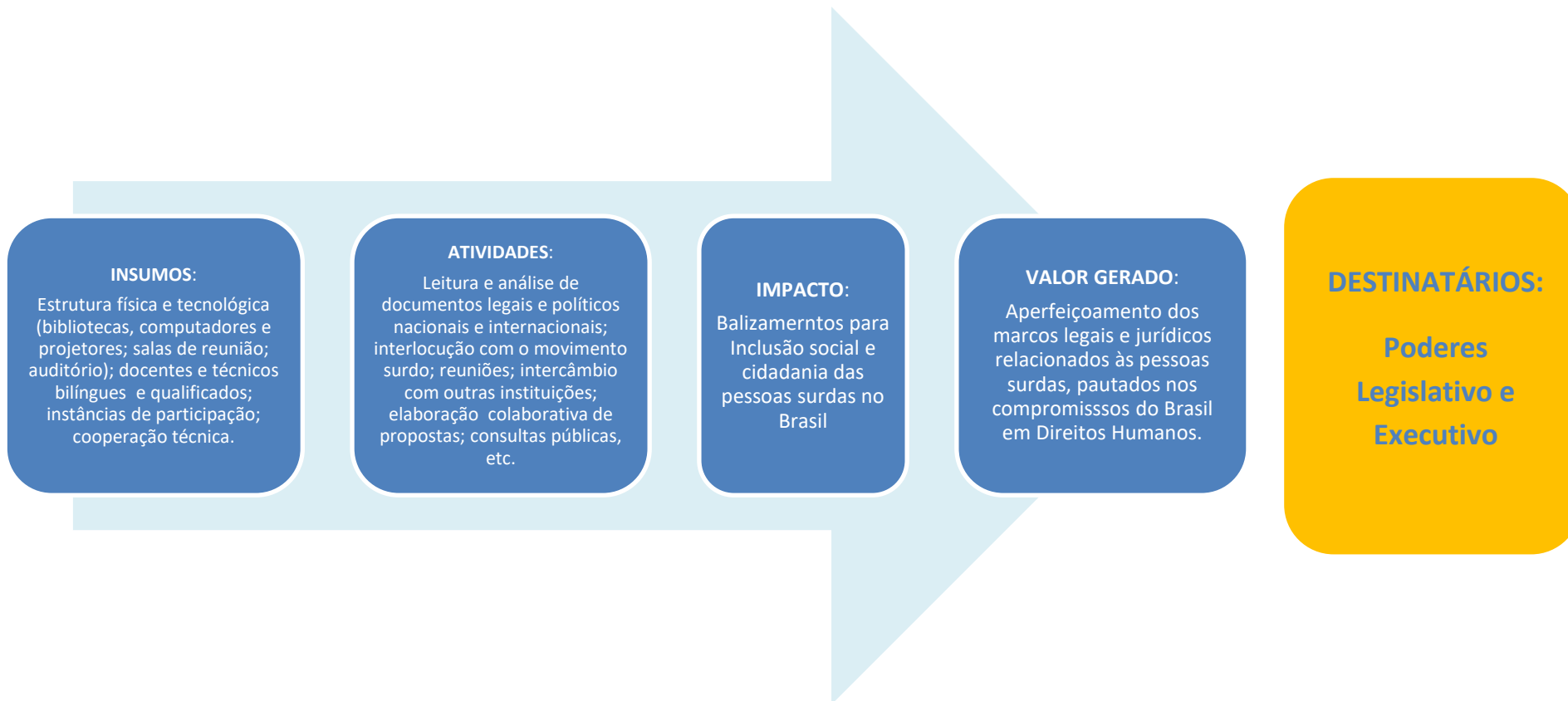
Profissionais surdos e ouvintes qualificados para atender alunas e alunos surdos em escolas e outros espaços, com valorização de sua identidade linguística e cultural.

VALOR GERADO:

Formação e qualificação para o trabalho no campo da educação bilíngue de pessoas surdas.

DESTINATÁRIOS:

Alunas e alunos surdos e ouvintes



PRODUTO 5:

Gestão participativa e por competências do desenvolvimento institucional

INSUMOS:

Estrutura física e tecnológica (laboratórios, bibliotecas, computadores; docentes e técnicos qualificados; instâncias participativas de elaboração da política de desenvolvimento de pessoas, do plano de desenvolvimento institucional e de sua gestão

ATIVIDADES:

Leitura e análise de documentos legais e políticos nacionais e internacionais; interlocução com o movimento surdo; levantamento de perfis e mapeamento de competências; reuniões; intercâmbio com outras instituições; elaboração colaborativa de propostas; consultas públicas, etc.

IMPACTO:

Pessoas valorizadas e engajadas, com suas competências fortalecidas e orientadas ao cumprimento da missão institucional.

VALOR GERADO:

Alavancagem na formação e desenvolvimento profissional, e institucional, em processos abertos de deliberação e ação.

DESTINATÁRIOS:

**Servidores
docentes e
técnicos**

Políticas e programas de governo

As ações do INES no exercício de 2019, contempladas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022, contemplam o horizonte estratégico do Ministério da Educação, segundo três dispositivos: a Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação com vigência de dez anos (período de 2014 a 2024); o Decreto nº 6.949/2009, que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – que, nos termos do § 3º do Artigo 5º da Constituição Federal, equivale a Emenda Constitucional – e o Plano Plurianual 2016-2019, instituído pela Lei nº 13.249/2016.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024 (LEI 13.005/2014)

TEMA	FAIXA ETÁRIA/ META/PRAZO			DIRETRIZES
1. EDUCAÇÃO INFANTIL	Até 3	Atender 50%	2024	1.11 priorizar acesso e fomentar oferta de atendimento a crianças com deficiência e assegurar educação bilíngue para crianças surdas
	4-5	Universalizar	2016	
4. EDUCAÇÃO BÁSICA	4-17	Universalizar atendimento especializado	2024	<p>4.3 Implantar salas multifuncionais e fomentar formação continuada de docentes;</p> <p>4.7 Garantir educação bilíngue (Libras e Português escrito) para alunos surdos e com deficiência auditiva em classes e escolas bilíngues e em escolas inclusivas;</p> <p>4.8 Garantir oferta de educação inclusiva articulado ao atendimento especializado;</p> <p>4.10 Fomentar pesquisas para desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia com foco na aprendizagem e na acessibilidade;</p> <p>4.12 Promover pesquisas interdisciplinares que subsidiem políticas intersetoriais de atendimento;</p> <p>4.13 Ampliar equipes de profissionais habilitados, incluindo professores de Libras, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdocegos e professores bilíngues;</p> <p>4.14 Definir indicadores de qualidade do atendimento a esse alunado;</p> <p>4.16 Incentivar a inclusão de conteúdos sobre atendimento a alunos com deficiência nos cursos de formação e qualificação de profissionais da educação (graduação e pós-graduação).</p>

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024 (LEI 13.005/2014)

TEMA	FAIXA ETÁRIA/META/PRAZO			DIRETRIZES
5. ALFABETIZAÇÃO	Crianças até 3º ano	Todas alfabetizadas	2024	5.7 Apoiar a alfabetização de pessoas com deficiência, incluindo a alfabetização bilíngue de pessoas surdas.
7. QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA	-	Melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem	2024	7.8 Desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos; 7.30 Universalizar atendimento a alunos da rede pública com ações articuladas de atenção à saúde.
9. ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	15 anos ou mais	93,5% alfabetizados	2015	9.1 Assegurar oferta de E.J.A. para quem não teve acesso à educação básica na idade própria; 9.11 Implementar ações articuladas de capacitação tecnológica para jovens e adultos, visando sua inclusão social e produtiva;
		0% de analfabetismo absoluto	2024	
		Redução de 50% na taxa de analfabetismo funcional	2024	
10. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	15 anos ou mais	25% de matrículas EJA integradas à educação profissional	2024	10.4 Ampliar oportunidades profissionais para jovens e adultos com deficiência e baixa escolaridade; 10.9 Criar programa nacional de assistência ao estudante, para favorecer seu acesso, permanência, aprendizagem e conclusão com êxito.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024 (LEI 13.005/2014)

TEMA	FAIXA ETÁRIA/META/ANO			DIRETRIZES
12. TAXA DE MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	18-24	Alcançar taxa bruta de 50%	2024	12.1 Otimizar a infraestrutura física e de recursos humanos das instituições de ensino superior;
		Alcançar taxa líquida de 33%	2024	12.3 Elevar a taxa de conclusão média nas universidades públicas para 90%; destinar 1/3 das vagas para cursos noturnos e buscar a meta de 18 alunos por professor;
		40% das novas matrículas no setor público	2024	12.4 Fomentar educação superior pública e gratuita prioritariamente para formar docentes; 12.5 Ampliar as políticas de inclusão e assistência estudantil no ensino superior, inclusive ampliando as taxas de acesso e permanência de pessoas com deficiência; 12.8 Ampliar a oferta de estágio; 12.9 Ampliar a participação de grupos historicamente desfavorecidos, inclusive por meio de ações afirmativas; 12.10 Assegurar condições de acessibilidade nas instituições; 12.15 Institucionalizar acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para cursos de graduação, assegurando acessibilidade.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024 (LEI Nº 13.005/2014)

TEMA	FAIXA ETÁRIA/META/PRAZO			DIRETRIZES
13. QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	-	75% de mestres e doutores em efetivo exercício	2024	<p>13.3 Induzir autoavaliação das instituições, por meio de comissões próprias de avaliação, com foco na qualificação e dedicação do corpo docente;</p> <p>13.4 Melhorar a qualidade dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas, com foco nas demandas e necessidades das redes de educação básica e atenção a relações étnico-raciais, diversidade e pessoas com deficiência;</p> <p>13.7 Fomentar consórcios entre instituições públicas de ensino superior, para potencializar a atuação regional;</p> <p>13.8 Elevar a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais, visando alcançar 90% nas universidades públicas e 75% nas instituições privadas; fomentar a melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em 5 anos (2019), pelos menos 60% dos estudantes alcancem desempenho igual ou superior a 60% no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e, no último ano de vigência (2020), 75% dos estudantes alcancem desempenho igual ou superior a 75% no ENADE.</p>
	-	Mínimo de 35% de doutores em efetivo exercício	2024	
15. FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	-	Política nacional de formação de profissionais da educação para que todos alcancem formação de nível superior, em curso de licenciatura.	2015	<p>15.5 Implementar programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas e para a educação especial;</p>
16. QUALIFICAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	-	50% dos professores da educação básica com pós-graduação e formação continuada para todos.	2024	<p>16.3 Expandir programa de acervo de obras didáticas, paradidáticas, de literatura e dicionários, incluindo materiais em Libras e em Braille, disponibilizados para docentes da educação básica;</p> <p>16.4 Ampliar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação de docentes da educação básica com materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive em formato acessível.</p>

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (DECRETO Nº 6.949/2009)

ÁREA DE ATUAÇÃO DO INES	TEMA	DIRETRIZES
<p>EDUCAÇÃO BÁSICA</p> <p>PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO E ENCAMINHAMENTO PROFISSIONAL</p> <p>ENSINO SUPERIOR</p>	<p>Educação (Art. 24)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade linguística da comunidade surda; • Garantia de que a educação de pessoas, em particular crianças (...) surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social. • Os Estados-Partes tomarão medidas apropriadas para empregar professores, inclusive professores com deficiência, habilitados para o ensino da língua de sinais e/ou do braille, e para capacitar profissionais e equipes atuantes em todos os níveis de ensino. Essa capacitação incorporará a conscientização da deficiência e a utilização de modos, meios e formatos apropriados de comunicação aumentativa e alternativa, e técnicas e materiais pedagógicos, como apoios para pessoas com deficiência. • (...) assegurarão que as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino superior em geral, treinamento profissional de acordo com sua vocação, educação para adultos e formação continuada, sem discriminação e em igualdade de condições. Para tanto, os Estados Partes assegurarão a provisão de adaptações razoáveis para pessoas com deficiência. • Possibilitar às pessoas com deficiência o acesso efetivo a programas de orientação técnica e profissional e a serviços de colocação no trabalho e de treinamento profissional e continuado;

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (DECRETO Nº 6.949/2009)

ÁREA DE ATUAÇÃO DO INES	TEMA	DIRETRIZES
<p>DIAGNÓSTICO EM SAÚDE AUDITIVA</p> <p>ORIENTAÇÕES EM SAÚDE</p>	<p>Saúde (Art. 25)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Os Estados-Partes oferecerão às pessoas com deficiência programas de atenção à saúde, gratuitos ou a custos acessíveis, da mesma variedade, qualidade e padrão que são oferecidos às demais pessoas, inclusive na área de saúde sexual e reprodutiva e de programas de saúde pública destinados à população em geral; • Os Estados-Partes propiciarão serviços de saúde que as pessoas com deficiência necessitam especificamente por causa de sua deficiência, inclusive diagnóstico e intervenção precoces, bem como serviços projetados para reduzir ao máximo e prevenir deficiências adicionais, inclusive entre crianças e idosos;
<p>DIFUSÃO DA LÍNGUA DE SINAIS E DA CULTURA SURDA POR MEIO DE CURSOS, EVENTOS, ATIVIDADES CULTURAIS, PUBLICAÇÕES E DA TV INES</p>	<p>Cultura (Art. 30)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • As pessoas com deficiência farão jus, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a que sua identidade cultural e linguística específica seja reconhecida e apoiada, incluindo as línguas de sinais e a cultura surda; • [Tomar] medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual, não somente em benefício próprio, mas também para o enriquecimento da sociedade; • Os Estados-Partes deverão lançar e dar continuidade a efetivas campanhas de conscientização públicas, destinadas a: <ul style="list-style-type: none"> • Favorecer atitude receptiva em relação aos direitos das pessoas com deficiência; • Promover percepção positiva e maior consciência social em relação às pessoas com deficiência; • Promover o reconhecimento das habilidades, dos méritos e das capacidades das pessoas com deficiência e de sua contribuição ao local de trabalho e ao mercado laboral; • Incentivar todos os órgãos da mídia a retratar as pessoas com deficiência de maneira compatível com o propósito da presente Convenção.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (DECRETO Nº 6.949/2009)

ÁREA DE ATUAÇÃO DO INES	TEMA	DIRETRIZES
<p>REFERENCIALIDADE NA ÁREA DA SURDEZ:</p> <p>Pesquisa e desenvolvimento</p> <p>Extensão (capacitação sobre direitos e acessibilidade; cooperação técnica; informações acessíveis; promoção do uso da língua de sinais; desenvolvimento científico e tecnológico)</p>	<p>Obrigações gerais (Art. 4)</p> <p>Acessibilidade (Art. 9)</p> <p>Liberdade de opinião e de expressão e acesso à informação (Art. 21)</p> <p>Cooperação internacional (Art. 32)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, serviços, equipamentos e instalações com desenho universal, conforme definidos no Artigo 2 da presente Convenção, que exijam o mínimo possível de adaptação e cujo custo seja o mínimo possível, destinados a atender às necessidades específicas de pessoas com deficiência, a promover sua disponibilidade e seu uso e a promover o desenho universal quando da elaboração de normas e diretrizes; • Realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento, bem como a disponibilidade e o emprego de novas tecnologias, inclusive as tecnologias da informação e comunicação, ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas, adequados a pessoas com deficiência, dando prioridade a tecnologias de custo acessível; • Propiciar informação acessível para as pessoas com deficiência a respeito de ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas, incluindo novas tecnologias bem como outras formas de assistência, serviços de apoio e instalações; • Promover a capacitação em relação aos direitos reconhecidos pela presente Convenção dos profissionais e equipes que trabalham com pessoas com deficiência, de forma a melhorar a prestação de assistência e serviços garantidos por esses direitos; • Proporcionar, a todos os atores envolvidos, formação em relação às questões de acessibilidade com as quais as pessoas com deficiência se confrontam; • Fornecer, prontamente e sem custo adicional, às pessoas com deficiência, todas as informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência; • Reconhecer e promover o uso de línguas de sinais. • Facilitar a cooperação em pesquisa e o acesso a conhecimentos científicos e técnicos.

PLANO PLURIANUAL 2020-2023 (LEI Nº 13.971/2019 E DECRETO Nº 10.321/2020)

PROGRAMA	RESPONSÁVEL	DIRETRIZ	OBJETIVO	META	PÚBLICO ALVO / BENEFICIÁRIOS
6015 - Educação Infantil	Ministério da Educação	X - a dedicação prioritária à qualidade da educação básica, especialmente a educação infantil, e à preparação para o mercado de trabalho;	1244 - Ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE	052V - Taxa de acesso à educação infantil em creches (%)	Crianças de 0 a 5 anos de idade, devendo-se “priorizar acesso e fomentar oferta de atendimento a crianças com deficiência e assegurar educação bilíngue para crianças surdas” (Lei nº 13.005/2014 - PNE)
5011 – Educação Básica de Qualidade	Ministério da Educação	X - a dedicação prioritária à qualidade da educação básica, especialmente a educação infantil, e à preparação para o mercado de trabalho;	OBJETIVO 1175 - Elevar a qualidade de Educação Básica, promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade.	050E - Atingir a meta de 6,0 no Ideb Sintético, perenizando o Fundeb com a ampliação da complementação da União.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estudantes; profissionais da educação básica (gestores, conselheiros, professores, técnicos); comunidade escolar e local (inclusive as famílias); 2. Populações do campo, povos indígenas, comunidades quilombolas, populações em situação de itinerância e povos e comunidades tradicionais; 3. Estudantes e profissionais da Educação Especial e da Educação Bilíngue de Surdos.

PLANO PLURIANUAL 2020-2023 (LEI Nº 13.971/2019 E DECRETO Nº 10.321/2020)

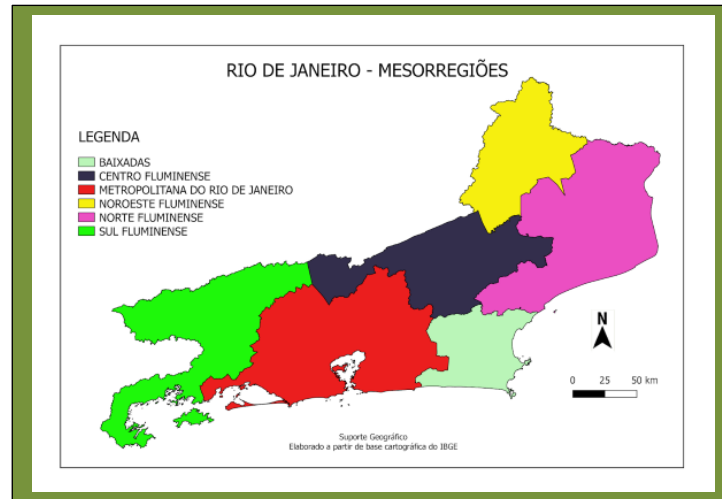
PROGRAMA	RESPONSÁVEL	DIRETRIZ	OBJETIVO	META	PÚBLICO ALVO / BENEFICIÁRIOS
6016 - Educação Especial	Ministério da Educação	X - a dedicação prioritária à qualidade da educação básica, especialmente a educação infantil, e à preparação para o mercado de trabalho;	1245 - Elevar a qualidade de Educação Especial, promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade.	052W - Universalizar a taxa de atendimento, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos, na educação especial, em conformidade com a meta 4 do Plano Nacional de Educação.	Modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Decreto nº 10.502/2020 – Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida).
5013 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Ministério da Educação	X - a dedicação prioritária à qualidade da educação básica, especialmente a educação infantil, e à preparação para o mercado de trabalho;	OBJETIVO 1237 - Fomentar a formação de pessoal qualificado, fortalecendo a assistência estudantil, e a inovação de forma conectada às demandas do setor produtivo e às necessidades da sociedade em um mundo globalizado.	052E - Elevar a taxa bruta de matrícula na graduação em 10 pontos percentuais, em consonância com o disposto na Meta 12 do PNE.	<ol style="list-style-type: none"> 1. População apta a ingressar na educação superior, especialmente a da faixa etária de 18 a 24 anos; 2. Discentes, docentes e pesquisadores da educação superior; 3. Rede pública e privada de Instituições de Educação Superior.

Ambiente externo

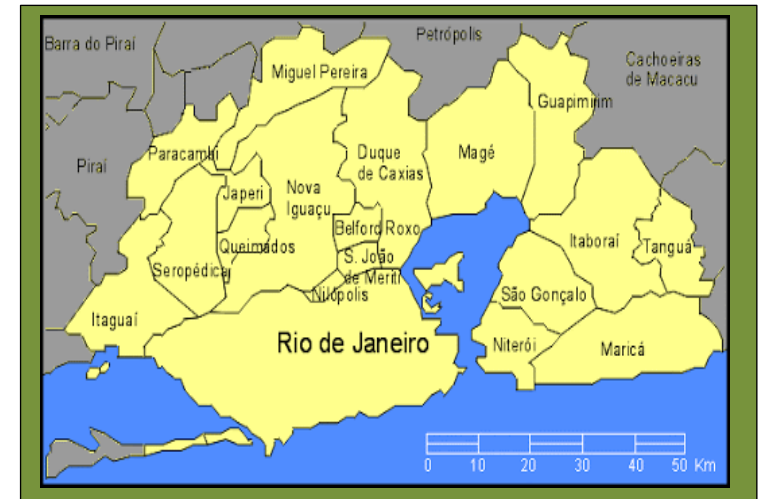
O ambiente externo do INES tem, por um lado, as *dimensões* do Município e do Estado do Rio de Janeiro – onde se situa e atua, em parte – e do Brasil, que suas ações devem alcançar, por ser um centro de referência nacional. Por outro, a *complexidade* da surdez, ao mesmo tempo uma condição de indivíduos e um fenômeno social e cultural. Assim, o ambiente externo do INES, que orienta seus objetivos estratégicos e suas ações, é regido pela interseção dessas *dimensões* com essa *complexidade*. Apresentamos, a seguir, a localização do INES no Brasil, no Estado do Rio de Janeiro e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.



O Estado do Rio de Janeiro, destacado em vermelho, no mapa do Brasil. Nesse Estado, está localizado o INES, centro de referência nacional na área da surdez.



A Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, onde se situa o INES, destacada em vermelho no conjunto das mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro.



Os Municípios que compõem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O INES fica na Zona Sul do Município do Rio de Janeiro, em Laranjeiras, mas atende muitos alunos da Baixada Fluminense (Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Nova Iguaçu) e de São Gonçalo, por exemplo.



Sede do INES, no bairro de Laranjeiras, Rio de Janeiro/RJ.

No **Rio de Janeiro**, falamos principalmente do aspecto individual da surdez quando nos referimos ao diagnóstico gratuito e aberto à comunidade que o INES realiza em saúde auditiva, atendendo desde recém-nascidos até idosos, em sua sede. Mas, mesmo aí, surgem duas interseções:

- a) A primeira diz respeito a qual abordagem as famílias de bebês e crianças terão acerca da surdez. Ou seja, os indivíduos são diagnosticados para importantes definições de identidade, educação linguística e modelo de escolarização em suas vidas: a afirmação da identidade linguística e cultural de “pessoa Surda”, de um lado, por meio do aprendizado e uso da língua de sinais, ou a abordagem voltada para a “deficiência auditiva”, de outro - por meio do uso de aparelhos, implantes cocleares e terapias – que em geral leva a uma ênfase ao uso da língua portuguesa oral;
- b) A segunda diz respeito ao fato de que os indivíduos de diferentes idades são diagnosticados para ter acesso a direitos sociais, como: escola; gratuidade no transporte público; trabalho; benefícios de assistência social; reabilitação; aposentadoria.

Em sua sede, em Laranjeiras, um bairro de classe média alta, na Zona Sul do Rio de Janeiro, o INES oferta escolarização bilíngue para crianças, jovens e adultos surdos, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, em seu Colégio de Aplicação. E também oferta, para surdos e ouvintes, curso de Licenciatura em Pedagogia, além de cursos de Especialização e Mestrado na área da educação de surdos, em seu Departamento de Ensino Superior. Mas, diferentemente de outras instituições de ensino, a maior parte de suas alunas e alunos não mora no entorno ou em bairros próximos, mas em áreas distantes e carentes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Zonas Norte e Oeste da própria capital; municípios da Baixada Fluminense; São Gonçalo, etc. Isso traz o desafio da vulnerabilidade socioeconômica, um importante fator de evasão escolar e acadêmica: famílias muitas vezes monoparentais, lideradas pela mãe e dependentes de benefícios assistenciais.

Nas ações educativas realizadas em sua sede, existe em comum um relevante aspecto sociocultural: o Instituto é um importante espaço de cultura e socialização das comunidades surdas e do uso da Libras, embora, como veremos no Capítulo sobre Riscos, ainda haja barreiras linguísticas a superar. Também em sua sede, destacamos ser ela a base de pesquisas – de profissionais da casa e externos – e de ações de extensão, como os cursos presenciais de Libras - que alcançam familiares de pessoas surdas, profissionais da educação, profissionais de recursos humanos, entre outros – e cursos de extensão.



Na figura ao lado, temos uma interseção simbólica: a representação do frontispício do prédio principal do INES e as cores nacionais. Trouxemos essa imagem para dizer que, quando falamos do **Brasil**, estamos nos referindo principalmente à referencialidade nacional, ou seja, ao fato de que parte da missão do INES é sair de sua sede e alcançar todo o País.

O INES gera informações; produz conhecimentos; desenvolve metodologias e tecnologias; apoia produções culturais, e também subsidia entes federados, Poder Legislativo e Poder Executivo Federal na elaboração de leis e no desenho de políticas públicas, na área da educação e em outras. Todas essas atribuições demandam estudos, pesquisas, debates, planejamento, e muitas delas vêm da própria experiência do trabalho com surdos:

- a) Cooperação técnica – com outras instituições, com entes federados – na forma de seminários, assessorias técnicas e capacitações, realizados nas diferentes regiões do país;
- b) Participação em instâncias e processos de elaboração de leis e políticas, como a Conferência Nacional de Educação e a Conferência Nacional das Pessoas com Deficiência, além das interlocuções e colaborações com a Diretoria de Políticas para a Educação Bilíngue, do Ministério da Educação, também comandada por uma profissional surda ;
- c) Parcerias com outras instituições de ensino de todas as regiões do país – universidades e institutos federais – na oferta de vagas em curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue na modalidade a distância;
- d) Disponibilização de conteúdos em seu portal na internet;
- e) Democratização do entretenimento, da informação e da cultura de modo bilíngue – Libras e Português – por meio da TV INES, que chega a celulares, computadores, tablets e Smart TVs de todo o Brasil;
- f) Apoio aos avanços da ciência, por meio do acolhimento de pesquisadores de todo o país e da atuação de seu Comitê de Ética em Pesquisa, que avalia protocolos de pesquisa também de todo o Brasil;
- g) Difusão dos avanços da ciência, por meio de publicações técnicas e científicas e da realização de eventos;
- h) Coloca-se o desafio de ampliar esse alcance, por exemplo, meio da oferta de uma modalidade online do Curso de Libras.

Relacionamento e comunicação com a sociedade e partes interessadas

CANAL		PÚBLICO		FORMA DE COMUNICAÇÃO
 TELEFONE INSTITUCIONAL	↔	Comunidades interna e externa.	↔	Por meio do contato telefônico, servidores, alunos, familiares de alunos, fornecedores, egressos e pessoas da sociedade em geral (órgãos públicos, imprensa, cidadãos) buscam obter informações complementares ou agendar atendimentos.
 E-MAIL INSTITUCIONAL	↔	Comunidades interna e externa.	↔	Uma das principais ferramentas na comunicação interna, para solicitações, esclarecimentos, convites, comunicados, além de atender às buscas do público em geral.
 PORTAL INSTITUCIONAL	↔	Comunidades interna e externa.	↔	Traz informações sobre ações realizadas, responsáveis e contatos, publicações. Inclui Carta de Serviços ao Cidadão. São adotados padrões de acessibilidade, incluindo vídeos em Libras acompanhando textos de editais e processos seletivos.
 REDES SOCIAIS	↔	Comunidades interna e externa.	↔	Abertas a todos os públicos, os perfis do INES no <i>YouTube</i> e no <i>Facebook</i> são canais de atualização rápida para servidores e para o público em geral, também com vídeos em Libras.



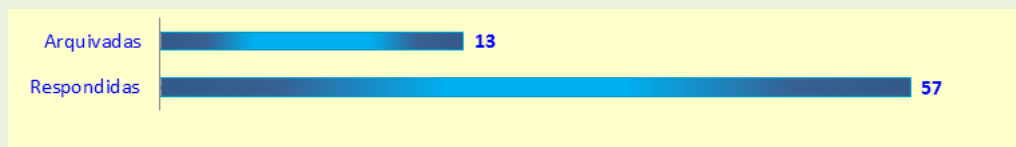
A Ouvidoria do INES tem como principal competência atuar como interlocutora e mediadora entre o usuário dos serviços e a Administração Pública, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania proporcionem contínua melhoria dos serviços públicos prestados pelo INES.

Recebemos, examinamos e encaminhamos denúncias, reclamações, elogios, sugestões, solicitações de providências e pedidos de simplificação referentes a procedimentos e ações de agentes públicos, órgãos e entidades do Poder Executivo federal.

O contato entre os usuários de serviços públicos e a Ouvidoria ocorre de diferentes formas, sendo a principal delas a Plataforma Fala.BR (<https://falabr.cgu.gov.br/>). Esta ferramenta permite ao usuário dos serviços a escolher para qual órgão direcionar uma manifestação e acompanhar a tramitação da sua demanda, que recebe um código (NUP).

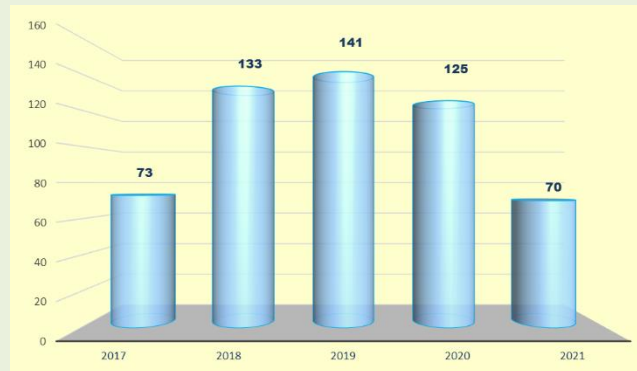
Além do recebimento de manifestações por meio da Plataforma Fala.BR, a ouvidoria recebe ainda cartas, e-mail e formulário próprio (nos atendimentos presenciais - suspenso devido à pandemia de Covid-19), com registros inseridos imediatamente na plataforma (conforme determinação contida no art. 16, §2º, Decreto nº 9.492/2018), a fim de manter um repositório único de manifestações.

Ao longo de 2021, a Ouvidoria do INES deu tratamento a 70¹ (setenta) manifestações, onde 57 foram respondidas e 13 foram arquivadas, havendo um decréscimo de 17,86% em relação ao ano de 2020.



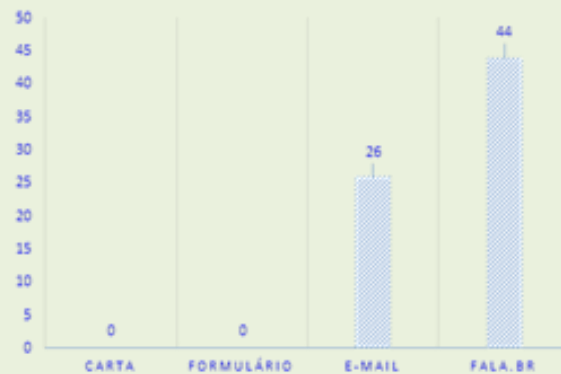
¹ Informação do Painel Resolveu? (<http://paineis.cgu.gov.br/resolveu/index.htm>)

QUANTITATIVO DAS MANIFESTAÇÕES ANO A ANO



A Ouvidoria disponibiliza os seguintes canais de atendimento: Plataforma Fala.BR; e-mail; correspondência; presencialmente e telefone para dar orientações de como registrar uma manifestação (os dois últimos estão suspensos devido à pandemia de Covid-19).

É interessante observar que mais da metade do público (63%) realiza suas manifestações diretamente no canal Fala.Br, demonstrando conhecimento e confiança no canal ofertado pelo Governo Federal.

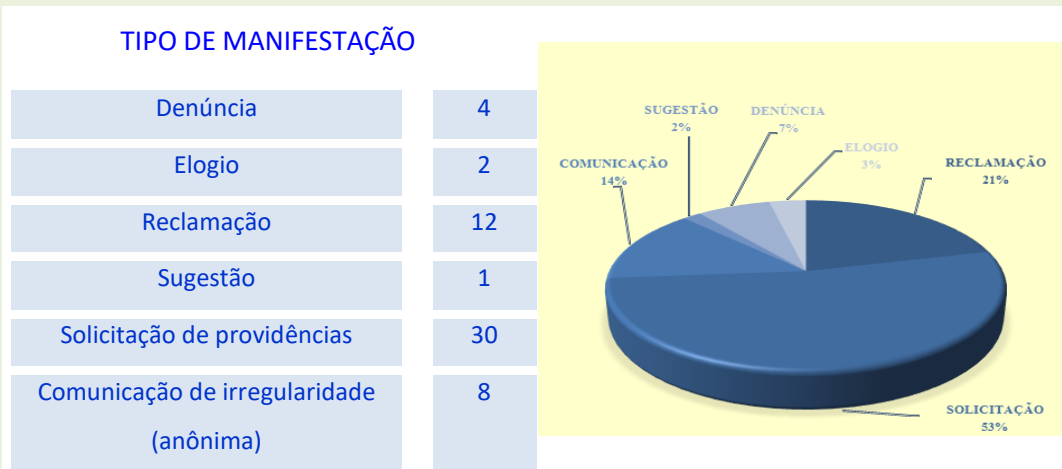


No ano de 2021, recebemos manifestações pela plataforma Fala.BR (<https://falabr.cgu.gov.br>) e pelo endereço eletrônico (ouvidoria@ines.gov.br) que foram imediatamente registradas na plataforma Fala.BR, conforme determinação contida no art. 16, §2º, Decreto nº 9.492/2018.

Em razão da pandemia, realizamos nossas atividades remotamente.

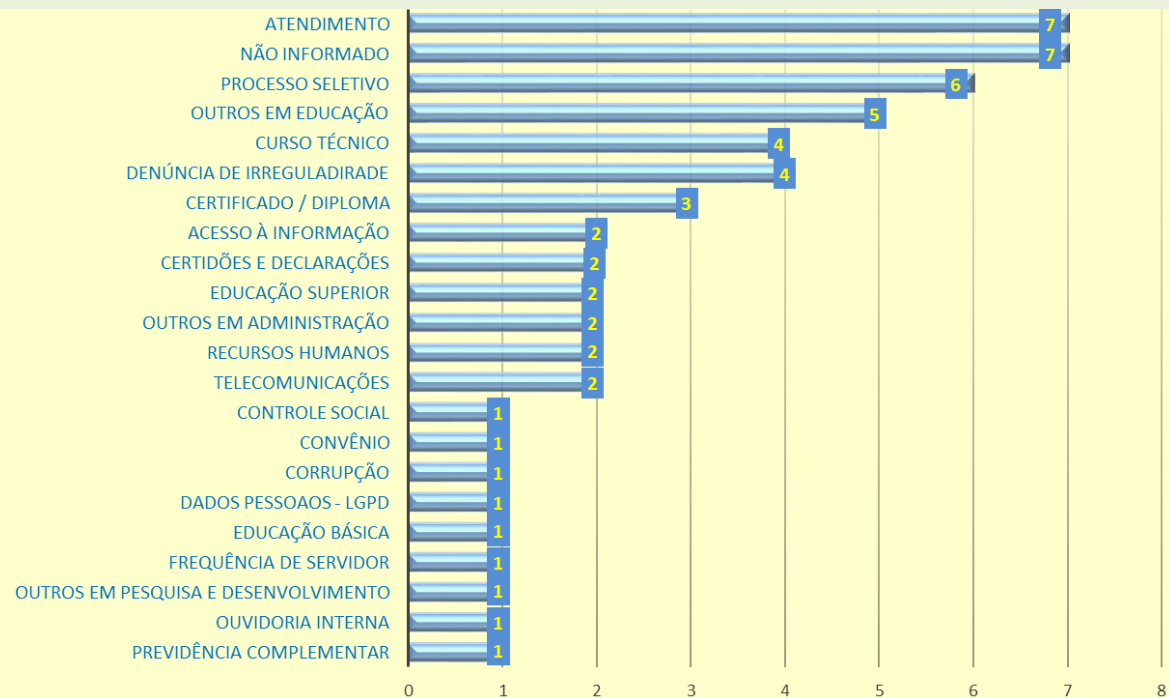
DEMANDAS POR TIPOLOGIA

O gráfico abaixo apresenta o número de manifestações agrupadas de acordo com o tipo.



DEMANDAS POR ASSUNTOS

O gráfico abaixo discrimina os assuntos em um quadro geral² das manifestações recebidas.



² Informação do Painel Resolveu? (<http://paineis.cgu.gov.br/resolveu/index.htm>)



O Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) do INES possibilita o acesso a informações públicas a qualquer pessoa, física (da comunidade interna ou externa) ou jurídica, sem burocracia. O atendimento é realizado de maneira presencial, por telefone e por meio do portal Fala BR – Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação. Presencialmente, asseguramos acessibilidade arquitetônica e de comunicação (Libras). Os resultados são relatados e considerados nas instâncias competentes e os servidores realizam capacitações periódicas. Em 2020, houve 40 (quarenta e quatro) manifestações de acesso à informação. Temas: Recursos Humanos; Programação Financeira; Arquivo; Licitações/Compras; Curso de Libras; Projetos Pedagógicos (Debasi/DESU); Tecnologia da Informação; Assistência Social; Acervo Histórico; Suporte Operacional/DEPA.

CARACTERÍSTICAS DAS MANIFESTAÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO

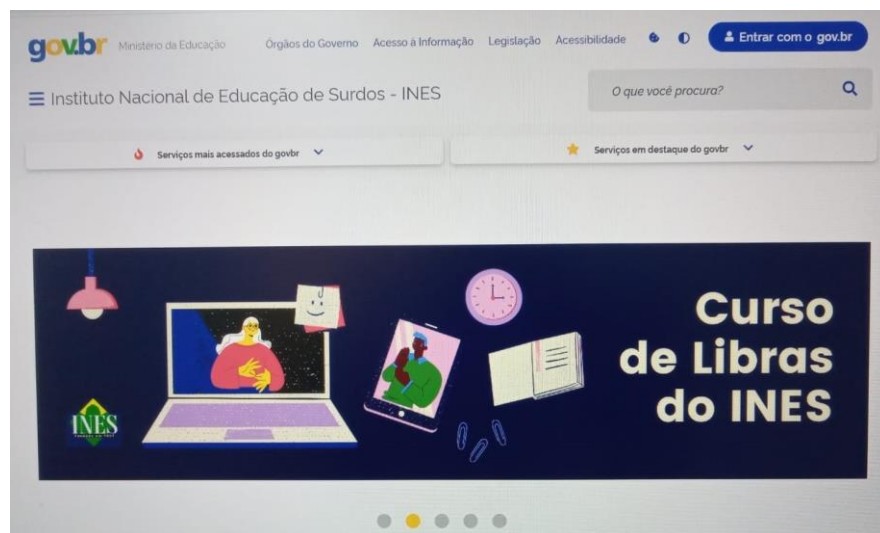
Manifestações com identificação	33
Manifestações em regime de anonimato	07
Total de manifestações	40

EFEITOS DO TRATAMENTO DE MANIFESTAÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Sem recurso / sem reclamação	38
Com recurso / reclamação (respondidos)	2
Total de manifestações	40

CARACTERÍSTICAS DO TRATAMENTO DE MANIFESTAÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Casos de acesso concedido	29
Casos de acesso parcialmente concedido	4
Casos de pergunta repetida ou duplicada	1
Casos em que não se tratava de pedido de informação	0
Casos de informação inexistente	4
Casos em que o Órgão não tinha competência para responder sobre o assunto	2
Casos de acesso negado	0
Total de manifestações recebidas e tratadas	40



PORTAL INES

O Portal INES (ines.gov.br), acessível para pessoas surdas (vídeos em Libras) e para pessoas com deficiência visual (sintetizador de voz), disponibiliza, além das informações acerca do Instituto, seus serviços, produtos e eventos e modos de acessá-los, os telefones e e-mails de contato dos responsáveis de cada setor, bem como um mapa de localização do INES.

Para servidores, há documentos importantes, como Boletins Internos de Serviço, Manual do Servidor e informes atualizados das deliberações relacionadas ao Comitê Consultivo de Emergência, que atua no enfrentamento à pandemia do Coronavírus.

Para a sociedade em geral, fornecedores, clientes e órgãos de controle, temos documentos legais, estratégicos, de governança e de gestão, além de:

- Carta de Serviços ao Cidadão;
- Editais de concursos em Libras e em Português;
- Informações sobre: diagnóstico em saúde auditiva; acesso ao Colégio de Aplicação e ao Ensino Superior; qualificação e encaminhamento ao trabalho; cooperação técnica com entes federados; cursos de Libras;
- Dicionário Libras / Português em vídeo;
- Repositório digital de conteúdos sobre surdez, incluindo obras raras;
- Publicações técnicas e científicas disponíveis para download;
- Catálogo online da Biblioteca do Instituto;
- Links para os Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS) de todo o Brasil.

2. Governança, estratégia e alocação de recursos

Conforme dissemos ao longo deste Relatório, e definido em seu PDI 2018-2022, o INES abraça a Missão de “*Fazer da Surdez um fator de Cidadania no Brasil*”. Isso tem três significados fundamentais, que são os Valores da Instituição, calcados na percepção de que, historicamente, no mundo e no Brasil, as pessoas surdas não tiveram ou não têm sua dignidade respeitada nem a sua singularidade cultural reconhecida, e essa condição precisa ser superada:

O primeiro é a **Dignidade** da pessoa humana. Nos termos de Sarlet³ (2007, p. 62), ela é compreendida como:

a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que asseguram a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos. (SARLET, 2007, p. 62)

O segundo é a **Interculturalidade**, compreendida por Catherine Walsh⁴ (citada em Candau, 2008) como:

um processo dinâmico e permanente de relação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade mútua, simetria e igualdade. Um intercâmbio que se constrói entre pessoas, conhecimentos, saberes e práticas culturalmente diferentes, buscando desenvolver um novo sentido entre elas na sua diferença. Um espaço de negociação e de tradução onde as desigualdades sociais, econômicas e políticas, e as relações e os conflitos de poder da sociedade não são mantidos ocultos e sim reconhecidos e confrontados. (CANDAU, 2008, p. 52)

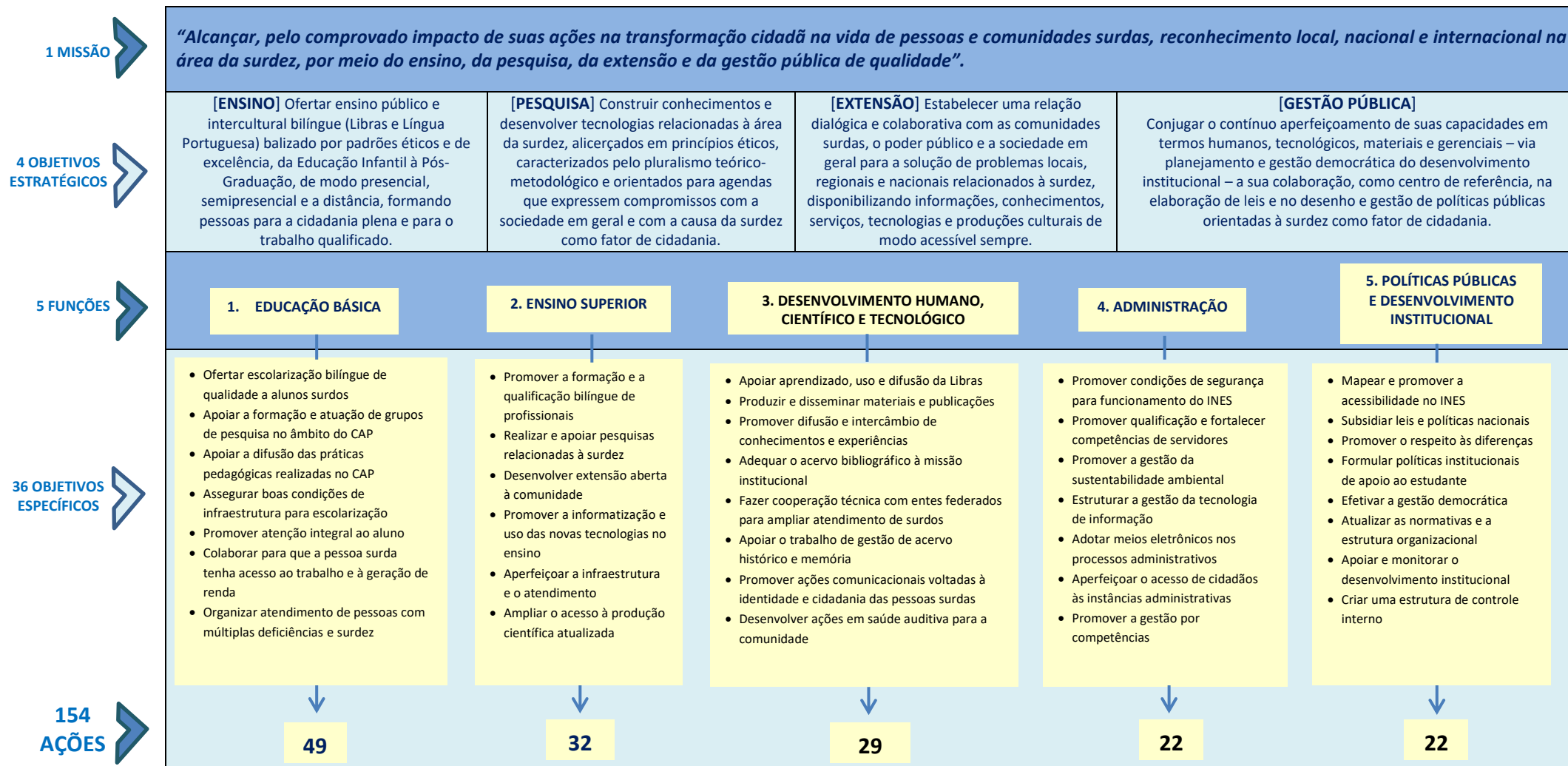
O terceiro é o nosso horizonte maior, a **Cidadania** das Pessoas Surdas no Brasil, compreendendo Cidadania com Carvalho⁵ (2002) como o usufruto de todos os *Direitos Civis* – vida, liberdade, propriedade, igualdade perante a lei, ir e vir, acesso à informação, etc. – *Direitos Políticos* – participar do governo e de quaisquer debates e deliberações de interesse público – e *Direitos Sociais* – saúde, educação, trabalho, assistência e previdência social, cultura, etc. Aos quais acrescentamos os *Direitos Linguísticos*, de aprender, usar, ver valorizada, disseminada e poder transmitir às futuras gerações a língua de sinais e a cultura surda. Assim, o que o INES almeja está representado a seguir, em nosso *Mapa integrado da visão, estratégia e ações*:

³ SARLET, I. W. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. p.62.

⁴ WALSH, C. apud CANDAU. V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: tensões entre igualdade e diferença. In: Revista Brasileira de Educação. Vol.13 no. 37. Rio de Janeiro Jan./Abr. 2008, p. 52.

⁵ CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Mapa integrado da visão, estratégia e ações



Apoio da estrutura de governança à capacidade da UPC de gerar valor

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	APOIO À CAPACIDADE DO INES DE GERAR VALOR
<p>Conselho Diretor</p> <p>Sua composição inclui: Direção Geral do INES, que o presidirá, ou substituta(o) legal; Direção dos Departamentos do Instituto ou substitutas(os) legais; um(a) representante do corpo docente ou seu suplente, eleito(a) por seus pares; um(a) representante do corpo técnico-administrativo ou suplente, eleito(a) por seus pares; um(a) representante do corpo discente ou suplente, eleito(a) por pares; um(a) representante de Mães/Pais/Responsáveis de Alunos do Colégio de Aplicação do INES ou suplente, eleito(a) por pares.</p>	<p>O Conselho Diretor reúne-se periodicamente, no mínimo a cada dois meses. Entre as matérias relevantes para a geração de valor, que tem conduzido e apreciado, estão:</p> <ul style="list-style-type: none">• O processo de elaboração do PDI, que se desenvolve a partir de uma comissão multissetorial constituída pelo Conselho Diretor e homologada em Portaria. Todo o processo é feito por meio de reuniões de trabalho, consultas públicas e reuniões abertas;• As decisões relativas à estrutura e funcionamento do Instituto passam pela avaliação do Conselho, inclusive o texto do Regimento Interno, que também deve ser elaborado por comissão multissetorial e em regime participativo. Depois de aprovado no Conselho, a Direção Geral encaminha o texto para homologação por parte do Ministro da Educação;• Mudanças no regime de trabalho, distribuição de carga horária e progressão funcional de docentes e técnicos passam por sua avaliação;• Mudanças nas normativas das atividades de ensino: projeto pedagógico da Educação Básica e do Ensino Superior; regimes disciplinares;• Políticas institucionais, como a de Assistência ao Estudante, sempre conduzidas por comissões multissetoriais e em regime democrático.
<p>Colegiado do Ensino Superior</p> <p>O Colegiado é a instância de deliberação de diferentes agentes da Educação Superior, docentes, discentes e técnico-administrativos, desenvolvido no âmbito do DESU. Sua composição abrange: Um membro indicado pela Direção Geral; cinco docentes do Curso, eleitos por pares (três titulares e dois suplentes); dois servidores técnico-administrativos, eleitos por pares (um titular e um suplente); dois alunos com matrícula regular e ativa no Curso, eleitos por pares (um titular e um suplente).</p>	<p>Os Colegiados do Ensino Superior discutem todas as medidas políticas relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão. Exemplos das matérias debatidas nessa instância, que concorrem para a geração de valor, são:</p> <ul style="list-style-type: none">• Programa de Apoio à Iniciação Científica – PIC/INES;• Programa de Apoio à Extensão – PROEXT/INES;• Harmonização dos projetos pedagógicos dos Cursos de Pedagogia presencial e a distância;• Criação de novos cursos (por exemplo, o Mestrado Profissional, a se iniciar em 2020);• Emitir parecer sobre recursos interpostos por alunos;• Formas de seleção, avaliação, estágio para os cursos;• Número de vagas de docentes e suas necessidades de qualificação;• Colaboração nos trabalhos da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

APOIO À CAPACIDADE DO INES DE GERAR VALOR

Núcleo Docente Estruturante (NDE): foi constituído pelos professores efetivos do DESU em 2011, com a finalidade de contribuir com a reestruturação do Departamento no sentido de atender às necessidades pertinentes à Educação Superior (ensino/pesquisa/extensão). É o órgão consultivo responsável pela concepção e atualização periódica do Projeto Político Pedagógico do Curso Bilíngue de Pedagogia.

Entre as ações do NDE que concorrem para a geração de valor, encontram-se:

- Elaborar e atualizar periodicamente o projeto pedagógico dos cursos;
- Estabelecer o perfil profissional do egresso dos cursos;
- Conduzir trabalhos de reestruturação curricular, submetendo-a ao Colegiado, sempre que necessário;
- Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso, definidas pelo Colegiado;
- Analisar e avaliar os planos de ensino dos componentes curriculares, quando solicitado;
- Promover a integração vertical e horizontal do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico;
- Acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado a indicação ou substituição de docentes, quando necessário.

Comissão Própria de Avaliação (CPA): tem por finalidades propor e conduzir os processos de avaliação interna da instituição, sugerir medidas que contemplem as necessidades apreendidas do processo de avaliação e sistematizar e prestar informações solicitadas pelo INEP, no âmbito do SINAES, observada a legislação pertinente. É constituída por: 3 representantes do corpo docente; 3 representantes do corpo discente; 1 representante do corpo técnico-administrativo; 1 representante da sociedade civil (comunidade externa).

Entre as principais atividades da CPA relacionadas à geração de valor pelo INES está a avaliação:

- do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- da política de ensino, pesquisa e extensão;
- da responsabilidade social da Instituição;
- da infraestrutura física para oferta de ensino superior, incluindo a biblioteca;
- da comunicação com a sociedade;
- das políticas de atendimento ao estudante;
- da organização e gestão do ensino superior;
- das políticas de gestão de pessoas.

Órgãos de representação de alunos ou familiares de alunos:

a) Centro Acadêmico Bilíngue de Pedagogia (CABIP): órgão de representação estudantil do Curso Bilíngue de Pedagogia do INES/DESU. São considerados associados do CABIP todos os alunos regularmente matriculados no referido Curso. Seus objetivos são: reconhecer, estimular e levar adiante a defesa dos interesses dos estudantes representados, incluindo a ampliação da participação estudantil nos órgãos colegiados e a democracia.

b) Grêmio Estudantil do INES (GINES): tem por finalidades unir todos os alunos do INES; defender cada aluno em problemas particulares; defender todos os alunos em problemas gerais; aumentar a cooperação entre diretores, funcionários e professores;

c) Associação de Pais do INES (APINES): atua na para defesa dos interesses da pessoa surda, e tem como objetivo participar do processo de gestão democrática do INES. É composta de pais e responsáveis por alunos até 18 anos incompletos, e sua sede é o próprio endereço do Instituto. Considerando-se que uma de suas finalidades é a proteção dos interesses coletivos da pessoa surda, poderá acionar o Ministério Público para garantia desses direitos.

Os órgãos de representação discente do Colégio de Aplicação (GINES) e do Departamento de Ensino Superior (CABIP) colaboram no controle social das ações educativas do Instituto, atentos a eventuais ocorrências de preconceito ou discriminação; bullying ou assédio; demandas de atendimentos de necessidades especiais de alunos; discussões sobre políticas linguísticas institucionais; situações de risco de evasão escolar ou acadêmica e demandas de assistência estudantil, etc.

A APINES, assim como o GINES e o CABIP, instância de controle social das ações do INES por seus usuários. Todas as ações educativas no âmbito do Colégio de Aplicação estão sujeitas ao seu escrutínio, uma vez que, nos termos da Constituição Federal, Art. 5º, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”. Outras formas de colaboração envolvem a identificação de situações de conflito ou vulnerabilidade socioeconômica que podem suscitar a necessidade de apoio e orientação aos pais e/ou aos alunos por parte de profissionais do INES – Assistentes Sociais, Psicólogos, Terapeutas Ocupacionais.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

APOIO À CAPACIDADE DO INES DE GERAR VALOR

Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD): tem por finalidade prestar assessoramento à Direção Geral, na formulação e acompanhamento da execução da política do pessoal docente. É composta de 3 (três) a 5 (cinco) membros eleitos pelos pares, com pelo menos um candidato de cada Departamento do INES, sendo considerado *impedimento* para candidatar-se e/ou para o exercício do cargo: docente respondendo a Processo Administrativo; docente ocupante de cargo de Chefia e/ou Confiança; docente membro nato ou eleito do Conselho Diretor.

Entre suas atribuições relacionadas à geração de valor pelo INES estão:

1. Apreciar e dar parecer em assuntos concernentes:
 - a) Aos processos de avaliação para progressão funcional;
 - b) Aos processos de dispensa, aos afastamentos para cursos de especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado; e à licença-capacitação.
 - c) Aos critérios relativos a avaliações ou concursos públicos, relacionados com o pessoal docente.
2. Desenvolver estudos e análises, visando subsidiar a política de recursos humanos do pessoal docente.
3. Colaborar no planejamento e acompanhamento de programas de treinamento e capacitação do pessoal docente, junto com a área de Recursos Humanos.

Comissão Interna de Supervisão da Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação (CIS): vincula-se ao Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação. É composta por servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação – PCCTAE: três membros eleitos a cada 3 (três) anos, que representam o corpo técnico-administrativo da Instituição.

A CIS colabora na geração de valor do INES da seguinte forma:

- a) acompanhando e fiscalizando a implantação do plano de carreira dos Técnicos Administrativos em Educação;
- b) apresentando propostas e fiscalizando a elaboração e a execução do plano de desenvolvimento de pessoal do INES e seus programas de capacitação, de avaliação e de dimensionamento das necessidades de pessoal e modelo de alocação de vagas;
- c) avaliando, anualmente, as propostas de lotação do INES;
- d) acompanhando o processo de identificação dos ambientes organizacionais do INES proposto pela área de recursos humanos e dos cargos que os integram;
- e) Analisando e emitindo parecer sobre: progressões por mérito ou capacitação; afastamentos para pós-graduação; incentivos à qualificação.

Comissão Permanente de Licitação (CPL) e Comissão Permanente de Compras (CPC): vinculadas ao Departamento de Planejamento e Administração (DEPA).

Essas comissões atuam à luz da legislação brasileira para assegurar a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, economicidade, legitimidade e eficiência, à luz do interesse público. Exemplos de economicidade: em 2020, a cotação eletrônica e o pregão eletrônico geraram economia de 10,94% do valor estimado no referido exercício para aquisição de suprimentos e contratação de serviços.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

APOIO À CAPACIDADE DO INES DE GERAR VALOR

Ouvidoria: tem seu foco na interlocução entre o cidadão e a Instituição. As manifestações apresentadas por alunos, responsáveis, servidores e cidadãos em geral podem ser: sugestões; elogios; solicitações; reclamações ou denúncias. O atendimento pode ser feito presencialmente, por telefone, por e-mail ou pelo sistema de ouvidorias do Governo Federal (e-Ouv).

A Ouvidoria tem colaborado com a geração de valor no sentido de contribuir para o controle social da qualidade e da eticidade dos serviços prestados, assim como o aperfeiçoamento da gestão e das relações internas e externas. Ela encaminha e acompanha as demandas, além de mediar conflitos, contribuindo para o aperfeiçoamento dos procedimentos e dos processos de trabalho na Instituição.

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC): existe para assegurar o direito de toda cidadã ou cidadão brasileiro, na qualidade de pessoa física ou jurídica, às informações públicas geradas pela Instituição ou nela existentes de maneira objetiva, sem a necessidade de apresentar motivo e sem burocracia. O acesso é a regra, o sigilo é exceção e limitada a situação legalmente previstas. O atendimento pode ser feito presencialmente, por telefone ou pelo sistema e-SIC.

O SIC colabora para a geração de valor no sentido de assegurar a transparência das ações do Instituto (transparência ativa, com divulgação proativa de informações, e transparência passiva, com a criação de procedimentos e prazos que facilitam o acesso à informação). Muitos pedidos de informação abordam e impulsionam ações do Instituto em apoio a situações relacionadas a pessoas surdas em lugares distantes dos grandes centros, somando com o trabalho de referencialidade exercido.

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-INES): atua junto com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Suas principais missões são:

- Garantir a preservação dos direitos das pessoas que tomam parte em pesquisas científicas no âmbito do instrumental instaurado pelo Sistema CEP/CONEP;
- Realizar ações educativas e de divulgação, que auxiliem os pesquisadores na submissão e acompanhamento de projetos de pesquisa no Sistema CEP/CONEP, assim como informar aqueles que tomam parte em pesquisas científicas de seus direitos.

Seus integrantes tem formação em diferentes áreas: Ciência Política, Antropologia, Linguística, Medicina, Fonoaudiologia, Pedagogia. Atende presencialmente, por telefone e por e-mail e realiza reuniões mensais.

O CEP-INES colabora para a geração de valor no sentido de qualificar o processo de formulação de projetos de pesquisa dentro do Instituto, tanto por meio da análise e avaliação dos protocolos submetidos à Plataforma Brasil quanto por meio de atendimentos, capacitações e eventos de divulgação. Externamente, o CEP-INES vem se tornando uma referência nacional obrigatória para pesquisas relacionadas às pessoas surdas. O principal impacto dessas ações é assegurar os direitos de integridade e esclarecimento pleno principalmente de pessoas surdas que sejam definidas como sujeitos de pesquisa.

3. Riscos, oportunidades e perspectivas



Gestão de riscos e controles internos

Segundo a publicação *Dez Passos para a Boa Governança*, do Tribunal de Contas da União (TCU, 2014), riscos “surgem da incerteza natural dos atuais cenários econômico, político e social e podem se apresentar como desafios ou oportunidades, na medida em que dificultem ou facilitem o alcance dos objetivos organizacionais” e o “ instrumento de governança para lidar com a incerteza é a gestão de riscos, que engloba, entre outras coisas, os controles internos”, permitindo que a instituição trate “com eficiência as incertezas, seja pelo melhor aproveitamento das oportunidades, seja pela redução da probabilidade e/ou impacto de eventos negativos, a fim de melhorar a capacidade de gerar valor” e cumpra seus objetivos. No caso de uma instituição de referência nacional, são muitos os riscos e as oportunidades, que, se bem manejados, podem mudar as perspectivas e o alcance de nossa geração de valor.

1. Riscos

O INES ainda não conta com uma política específica de gestão de riscos, mas as instâncias e práticas existentes vêm atuando para mitigação dos riscos detectados como capazes de comprometer o atingimento de nossos objetivos estratégicos.



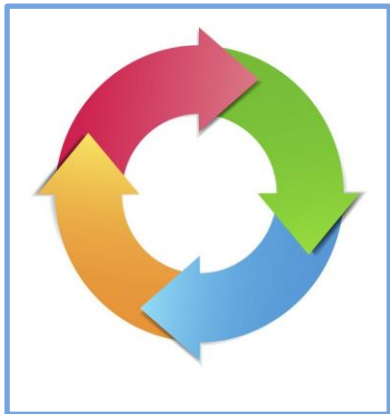
1.1 Segurança do patrimônio humano e material e da Tecnologia da Informação

Uma das questões prementes que se apresentou como risco foi suscitada pelo triste incêndio que atingiu o Museu Nacional, vinculado à UFRJ, em setembro de 2018. O INES possui edifícios que datam do início do século XX, e, portanto, têm mais de 100 anos de existência. As estruturas são imensas e muito antigas e, apesar de o conjunto arquitetônico ser considerado patrimônio cultural do Rio de Janeiro, não existia um plano específico para lidar com os riscos efetivos, humanos e materiais, da ocorrência de um incêndio ou dos efeitos de problemas estruturais causados por infiltrações em situações de chuva forte, por exemplo. As fontes desse risco são combinadas: externas (ambientais, como chuvas, raios, etc.) e internas (falta de equipamentos; sinalização; treinamento, etc.).

No PDI 2028-2022, na Função *Administração*, o tema *Obras em caráter de urgência* corresponde ao objetivo de “adotar todas as medidas necessárias para que as edificações e instalações do Instituto atendam de maneira integral e com segurança às necessidades imediatas dos setores para o cumprimento das atribuições regimentais e atendimento de usuários”. A ele, correspondem as metas de:

- Constituir uma força-tarefa para organizar o processo de avaliação completa das condições de segurança e risco de incêndios, infiltrações, desabamentos, etc., incluindo instalações elétricas, hidráulicas, paredes e telhados, dispositivos de alarme sonoro e visual e combate a fogo (sprinklers, extintores), brigada de incêndio, etc. de todas as edificações que compõem este Instituto; e
- Adotar como prioridade todas as medidas necessárias para que as edificações e instalações do Instituto atendam de maneira integral e com segurança às necessidades imediatas dos setores para o cumprimento das atribuições regimentais e atendimento de usuários.

O Departamento de Planejamento e Administração informa já ter encaminhado esse mapeamento, com os desdobramentos aplicáveis. Em 2019, foi contratada a empresa para elaboração do Projeto de combate ao Incêndio, através do contrato de prestação de serviços nº 36/2019, Instaservices Com. e Serviços Técnicos em Instalações e Obras Ltda., com início em 07/10/2019 e encerramento em 04/04/2020. Porém, por problemas operacionais e técnicos, o contrato foi cancelado. Com a pandemia, foi intensificada a importância de uma equipe de Engenharia, sendo assim foram feitos pregões para contratação, mas não houve êxito na finalização. Em 2021, foi contratado a equipe de engenharia pela empresa PGE Projetos, Gerenciamento e Empreendimentos Ltda., conforme contrato 001/2021, após a análise da equipe está sendo elaborado o termo de referência para contratação da empresa para elaboração do projeto de combate a incêndio, com as informações solicitadas pelo INEPAC conforme as normas do patrimônio tombado. Foi elaborado o projeto do campo de futebol, e está na fase da contratação da empresa para execução da obra.



1.2 Gestão do conhecimento

Os principais Riscos, Medidas Adotadas e Desafios registrados pelo Departamento de Desenvolvimento Humanos, Científico e Tecnológico foram os seguintes:

RISCO	MEDIDA ADOTADA	DESAFIO
<p>Eventos: A pandemia trouxe o desafio de prosseguir com as atividades de difusão de conhecimentos e de intercâmbio culturais, que são realizadas, habitualmente, por meio de eventos presenciais de alcance local, regional, nacional e internacional.</p>	<p>O caminho foi realizar eventos online, na plataforma <i>YouTube</i>. Isso se revelou uma oportunidade para ampliar o número de inscritos e de participantes e ampliar também o alcance da difusão de conhecimentos, uma vez que a permanência das palestras na Plataforma possibilitou um grande número de visualizações, muito acima do número de participantes inscritos. A avaliação do público tem sido positiva.</p>	<p>Para assegurar esse caminho como uma oportunidade que se abre e evitar maiores riscos, sugere-se a aquisição de uma plataforma de <i>streaming</i> ao vivo que permita o acesso a mais recursos, a fim de melhorar a acessibilidade e a dinâmica das palestras <i>online</i>. Também é necessário capacitar profissionais para operar a plataforma e as transmissões. Assim, será possível realizar todos os eventos com mais qualidade no formato <i>online</i>. Foi criado, em 2021, um canal <i>YouTube</i>.</p>
<p>Materiais de apoio: A grande demanda por materiais do INES, aliada à diminuição do quadro de servidores, configurou um risco para a continuidade do importante trabalho de gerenciar a produção e difusão de materiais de apoio ao ensino de surdos nos sistema de ensino brasileiros.</p>	<p>Foi demandada a criação de um sistema eletrônico de controle, o que foi atendido pela Divisão de Informática do Instituto, a DINFO.</p>	<p>Para 2022, recomenda-se que os materiais sejam guardados e contabilizados no estoque a partir desse sistema criado pela DINFO para a DIESP. Também se faz necessário prosseguir com a distribuição dos materiais recebidos em 2019 e 2020 prioritariamente para cursos de Licenciatura em Letras-Libras de todo o Brasil, assim que forem retomadas as atividades presenciais. Igualmente, demanda-se, para continuidade dessas atividades, a ampliação do quadro de servidores na DIESP, bastante reduzido devido a aposentadorias.</p>

RISCO	MEDIDA ADOTADA	DESAFIO
<p>Pesquisa: Parte importante da missão do INES é apoiar o desenvolvimento e difusão da ciência e da tecnologia relacionada à surdez e à cidadania das pessoas surdas, mas muitos profissionais ou estudantes do Instituto demandam apoio mais direto.</p>	<p>Há parcerias com o Comitê de Ética em Pesquisa e o DESU na forma de cursos, e devemos registrar que a democratização do conhecimento avançou muito nos últimos anos, com a implantação de página com os periódicos online do INES. Mas permanecem as demandas de apoio – elaboração de projetos, instrumentos de coleta de dados, preparação de artigos para periódicos científicos, etc. – bem como de maior acompanhamento do alcance das publicações institucionais. Para estimular a produção acadêmica e ampliar o controle das pesquisas cadastradas na Divisão, foi criado, em 2021, um Seminário de Pesquisas em Andamento, a exemplo de outras instituições brasileiras.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Formar uma Consultoria de Pesquisa, nos termos da Política de Pesquisa do Instituto. Sugere-se divulgação na intranet do INES, para atrair profissionais com titulação de Doutorado que tenham interesse, eventualmente com realização de entrevistas e análise de currículo; 2) Implantar, no site da DIESP, um sistema online de recebimento de propostas de pesquisa (preenchimento dos formulários e inserção dos documentos), visando automatizar, democratizar e uniformizar o processo de recebimento das solicitações de pesquisa; 3) Faz-se necessária a criação de uma ferramenta de contagem de acessos, que permitirá dimensionar o alcance de nossas publicações.
<p>Curso de Libras: A pandemia causou o adiamento do início das aulas do Curso de Libras, que sempre existiu somente na modalidade presencial. O setor já havia alertado para a necessidade de adotarmos a modalidade online, em razão da grande demanda.</p>	<p>Ao longo do primeiro semestre de 2020, foram feitos trabalhos de planejamento e capacitação. Por fim, no segundo semestre de 2020, foi possível dar início às aulas do Curso de Libras na modalidade online, dentro da plataforma <i>Google Classroom</i>. No entanto, não foi possível lançar editais para novas turmas. Tem sido bem sucedida a prática de priorizar instituições e profissionais que atuam em relação à pessoa surda. No entanto, uma questão ficou evidente: a saída, nos últimos anos, de profissionais qualificados em EaD, comprometeu a qualidade da gestão e da própria utilização da plataforma na qual as aulas foram realizadas.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Maior transparência na comunicação, de modo que tanto agentes do setor público quanto do terceiro setor assimilem e cumpram condições, trâmites e prazos; 2) A gestão mais profissional do Curso na modalidade <i>online</i> melhorou os resultados: o quantitativo de matrículas diminuiu um pouco (de 759 em 2020 para 746 em 2021), mas houve melhora na taxa de conclusão (de 180 concluintes com aprovação em 2020 para 334 em 2021).

RISCO	MEDIDA ADOTADA	DESAFIO
<p>Estágios: Devido à pandemia e à suspensão de atividades presenciais, o INES poderia deixar de ser um polo de atração de instituições de ensino para estágio de seus profissionais em formação. O Instituto tem diversos parceiros, internos e externos, e é grande a procura por estágios.</p>	<p>Nos termos da Portaria MEC nº 544/2020, o INES passou a trabalhar com a possibilidade de ofertar estágio remoto enquanto durar a pandemia. Todo esse processo ocorreu digitalmente (formulários de inscrição, modelos de documentos, registro de frequência, declarações e assinaturas), devendo ser lembrado que o Departamento de Educação Básico (DEBASI) é aquele que recebe maior volume de estagiários.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Destacamos a necessidade de um sistema informatizado que torne esse trabalho mais eficaz e eficiente. Para isso é necessário da colaboração da Divisão de Informática do INES – DINFO, responsável por desenvolvimento; 2) Na colaboração com o DEBASI, deve-se estabelecer uma dinâmica da participação do estagiário remotamente, assim como o acompanhamento por parte do supervisor e seu respectivo registro para fins de comprovação de carga horária.
<p>Audiologia: Os trabalhos da Divisão de Audiologia (DIAU) sofreram descontinuidade devido à pandemia, pois abrangem exames de detecção e identificação de perda auditiva, realizados presencialmente com bebês, crianças, jovens, adultos e idosos. Além disso, foi necessário desocupar o espaço utilizado, que demandava obras de infraestrutura. Outro problema diz respeito aos canais de comunicação para agendamento por parte do público.</p>	<p>Em julho de 2021, foi possível a retomada dos trabalhos presenciais, sempre com os cuidados de evitar aglomeração e assegurar a higienização do ambiente entre uma e outra consulta. Houve 539 atendimentos até o final do ano. Apesar da paralisação, foram efetivados os processos licitatórios para a realização de consertos necessários em diversos aparelhos utilizados pela DIAU, bem como das obras necessárias. As fonoaudiólogas têm realizados pesquisas e produzidos materiais conforme definido nas normas institucionais.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Concluir todos os reparos necessários nos equipamentos; 2) Concluir reformas em instalações físicas originais, que asseguram melhores condições de acessibilidade para o público atendido; 3) Definir outro espaço para instalação provisória da DIAU até que sejam concluídas reformas e reparos; 4) Criar uma conta institucional de WhatsApp para agilizar os agendamentos de consultas e exames, uma vez que o procedimento atual limita-se ao uso de e-mail e telefone fixo.
<p>Biblioteca: A pandemia trouxe risco de descontinuidade nos atendimentos, com prejuízo para estudantes e para pesquisadores externos.</p>	<p>A equipe da Biblioteca concluiu dois grandes trabalhos de catalogação das matrizes curriculares dos cursos de Pedagogia do INES (presencial e a distância), bem como de todas as respectivas bibliografias, a básica e a complementar. E instituiu um catálogo virtual de e-books na plataforma <i>Library Thing</i>. Todos os serviços de referência estão sendo feitos online.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Publicar o novo Regulamento e a nova Política de Seleção de Acervo, que estão em fase de elaboração, já considerando as novas práticas surgidas com o contexto da pandemia.



1.3 Política linguística institucional

Outra questão que se apresenta como risco para o INES é o fato de que não existe uma definição de Política Linguística para a própria instituição. Ou seja, nele não há diretrizes compartilhadas quanto ao aprendizado, ao uso e ao papel da Língua de Sinais e da Língua Portuguesa. Em muitas esferas de trabalho, prevalecem práticas monolíngues (língua oral, apenas com interpretação em Libras) que não correspondem à nossa vocação e compromisso com a Cidadania Surda, pois geram barreiras de comunicação que se tornam discriminações ou mesmo exclusões.

Além disso, falta clareza quanto ao que se entende por “educação bilíngue”. Há diferentes visões acerca da definição de “educação bilíngue” em documentos do próprio Instituto: alguns enfatizam o lugar da Libras como primeira língua e do Português escrito como segunda; outros sustentam que “educação bilíngue” são “duas línguas em circulação”.

Podemos dizer que o que é mencionado no item 1.6 deste Capítulo, com respeito à Educação Superior, existe de maneira geral no INES:

- Resistência de alguns docentes à aprendizagem, ao uso e à produção de materiais em Libras;
- Resistência de alguns servidores administrativos à aprendizagem e ao uso da Libras;
- Entendimento de que a Instituição – um instituto de surdos – promove “acessibilidade aos surdos” por meio das medidas que adota, quando, por definição, a língua dos surdos, a língua de sinais, deveria ser de uso corrente, ficando a promoção da acessibilidade circunscrita aos ouvintes não fluentes na língua de sinais;
- Alguns dos atendimentos em saúde de alunos surdos são realizados em Português, com atuação de Tradutor Intérprete de Libras.

Tudo isso cria grande fragilidade para uma instituição definida como centro de referência nacional. A ponto de outras instituições, com maior clareza quanto a sua política linguística institucional, poderem reivindicar esse papel. O debate foi suscitado em reunião de Departamentos e entrou para a agenda de prioridades em nosso Plano de Desenvolvimento de Pessoas e de complementação de nosso PDI. Com a retomada das atividades presenciais, após a superação da pandemia, haverá ciclos de debate acerca do tema, liderados pelo Conselho Diretor.



1.4 Estrutura organizacional e Conselho Diretor em questão

O Conselho Diretor, instância máxima do INES, reúne-se no mínimo a cada dois meses, com as atribuições de: propor diretrizes de funcionamento do Instituto, opinar sobre proposta orçamentária; participar do planejamento e acompanhamento da gestão; expedir normas para comissões; definir critérios para regime de trabalho, avaliação de desempenho e progressão de servidores, bem como critérios gerais para concursos públicos, etc.

Em 2021, os principais riscos enfrentados pelo Conselho Diretor no âmbito de suas atribuições foram:

- O fato de o Regimento Interno do INES e sua estrutura de cargos não corresponder mais às necessidades da Instituição e às diretrizes mais recentes de boa governança pública, e precisar ser reformado com ampla participação;
- O fato de a sua própria legitimidade enquanto instância máxima vir sendo questionada ao longo da última década por haver, segundo diferentes atores institucionais, excessivo espaço ocupado por integrantes do grupo gestor;
- A dificuldade de definir e contar com a participação efetiva de representante de alunos do Colégio de Aplicação;
- O término do mandato dos membros em meio à pandemia teve um grande impacto na organização do ensino, em especial no Colégio de Aplicação (CAP). O fato de o CAP não ter um Conselho Escolar faz com que o Conselho Diretor exerça esse papel. Sendo assim a votação da reorganização do calendário escolar de 2020, é uma das pendências a ser resolvida e depende do posicionamento do MEC quanto ao mandato dos membros;
- As dificuldades de realização de reuniões *online* com a participação de todas as categorias, e acessibilidade tecnológica que permitisse a participação do maior número de servidores do INES. Isso causou a diminuição das reuniões durante a pandemia, pois a plataforma *Zoom* utilizada só permite a participação de 100 pessoas. Com isso, a participação das pessoas ficou condicionada à pontualidade. Os servidores que resolvessem participar com atraso não teriam condições de acesso a plataforma.

Em 2021, foram elaboradas de modo participativo propostas de novo Regimento Interno do INES e de criação do Conselho Escolar do Colégio de Aplicação do Instituto. Para solucionar a terceira questão, têm sido feitas reuniões de esclarecimento, com o empenho de engajar estudantes nessa Instância. Com respeito ao quarto item, foi formulado pedido de orientação à Consultoria Jurídica do Ministério da Educação. Sobre o último item, de fato tivemos que realizar um número menor de reuniões e com participação mais restrita.

Devemos registrar que, no ano de 2020, o Conselho Diretor aprovou a criação do DIDAPS, um núcleo constituído no âmbito do DEBASI que tem por objetivo a produção e materiais bilíngues. Esse Núcleo teve grande importância na concepção, produção e difusão de vídeos de orientação a alunos e familiares no contexto da pandemia.



1.5 Educação Básica

O Colégio de Aplicação possui instância de Gestão Democrática, com participação de docentes, alunos, técnicos e gestores. Os principais riscos identificados e medidas adotadas ou sugeridas foram:

RISCO	MEDIDA ADOTADA
<ul style="list-style-type: none"> • EDUCAÇÃO INFANTIL - O relativo esvaziamento da Educação Infantil, nos últimos anos, em termos de procura, transferência, matrículas, bem como incremento na evasão; 	<p>Os dois primeiros riscos tanto vêm acontecendo em função da diretriz de inclusão escolar - nas redes públicas da região Metropolitana do Rio de Janeiro – que tem possibilitado às famílias matricular seus filhos em escolas no próprio bairro ou mais próximo das suas residências, quanto em relação às dificuldades das famílias de se dirigirem diariamente ao INES, necessitando utilizar mais de uma condução, tendo que sair de casa muito cedo e só retornar após os filhos serem liberados, às 12h30 ou às 15hs, nos dias em que participam de atividades de reforço escolar ou oficinas. O relato das mães que mais acompanham os filhos à escola é de que todo esse tempo dedicado a esse acompanhamento impede sua inserção no mercado de trabalho. Quando a renda da família é afetada, elas necessitam trabalhar, porque os benefícios sociais não suprem todas as despesas da família, gerando assim o terceiro risco que é a evasão escolar, ou o pedido de transferência para outra escola.</p> <p>Os professores do Serviço de Educação Infantil que conhecem de perto essa realidade também percebem o quanto a rotina de acordar muito cedo e de passar horas no transporte público nos trajetos casa-escola-casa gera cansaço físico e mental ao longo do tempo para as crianças menores e seus familiares, que faz com que algumas mães iniciem muito bem o ano letivo, mas depois resolvam pedir a transferência para outra escola. Embora haja preocupação da equipe de oferecer apoio às famílias, motivando-as a participar de atividades lúdicas e pedagógicas com os filhos e oferecendo oficinas de Libras, para que o tempo de espera na escola seja ressignificado e produtivo, a oferta de transporte escolar para os alunos poderia ser uma alternativa favorável às famílias e ao aumento da matrícula no Ensino Infantil, tendo em vista as dificuldades relatadas. Neste segundo ano de pandemia houve um maior esvaziamento das turmas, com a diminuição da procura por matrícula, porque as famílias começaram a buscar creches para deixar seus filhos depois de dois anos em casa sem trabalhar, sentiram maior necessidade de retornar as suas atividades e as mulheres contribuírem com a renda da família. Neste ano de 2021 os professores continuaram o ensino remoto, com entrega de atividades e de materiais escolares, oferecendo todo suporte necessário as famílias e a Disop- Divisão Sócio-Psico-Pedagógica continuou realizando o acompanhamento.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • EVASÃO ESCOLAR – Saída de alunos devido à situação de vulnerabilidade 	<p>Embora o índice de evasão do Colégio de Aplicação não seja tão alto, a maior ocorrência acontece no Serviço de Ensino Fundamental e Médio noturno: são alunos adultos que trabalham durante o dia, muitas vezes em locais distantes do INES. Mesmo</p>

<p>socioeconômica (famílias monoparentais, lideradas pela mãe e afetadas por desemprego; subemprego; desestruturação familiar; dependência de benefícios assistenciais, etc.)</p>	<p>encerrando suas atividades laborais com antecedência em relação às aulas, têm dificuldades no traslado: chegam sempre atrasados, perdem muitas aulas, o que compromete seu desenvolvimento escolar e causa abandono. A direção do DEBASI e a Coordenação de Assistência ao Educando têm feito: contato direto com a empresa em que o aluno trabalhe para explicar a necessidade de alteração do horário de entrada e saída se possível, para possibilitar que o aluno permaneça estudando; acompanhamento do Técnico em Assuntos Educacionais em relação ao número de faltas do aluno; encaminhamento, quando necessário, à Divisão Sócio-Psico-Pedagógica para análise dos fatores socioemocionais que estejam influenciando suas constantes ausências para, assim, evitar a evasão. Este último procedimento aqui relatado é realizado também com mães, pais e responsáveis pelas crianças, adolescentes e jovens de menor idade, neste período de pandemia este contato foi muito constante, ao ser identificado pelo TAE – Técnico em Assuntos Educacionais que os alunos não estavam tendo assiduidade no acesso a plataforma <i>classroom</i> a Disop já fazia contato.</p>
<p>RISCO</p>	<p>MEDIDA ADOTADA</p>
<ul style="list-style-type: none"> • MUDANÇAS NO PERFIL DO ALUNADO - Aumento nas matrículas de alunos surdos com outras condições associadas, levando a novas demandas em termos de atendimento especializado, necessidade de profissional de apoio ou cuidador que acompanhe os alunos em sala de aula, acessibilidade e métodos de ensino; 	<p>Essa situação, além de levar as novas demandas em vários aspectos já citados em termos de atendimento especializado, necessidade de profissional de apoio ou cuidador que acompanhe os alunos em sala de aula, acessibilidade e métodos de ensino, também traz muitos desafios relacionados ao acompanhamento dos profissionais e formação continuada de toda equipe. A partir da experiência de 2019, na tentativa de dar continuidade ao acompanhamento dos profissionais de apoio por meio de uma coordenação específica, para melhor orientação dos Planos Educacionais Individualizados, foi detectada a ausência de articulação entre professores regentes, professor de apoio (mediador) e professor de atendimento especializado, porque possuíam orientadores pedagógicos diferentes e realizavam reuniões pedagógicas também em horários diferentes. Então, em 2020, buscamos incluir os professores mediadores nas reuniões de planejamento SEF1 - Serviço de Ensino Fundamental, tomando como exemplo a prática exitosa realizado no SEDIN - Serviço de Ensino Infantil, e dividimos a Orientação Pedagógica do SEF1 entre dois professores orientadores, diferentemente do ano anterior que tinha apenas um orientador para todos os professores. Isso contribuirá para uma melhor articulação com os profissionais de atendimento especializado, que necessitarão criar apenas uma outra reunião em que possam trocar experiências e propostas pedagógicas relacionadas ao acompanhamento dos alunos de acordo com as suas especificidades.</p> <p>Quanto à necessidade de profissional de apoio e o efetivo atendimento, estamos selecionando os alunos de acordo com o profissional de apoio que melhor se adequa às suas necessidades de inclusão, ou seja, profissional com formação pedagógica ou cuidador, e como não dispomos de profissional cuidador, foi realizado um estudo do termo de referência específico para a contratação do cuidador, que não ocorreu porque as aulas não retornaram presencialmente devido a pandemia. Então oferecemos atendimento remoto com atividades adaptadas para os alunos surdos com outras condições associadas, com o apoio do mediador pedagógico.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE - Demandas concorrentes. Professores reclamam direito a 	<p>Buscamos manter a coerência entre as demandas. A equipe do DEBASI realizou levantamento das necessidades de reforço escolar no contraturno, tendo por base os resultados das avaliações iniciais e do Conselho de Classe. Os professores que estavam fora de sala de aula, em atividades administrativas, foram convocados a retornar ao ensino e a carga horária dos professores do SEF1 foi</p>

<p>também atuar em áreas da docência que não a sala de aula (pesquisa, extensão, gestão), o que implica adaptações na distribuição da carga horária. Responsáveis por alunas e alunos demandam mais foco no trabalho de apoio e reforço escolar ao longo do dia.</p>	<p>organizada, tendo em vista a oferta de oficinas e reforço escolar para todos os alunos até às 14h45. Quanto aos demais alunos, os orientadores pedagógicos estavam realizando essa organização juntamente com suas equipes. Com a criação da Comissão Permanente de Avaliação dos Planos Individuais de Trabalho, formada por seis professores escolhidos pelos pares, tal Comissão analisará os planos anuais de trabalho dos professores, nos termos da Portaria 116/2018, que determina a carga horária obrigatória para as atividades de ensino e que os docentes só poderão propor atividades de pesquisa e/ou extensão, formalizadas e cadastradas quando as atividades de ensino estiverem plenamente atendidas. Assim, atendemos às demandas das famílias, ofertando reforço escolar dentro das possibilidades (a maioria das mães informou não ter condições de permanecer no INES aguardando os filhos até às 17hs). A melhor opção foi o turno estendido. E atendemos à demanda dos professores quanto à pesquisa e extensão. Como não houve o retorno das aulas presenciais em 2021, não foi possível dar continuidade – só em 2022, com o retorno.</p>
--	--

RISCO	MEDIDA ADOTADA
<ul style="list-style-type: none"> • ACESSO AO TRABALHO - Uma das competências do INES no âmbito da Educação Básica é a preparação e o encaminhamento para o trabalho de pessoas surdas. A pandemia representou um sério risco a essa diretriz, uma vez que todos os procedimentos – cursos de preparação para o trabalho, cursos voltados para a geração de renda, cadastro de pessoas surdas, reuniões com empresas – eram presenciais. Outro desafio que se apresentou referiu-se aos novos cuidados que eventuais candidatos surdos a vagas deveriam ter em ambientes de trabalho no contexto da pandemia. 	<p>A DIEPRO iniciou atendimento por meios remotos no início do mês de abril de 2020. Naquele momento, a equipe definiu a utilização de dois canais de atendimento: o e-mail para comunicação com as empresas e, com candidatos que tiverem preferência por este canal, <i>facebook</i> para divulgação das vagas e comunicação com candidatos. A partir da primeira semana de atendimento remoto, observou-se a necessidade de apresentação das vagas por meio de vídeo em LIBRAS. Foram realizadas adaptações nos formulários originais utilizados no atendimento presencial, como, por exemplo, a criação de formulários acessíveis (<i>Google forms</i>) disponibilizados pela internet. Também foram produzidos vídeos com conteúdo de orientações sobre os cuidados necessários para minimizar o risco de contaminação pelo coronavírus. No entanto, não foi possível realizar os cursos de orientação para o trabalho remotamente, por falta de acessibilidade digital por parte dos candidatos. O trabalho permaneceu em 2021.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • PANDEMIA - No Brasil e no mundo, estamos há dois anos lutando contra a pandemia do novo Coronavírus, que vem trazendo mudanças importantes na nossa maneira de viver e trabalhar. Para o Colégio de Aplicação, houve vários riscos que demandaram a adoção de medidas: 	<p>A equipe do DEBASI, a partir do dia 16/3/20, nos termos do Decreto nº 46.970/20, afastou-se das atividades presenciais, mantendo o isolamento social na perspectiva de contenção do vírus. A Direção Geral do INES criou o Comitê Consultivo de Emergência, que conta com servidores do DEBASI (Coordenador de Avaliação e Atendimento ao Educando; Professor de Biologia; Médica Pediatra; Fisioterapeuta) e elabora</p>

- Atender às novas diretrizes de enfrentamento da pandemia;
- Preservar os canais de contato entre docentes, alunos e famílias;
- Fazer frente à impossibilidade de adoção imediata do Ensino a Distância com os alunos do INES, em razão da desigualdade de condições de acesso digital, às condições socioeconômicas das famílias e às barreiras linguísticas para se fazer um ensino bilíngue de qualidade. Isso foi expresso de maneira unânime por professores e coordenadores;
- Viabilizar informações e orientações sobre a pandemia e os cuidados necessários a alunos e familiares;
- Atender às demandas de sofrimento psicossocial de alunos e seus familiares diante das perdas humanas e materiais no contexto da pandemia;
- Atender à preocupação da Associação de Pais de Alunos do INES com o isolamento pedagógico de seus filhos e à necessidade de materiais de apoio;
- Atender ao disposto no Parecer nº 05/2020, do Conselho Nacional de Educação (CNE), sobre reorganização de calendário escolar e atividades presenciais;
- Reorganizar os calendários, planejar e retomar as atividades educativas e o apoio aos estudantes.

recomendações para toda a Instituição, informando sobre os protocolos sanitários e os índices de contaminação do Covid-19.

Para manter contato com famílias e alunos, a Coordenadora de Administração Escolar criou grupos com os familiares dos alunos por segmento da Educação Infantil ao Ensino Médio e juntamente com a Direção do DEBASI passou a realizar reuniões através da plataforma Zoom. Posteriormente, foram criados grupos de WhatsApp por turma com os alunos do Ensino Fundamental 2 e do Ensino Médio, para favorecer a continuidade do contato dos alunos diretamente com a equipe do DEBASI, o compartilhamento de informações por meio dos vídeos em Libras e atendendo também aos pedidos de declarações de escolaridade ou transferência solicitados pelas famílias.

Da mesma forma, em consonância com o princípio da gestão democrática, foram promovidas discussões desde o momento da suspensão das atividades presenciais, que abrangeram a reorganização do calendário escolar e o planejamento das atividades.

Para manter o contato com os alunos e familiares e garantir o acesso a informações em relação à saúde, a Coordenação de Avaliação e Atendimento ao Educando criou com sua equipe (médicos, psicólogo, pedagogo, fonoaudiólogos, assistentes sociais, fisioterapeuta e terapeuta ocupacional), com o apoio dos tradutores intérpretes, uma rede de apoio às famílias e estudantes, por meio do Canal do Coronavírus, para tirar dúvidas.

A equipe da Divisão Sócio-psico-pedagógica conduziu, em parceria com a equipe da Divisão Médico-Odontológica, um canal de dúvidas acerca do novo Coronavírus. No início do ano, esse canal atendeu principalmente a busca de informações gerais sobre a pandemia. Com o passar dos meses, essa demanda por informações diminuiu. Mas o acolhimento e o atendimento a demandas psicossociais ampliaram-se, ganhando especificidades nesse período da pandemia, com o surgimento de demandas de sofrimento psicossocial relacionadas à perda de familiares, ao desemprego e suas consequências econômicas, ao isolamento, ao medo da morte, entre outras. Tais demandas chegaram pelos canais de comunicação abertos nesse período (e-mail; WhatsApp - videochamada e mensagem – e telefone). Foram frequentes demandas relativas a alterações no comportamento, como o sono das crianças, que têm sentido os efeitos do longo distanciamento dos laços sociais propiciados pela escola.

Em maio, foi criado um site para o DEBASI, que passou a divulgar materiais de orientação a alunos e familiares sobre Covid 19, produzidos por professores. Da mesma forma, foram mantidos canais de comunicação (telefone, e-mail, videochamada) com a

	<p>Associação de Pais de Alunos do INES, com respeito às medidas de apoio.</p> <p>Com respeito à demanda de posicionamento ante o Parecer do CNE, a Direção do Colégio de Aplicação solicitou posicionamento à área Pedagógica, que afirmou não haver condições de retomada de atividades presenciais, tendo em vista que:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A maioria dos estudantes mora longe, necessitando de até três transportes públicos distintos, o que representaria risco de contaminação e transmissão para os colegas; 2. As salas de aula são pequenas e mal ventiladas, impossibilitando a manutenção do distanciamento social necessário e a renovação do ar do ambiente; 3. Como parte da comunicação viso-gestual característica própria da Libras, os usuários da língua costumam se tocar constantemente, assim como as crianças, para ensinar uns aos outros, pegam nas mãos para ensinar sinais; 4. O INES conta com número insuficiente de assistentes de alunos para fazer um acompanhamento minucioso do distanciamento social e a ida ao banheiro e garantir a higienização eficaz das mãos, conforme exige o contexto pandêmico; 5. O Instituto possui muitos alunos que fazem parte do grupo de risco, sendo muitos portadores de doenças crônicas e respiratórias; 6. Alunos e profissionais eventualmente assintomáticos poderiam disseminar a doença na comunidade escolar sem perceber; 7. O Instituto conta com muitos profissionais em grupos de risco, o que dificultaria a retomada dos trabalhos. <p>O Diretor Geral do INES, então, solicitou que fossem oferecidas atividades não presenciais aos alunos, inicialmente por meio de materiais impressos e, depois, por meio de aulas remotas, com a entrega de chips para acesso a internet, em 2020. Em janeiro de 2021 foram entregues tablets para todos os alunos tendo em vista a necessidade de oferecer-lhes ferramentas tecnológicas que os estimulassem ao acompanhamento das aulas postadas.</p> <p>Para reorganização do calendário de 2020, foi criada, em 05/10/2020, uma comissão formada por professores e pela Coordenadora de Orientação e Acompanhamento da Prática Pedagógica, que teve início com a entrega dos módulos. A finalização do ano letivo de 2020 ocorreu em junho de 2021. E deu início ao calendário ano letivo de 2021 em julho de 2021 finalizando em dezembro de 2021, foi dada continuidade ao ensino remoto e em novembro de 2021 ocorreu um retorno presencial das atividades em meados de novembro, com oficinas de acolhimento.</p> <p>Mantivemos diversas atividades remotas em 2021. O público-alvo foram alunos</p>
--	--

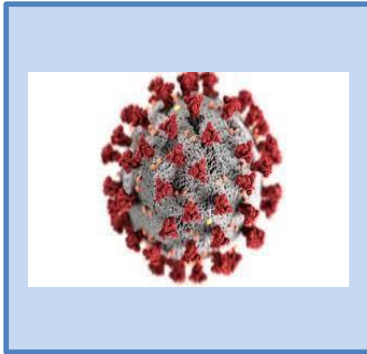
	<p>do INES, seus familiares e a comunidade surda em geral. Em função dos impactos da pandemia, incluímos neste público os servidores do INES, mediante demanda de apoio e orientação em relação às questões psicológicas e também de saúde. O psicólogo e a médica pediatra passaram a realizar atendimentos aos servidores e alunos com sintomas de Covid-19 através do WhatsApp, para as orientações de cuidado e encaminhamento para as unidades de saúde mais próximas.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • POLÍTICA LINGUÍSTICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA - A elaboração de políticas linguísticas contextualizadas com os desafios da pandemia do Covid-19 foi uma responsabilidade assumida pela equipe do DEBASI respondendo a uma demanda que vai além do reconhecimento e manutenção de uma língua e de seus falantes, mas considerando o reconhecimento da Libras como a forma de comunicação e expressão, transmissão de ideias e fatos, imprescindível aos nossos servidores, alunos e familiares da comunidade surda por promover a acessibilidade comunicacional para o alcance de conhecimentos e informações que a sociedade não oferece em suas diferentes mídias. Existe um déficit muito grande de informações em Libras. 	<p>Com o propósito de dar continuidade ao trabalho realizado presencialmente, em que a prática educacional do DEBASI é pautada na perspectiva bilíngue, tendo a Língua Portuguesa como Segunda Língua (L2) e a Libras como L1, o DEBASI organizou o trabalho remoto também na perspectiva bilíngue, por meio de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • rotina de reuniões on-line semanais entre orientadores pedagógicos e os professores e reuniões com as famílias com a presença de tradutores intérpretes; • reuniões com os alunos do noturno diretamente em Libras; • produção de memorando circular bilíngue; • criação de redes sociais bilíngues como: site do DEBASI, Facebook, YouTube. <p>Em regime colaborativo entre setores do DEBASI, foram elaborados materiais com orientações aos alunos e seus familiares, em apoio ao enfrentamento da pandemia e em acolhimento às dificuldades que as famílias enfrentam nesse contexto, considerando sua realidade (a maioria das famílias vive em condições de vulnerabilidade socioeconômica) e assegurando acessibilidade linguística (texto, áudio e língua de sinais). Todos os vídeos foram publicados no Canal YouTube do DEBASI. Alguns dos títulos produzidos foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dicas de Rotina: materiais informativos e instrutivos sobre a prevenção do Covid-19; • Luto e despedida durante a pandemia de Covid-19; • Orientações sobre o auxílio emergencial; • Orientações sobre o Vale Social; • Sistema Único de Saúde (SUS); • Saúde Mental; • Vacinas; • Importância do Brincar (jogos para crianças e adolescentes); • Adolescência e seus desafios (incluindo dicas culturais); • Temas transversais, como violência contra mulher e racismo. <p>Em 2021 houve uma continuidade do trabalho.</p>

1.6 Ensino Superior



O Ensino Superior também possui uma instância de Gestão Democrática – o Colegiado – com participação de docentes, alunos, técnicos e gestores. Os principais riscos identificados e medidas adotadas ou sugeridas foram:

RISCO	MEDIDA ADOTADA
<p>Evasão, segundo levantamentos dos próprios docentes, causada tanto por barreiras linguísticas quanto por situações de vulnerabilidade socioeconômica de alunas e alunos;</p> <p>Dificuldade de preencher toda a demanda de Tradutores Intérpretes de Libras (TILS) para as diferentes áreas de atuação: aulas de graduação (presencial e a distância); especializações; mestrado profissional; grupos de pesquisa; defesa de monografia, etc.;</p> <p>Resistência de alguns docentes à aprendizagem, uso e produção de materiais em Libras;</p> <p>Resistência de servidores técnicos administrativos à aprendizagem e uso da Libras;</p> <p>Atribuição de “acessibilidade” aos surdos em escola própria, enquanto deveria ser o contrário;</p> <p>Relatos da Divisão de Assistência ao Estudante de conflitos, incidentes tanto entre docente e discente (menos comum) quanto entre discentes, com algumas situações de agressividade;</p> <p>Existem duas carências importantes no DESU:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Implantação de um sistema integrado de gerenciamento, com registros acadêmicos, registros de Planos Individuais de Trabalho, aulas, eventos e carga horária docente; ○ Implantação de um Ambiente Virtual de Aprendizagem: as aulas, quando registradas e traduzidas, poderiam permanecer nos ambientes, permitindo aos alunos a revisão. 	<p>Há alguns anos, existe discussão acerca da criação de uma Bolsa de Apoio à permanência e sucesso de alunas e alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e o debate deverá ser retomado, assim como o debate sobre política linguística (ver item 1.2 deste Capítulo);</p> <p>Com respeito aos TILS, há necessidade de promover a definição da Política Linguística e de construir o planejamento de sua implementação, além de fazer interlocuções políticas com o MEC e o Ministério da Economia com respeito a concursos;</p> <p>As questões 3, 4 e 5 enfatizam a necessidade de se discutir uma política linguística institucional, uma vez que, se a instituição é de surdos, a aprendizagem e uso da Libras deveriam ocorrer naturalmente e não como medida de acessibilidade para alunos surdos.</p> <p>Conversas com as partes interessadas na sala da Divisão, nos corredores e com o Diretor. Mas se sugere a interlocução com a Divisão Sócio-Psico-Pedagógica do INES, que tem Assistentes Sociais e Psicólogos (estes já atendem alunos) e pode ajudar a conceber e acompanhar uma abordagem sistêmica dos conflitos, com estudos de caso e aconselhamento.</p> <p>A demanda relacionada ao Sistema de Gerenciamento poderá ser atendida pela Divisão de Informática, vinculada ao DEPA. Com respeito à segunda questão, o DESU poderá aproveitar a experiência do Curso a distância, que tem Ambiente Virtual próprio, e avaliar com a Divisão de Informática se haveria condições institucionais de criar algo parecido ou se teríamos que contratar empresa especializada.</p>



1.7 Medidas administrativas de enfrentamento à pandemia do Novo Coronavírus

RISCO	MEDIDA ADOTADA
<p>Em 2020, o país se viu em um contexto de pandemia global, que gerou insegurança e risco à integridade das pessoas e a necessidade de medidas de controle da disseminação do vírus para se evitar o colapso dos sistemas de saúde do País.</p> <p>O Instituto recebe em suas dependências mais de 450 alunas e alunos surdos. Ao longo da última década, uma proporção crescente dessas crianças, jovens e adultos matriculados apresenta outras condições associadas, tais como Deficiência Física, Deficiência Visual (Baixa Visão, Surdocegueira), Dislexia, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Síndromes Neurológicas, Transtornos de Personalidade, etc. Algumas dessas condições, como as Deficiências Físicas e as Síndromes Neurológicas, acarretam imunodepressão ou funcionamento respiratório / cardíaco prejudicado.</p> <p>Quanto às condições socioeconômicas do corpo discente do INES, a maior parte dos alunos surdos do Colégio de Aplicação – cerca de 80% segundo o último levantamento feito – é oriunda de famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Com renda per capita</p>	<p>Em 17 de março de 2020, foi instituído o Comitê Consultivo de Emergência do INES, por meio da Portaria nº 078 do INES, para estudar e propor diretrizes de enfrentamento à pandemia consoante o interesse público e a segurança sanitária, como também deu publicidade aos atos relacionados em seu portal na internet < ines.gov.br > e em suas redes sociais oficiais.</p> <p>Em 2020, o Comitê emitiu dez Notas de Orientação à Comunidade do INES, e auxiliou na elaboração de materiais informativos de prevenção ao COVID-19 divulgados nos diversos canais de comunicação do INES: <i>website</i> oficial do INES, intranet (Rede Interna), página pública do Departamento de Educação Básica, TV INES e Redes Sociais do INES.</p> <p>Além disso, em 2020 o INES disponibilizou 9 (nove) vídeos orientadores sobre o enfrentamento à pandemia dirigidos às pessoas surdas e seus familiares, com orientações em Língua Brasileira de Sinais. Também foram criados canais de comunicação com orientações por WhatsApp, e-mail e telefone.</p> <p>Com fundamento em Pareceres do Comitê Consultivo, o INES suspendeu atividades presenciais, mas adotou todas as medidas necessárias à segurança sanitária, conforme recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e das autoridades sanitárias brasileiras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • restrição e controle do acesso às suas dependências; • determinação e controle do uso de máscaras por todos que nele circulam; • provisão de espaços e materiais de higienização (lavatórios em funcionamento e em quantidade suficiente; sabão líquido; gel alcoólico 70%; saboneteira; toalhas de papel); • demarcação de espaços para fins de distanciamento social;

inferior a ¼ do salário mínimo vigente, no núcleo familiar, dependem de programas assistenciais – Benefício de Prestação Continuada (BPC), Bolsa Família – para manter o lar. Muitas dessas famílias moram em comunidades e enfrentam precárias condições de saneamento e muitas situações de aglomeração. Além disso, há dados que indicam que a maior parte de nosso alunado reside na Baixada Fluminense, em São Gonçalo, na Zona Oeste e na Zona Norte do Rio, chegando alguns a necessitar de três transportes públicos distintos para fazer o trajeto residência/INES e mais três para realizar o trajeto INES/residência. Usar o transporte público, em uma conjuntura de pandemia, representa, para eles, intensificado risco de contaminação e transmissão para os colegas.

Somando-se a esse quadro, existe a desigualdade de acesso à informação. As barreiras comunicativas são mais um fator de risco: pessoas surdas não informadas ou mal informadas são mais vulneráveis ao contágio e disseminação. Deve-se recordar que os telejornais das principais emissoras da TV aberta não são sinalizados, e o mesmo se pode dizer dos conteúdos dos principais canais de informação da internet. Mesmo as comunicações oficiais muito dificilmente são sinalizadas, o que implica uma inequívoca lacuna de informação relevante à comunidade surda.

- distribuição e uso de máscaras e EPIs aos colaboradores essenciais;
- suspensão de atividades presenciais, como aulas, atendimentos médicos e fonoaudiológicos, visitas técnicas, visitas guiadas, eventos;
- medição de temperatura de eventuais ingressantes;
- instalação de dispensadores de álcool em gel nas instalações;
- reforço na higienização de espaços de uso compartilhado;
- escala de plantões e horários para serviços essenciais assegurando não aglomeração;
- priorização do trabalho remoto na Direção Geral e nos diferentes setores, com planejamento próprio normatizado;
- monitoramento da situação de servidores e alunos.

A inviabilidade das atividades presenciais, seja de ensino ou administrativas, com base na Ciência e nas orientações das autoridades sanitárias, fez com que adotássemos o modelo de trabalho e ensino remoto, com respaldo em normativas dos Ministérios da Economia e da Educação e também do Conselho Nacional de Educação. Tudo isso foi normatizado internamente, com definição de orientações e procedimentos, e informado ao Ministério da Educação. Os calendários escolar e acadêmico foram reorganizados, docentes e técnicos passaram por capacitações e trabalharam coletivamente na definição dos trabalhos na modalidade remota de ensino.

Considerando o perfil socioeconômico de seu alunado, o INES realizou o pregão eletrônico de nº 00018/2020, para compra de Serviço Móvel Pessoal (SMP), com fornecimento de SIM CARD + Modem com acesso a Internet móvel (ANEXO 8), assegurando que todos os seus alunos tenham igual acesso aos conteúdos escolares que serão disponibilizados pela plataforma *Google Classroom*.

Além disso, foi feita a aquisição de *tablets*, que serão distribuídos aos alunos em 2021, também para superar os desafios da desigualdade de acesso ao mundo virtual nesse contexto de pandemia.

Por fim, considerando a situação de vulnerabilidade vivida por grande parte das famílias de nossos alunos – agravada pela pandemia –, devemos destacar a organização e distribuição de kits de alimentação aos alunos com matrícula ativa no Colégio de Aplicação, com recursos do FNDE.

2. Oportunidades e perspectivas

Há duas medidas, fundadas no diálogo e na colaboração, que vemos como oportunidades para ampliar a nossa capacidade de alcançarmos nossos objetivos estratégicos. A primeira delas é interna: semanalmente, o Diretor Geral promove reuniões com os Diretores dos Departamentos para acompanhamento das atividades realizadas, troca de ideias sobre os rumos do Instituto e deliberação coletiva de linhas de ação. A segunda é externa: o estabelecimento de diálogo e colaboração com a Diretoria de Políticas para a Educação Bilíngue, também comandada por uma profissional Surda, no âmbito do MEC.

Outra oportunidade veio de uma demanda externa, no ano passado, relativa à definição de um projeto de atuação de integrante da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG). O desdobramento interno foi a aprovação da implementação do projeto Gestão do Desenvolvimento Institucional (GDI), com o objetivo geral de “implantar um modelo participativo de gestão do desenvolvimento institucional capaz de superar práticas estanques e rotinizadas que ainda não articulam os esforços dos diferentes setores em torno da realização da missão institucional e ainda não compatibilizam as demandas de competências das diferentes atividades desenvolvidas com os perfis da força de trabalho”.

Com respeito às perspectivas, podemos dizer que estão traçadas em nosso PDI 2018-2022. Na Função 1.4.1 *Políticas Públicas e Desenvolvimento Institucional*, o tema *Controle Interno* tem por objetivo “Organizar o controle interno das ações do INES, para garantir a confiabilidade das informações, a obediência às leis e regulamentos, a salvaguarda dos seus recursos, e a eficácia e eficiência de suas ações”.

A esse objetivo, correspondem as metas de criar as seguintes instâncias, com as respectivas atribuições assim definidas:

NÚCLEO DE AUDITORIA INTERNA (NAI)

- dar credibilidade aos atos de gestão administrativa; auxiliar o atingimento dos objetivos institucionais;
- verificar e comprovar a legalidade, a eficiência e a eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de recursos humanos, para o bom uso dos recursos públicos;
- apresentar subsídios para o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos e controles internos das áreas responsáveis.

COMISSÃO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO DO INES

- planejar e realizar a divulgação do Decreto 1.171/1994 de forma presencial e nos portais do INES na intranet e internet;
- orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura);
- fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores, os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.

NÚCLEO PARA ASSUNTOS DISCIPLINARES

- desenvolver iniciativas de prevenção ao cometimento de infrações disciplinares e orientar a adoção, quando cabível, de práticas administrativas saneadoras;
- assessorar a Direção Geral na instauração de sindicâncias, inclusive patrimoniais, processos administrativos disciplinares e demais procedimentos correccionais nos casos que envolvam atos de servidores;
- promover a apuração, por determinação da Direção Geral, de ofício ou a partir de denúncias ou representações, mediante sindicâncias, inclusive patrimoniais, processos administrativos disciplinares e demais procedimentos correccionais, nos casos que envolvam atos de agentes públicos em exercício no Instituto e/ou de empresas prestadoras de serviços;
- acompanhar e apoiar os trabalhos e propor uniformização de entendimentos e procedimentos das comissões disciplinares instauradas no âmbito do INES;
- encaminhar aos órgãos de controle, nas hipóteses legais ou mediante requisição, informações relativas a procedimentos disciplinares instaurados;
- coordenar o sistema CGU-PAD no âmbito do INES, consoante políticas em vigor;
- desenvolver outras atividades relacionadas com sua área de competência.

4 - Resultados e desempenho da gestão

Objetivo estratégico: Ensino

Ofertar ensino público e intercultural bilíngue (Libras e Língua Portuguesa) balizado por padrões éticos e de excelência, da Educação Infantil à Pós-Graduação, de modo presencial, semipresencial e a distância, formando pessoas para a cidadania plena e para o trabalho qualificado.

EDUCAÇÃO BÁSICA		
OBJETIVO	META	RESULTADO/JUSTIFICATIVA/AJUSTES/EXPECTATIVAS
Ofertar escolarização bilíngue e de qualidade a alunas e alunos surdos.	* Assegurar participação no Curso de Libras para familiares e responsáveis por alunos do CAP/INES a partir da confirmação da matrícula;	Meta alcançada. A participação das famílias foi assegurada no Curso de Libras e também nas oficinas de Libras criadas nos setores: SEDIN - Serviço de Ensino Infantil e no NEPMS, e tem contribuído com uma maior interação entre a família e os alunos. Com a pandemia os cursos e oficinas se adaptaram ao formato virtual, mas foi dada continuidade.
	* Viabilizar escolarização nas etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio em horário estendido, nos turnos da manhã e da tarde;	Em andamento. No ano de 2020, a Coordenação de Orientação e Acompanhamento das Práticas Pedagógicas, organizou o horário estendido do 1º segmento diurno. Os alunos além da carga horária previstas no PPP passaram a ter Oficina de Leitura, Oficina de Matemática, Reforço de Língua Portuguesa, Matemática e Libras. Para o 2º segmento e Ensino Médio e para todo o Ensino Noturno, a proposta se concentrou em Oficinas realizadas no contra turno, onde os alunos teriam atividades voltadas para a complementação e acompanhamento das dúvidas do conteúdo oferecido em sala de aula. Com a Pandemia Mundial da Covid-19, esta proposta ocorreu apenas no primeiro mês de aula, visto que logo depois as aulas presenciais foram suspensas devido a necessidade de isolamento social, em 2021 os professores ofereceram oficinas de redação, leitura, matemática no formato remoto, mas a participação dos alunos foi muito baixa. Em 2022 com a retomada presencial também proposta será implementada aos poucos.

	<p>* Com base na Lei 13.146/2016, Art. 28, avaliar as necessidades de apoio e atendimento especializado e, a partir dessa avaliação, assegurar atuação de professores mediadores ao longo do período escolar para alunas e alunos que demandem;</p>	<p>Em andamento. Foi iniciado em 2021 o levantamento dos alunos que precisam de atendimento, através da entrevista contato com as famílias e verificação da possibilidade de atendimento remoto. O professor de Língua Portuguesa redistribuído iniciou o atendimento presencial com um aluno autista com adaptação de atividades. Em 2022 com o retorno presencial a sala de recurso iniciará os atendimentos com professores de Libras e Língua Portuguesa.</p>
	<p>* Adotar avaliação de proficiência em Libras como critério classificatório, mas não eliminatório, nos próximos concursos para Professores da Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e do Magistério Superior, bem como para os cargos técnicos de provimento efetivo, realizados pelo INES;</p>	<p>Meta alcançada. Em 2021, foram realizados processos seletivos, as bancas de redistribuição para professor EBTT adotaram o conhecimento em Libras como critério classificatório e não eliminatório.</p>
	<p>* Promover a divulgação e o debate acerca das recomendações constantes do Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Libras e Língua Portuguesa, elaborado pelo Grupo de Trabalho designado pelas Portarias nº 1.060/2013 e nº 91/2013, do MEC/SECADI;</p>	<p>Meta alcançada. No início da pandemia o trabalho remoto foi orientado na perspectiva de respeito ao uso da Libras em todas as reuniões virtuais com a presença de pessoas surdas, o objetivo foi promover o acesso a Língua de Sinais e no decorrer da formações continuadas foi promovida a divulgação da Política Linguística do MEC e as comunicações de documentos internos para alunos e servidores também com tradução em Libras. Houve comemoração virtual no site do Debasi no dia do surdo em 26 de setembro, fazendo alusão ao respeito a Libras, através dos vídeos criados pelos professores e a gestão.</p>
	<p>* Fazer com que a Língua Brasileira de Sinais seja, efetivamente, a primeira língua nos processos de ensino e aprendizagem, com a oferta de formação continuada ao corpo técnico-docente, que contemple as especificidades do ensino bilíngue para surdos e do atendimento a educandos surdos com outros comprometimentos associados à surdez;</p>	<p>Meta alcançada. O incentivo ao uso e circulação da Libras no INES foi constante em 2021, nas reuniões de orientação pedagógica, nos eventos com os alunos e também por meio da divulgação de informações, comunicados e avisos em Libras e em Língua Portuguesa.</p>
	<p>* Realizar, periodicamente, exames de proficiência no uso de Libras pelos docentes e técnicos da Educação Básica, conduzido por banca composta pelos professores de</p>	<p>Em previsão. Em 2022, pretendemos organizar exames de proficiência, com o apoio da equipe de professores de Libras para oferecer uma formação continuada realmente de acordo com as reais necessidades dos</p>

	<p>Libras do INES, com o escopo de identificar demandas e promover ações institucionais para a oferta de formação continuada aos servidores efetivos e temporários;</p>	<p>professores. Em 2021, com a pandemia, não foi possível realizar porque tivemos muitas demandas com a criação de várias comissões para reorganização do calendário, discussão do PPP e suporte digital que inviabilizou esse trabalho.</p>
	<p>*Estimular o desenvolvimento de estratégias pedagógicas, tais como encontros de formação, aulas-passeio, atividades externas, cursos de curta duração, oficinas transdisciplinares, entre outras propostas, no intuito de ampliar modos de ser, pensar e agir de nossos estudantes.</p>	<p>Em previsão de alcance durante o ano 2022 com o retorno às aulas presenciais. Foram realizados passeios virtuais, seguindo sugestões do site do DEBASI de visitação a museus virtuais em 2021.</p>
	<p>* Criar um espaço de convivência em Libras, aberto a alunos, professores e técnicos;</p>	<p>Em previsão. Pretendemos criar este espaço de maneira criativa em 2022 com o retorno presencial.</p>
	<p>* Promover reuniões conjuntas e sistemáticas entre a equipe de Libras e a equipe de Língua Portuguesa, com vistas a aperfeiçoar a proposta de educação bilíngue e efetivar a Libras como L1 e o Português como L2;</p>	<p>Em andamento. Foram realizados alguns encontros entre professores de Libras e Língua Portuguesa para organização da proposta de trabalho das áreas e, em 2022, será dada continuidade.</p>
	<p>* Definir prazos para implantação de creche bilíngue no INES, conforme preconizado no Plano Nacional de Educação, para crianças de 0 a 3 anos, com proposta pedagógica bilíngue, bem como definição de infraestrutura adequada, acessibilidade e profissionais com formação em educação infantil;</p>	<p>Em previsão. Pretendemos iniciar a implantação gradativa da creche bilíngue no INES, pois essa definição depende da infraestrutura adequada e da reforma do espaço que atualmente funciona O SEDIN – Serviço de Educação Infantil.</p>
	<p>* Promover o debate e a definição de estratégias acerca dos processos de aquisição de Línguas Estrangeiras (Espanhol, Inglês) em sua modalidade escrita por alunos surdos, a partir da referência à Libras;</p>	<p>Em previsão. Em 2020, foram criados módulos de atividades e vídeos pela equipe de língua estrangeira e pretendemos ampliar essa discussão e construir materiais e estratégias de trabalho que contribuam com a ampliação do conhecimento dos nossos alunos em relação às Línguas Estrangeiras, em 2022, com ensino remoto.</p>
	<p>* Reorganizar a equipe e a sistemática de trabalho da Coordenação Pedagógica, visando promover uma articulação vertical e horizontal da ação educativa,</p>	<p>Meta alcançada, através das reuniões virtuais, em 2020, tivemos uma melhor articulação entre todas as equipes, pois todos os professores realizaram as quintas-feiras suas reuniões de orientação pedagógica.</p>

	<p>incluindo reuniões dos diferentes segmentos de ensino e entre os diferentes segmentos de ensino, para melhor articulação da proposta pedagógica;</p> <p>* Criar um Grupo de Trabalho e promover debate sobre questões relativas à proposta curricular, incluindo a seriação e número de alunos por turma, para atender melhor às necessidades pedagógicas relacionadas à educação dos surdos, em face das mudanças histórico-culturais e tecnológicas do mundo moderno;</p>	
	<p>* Organizar programas curriculares pautados em habilidades e competências, com relatório individual do aluno, certificando a terminalidade específica de estudo para alunos que apresentam comprovada defasagem idade/série e que não puderam alcançar os objetivos curriculares definidos;</p>	<p>Meta alcançada. Em 2021, foi dada continuidade a discussão em todos os segmentos sobre proposta curricular juntamente com o PPP Projeto Político Pedagógico.</p> <p>Em previsão. Em 2021, continuamos com a discussão do PPP Projeto Político Pedagógico, mas não foi concluída a proposta de terminalidade específica.</p>
	<p>* Mapear as causas da evasão escolar do CAP/INES e buscar ou alocar recursos para combatê-la;</p>	<p>Em andamento. Foi iniciado o levantamento em 2021, através do contato com as famílias e identificadas algumas causas como: problemas na família e falta de conhecimento com as ferramentas tecnológicas. O mapeamento das causas da evasão escolar será realizado em 2022 pelos TAEs Técnicos em Assuntos Educacionais. Com a pandemia e a suspensão das aulas foi difícil realizar este mapeamento.</p>
	<p>* Ampliar a oferta de oficinas de Libras aos familiares dos alunos do CAP/INES, vinculadas aos setores educacionais que cada aluno frequenta;</p>	<p>Meta alcançada. A oficina de Libras foi criada no SEDIN - Serviço de Ensino Infantil em 2016. Em 2019, foi iniciada no NEPMS, e tem contribuído com uma maior interação entre a família e os alunos. Em 2022, também temos a pretensão de ampliar a oferta no SEF1.</p>
	<p>* Desenvolver projetos de interesse dos alunos relacionados às novas tecnologias de informação e comunicação, inclusive para ampliar as suas possibilidades de inserção na vida produtiva;</p>	<p>Meta alcançada. Com a pandemia foi dada continuidade as atividades de pesquisa virtualmente com alguns alunos que já possuíam bolsas de estudo da Faperj e iniciaram trabalhos de pesquisas sobre tecnologias em 2019, mas após o vencimento foi necessário aguardar os próximos editais. Em</p>

		2022 daremos continuidade.
	* Fomentar a participação de alunos do CAP/INES no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e sua inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação, visando apoiar o seu ingresso no ensino superior.	Meta alcançada. Os alunos que não concluíram o Ensino Médio e os que estavam cursando o Pré-vestibular foram incentivados a participar do ENEM e do SIMULADO em Libras virtualmente.
	* Ofertar Educação Física e atividades desportivas para jovens surdos, contemplando também alunas e alunos surdos com necessidade de atendimento educativo especial por meio de práticas adaptadas;	Em previsão. Em 2021, com o retorno presencial pretendemos desenvolver um projeto específico com os professores de Educação Física, contemplando estratégias de atendimento educativo especial por meio de práticas adaptadas.
	* Instituir trabalho sistemático, em espaço definido, de reforço escolar em áreas críticas do conteúdo curricular, como Matemática, Português e Libras;	Meta não alcançada, devido à pandemia. Em 2022, com o retorno presencial pretendemos realizar reforço escolar, plantão de dúvidas, oficina de leitura, matemática teatro-libras, redação, e cinema.
	* Assegurar que alunos surdos com outras necessidades educacionais especiais associadas à surdez tenham direito garantido à educação, com o apoio de mediadores, materiais adaptados e salas de recurso, quando necessário;	Em previsão: sistematizar, organizar e ampliar a política de atendimento aos alunos surdos com múltiplas deficiências em 2022.
	* Promover o debate acerca das atribuições e regulamentações da atuação de profissionais mediadores para o atendimento a alunos surdos com alguma deficiência ou condição associada à surdez;	Em 2020, já foram iniciados os debates e discussões nos grupos de trabalho do PPP e, em 2022, serão promovidos debates sobre as atribuições dos profissionais mediadores e construção de uma política de inclusão.
	* Ampliar a articulação entre os docentes e os técnicos, visando maior possibilidade de assessoria técnica para o melhor desenvolvimento dos alunos do CAP/INES.	Alcançado em 2019, em parceria com o DDHCT. Continuidade em 2022.

ENSINO SUPERIOR

OBJETIVO ESPECÍFICO	META	RESULTADO/JUSTIFICATIVA/AJUSTES/EXPECTATIVAS
<p>Promover a formação, a qualificação e a educação continuada em uma perspectiva bilíngue, por meio da oferta de cursos de Graduação e de Pós-Graduação, bem como de programas de pesquisa e extensão, com o objetivo de preparar profissionais com competência científica, social, política, linguística e técnica, habilitados à eficiente atuação profissional, observada a área de formação.</p>	<p>* Matricular anualmente 60 novos alunos no Curso Bilíngue de Graduação em Pedagogia;</p>	<p>Meta alcançada. Em relação a matrícula, as vagas são completas no vestibular, garantindo uma equiparação de 50% das vagas para surdos e 50% para ouvintes. Um dos fatores que observamos foi a forte evasão de surdos nos semestres iniciais. Em 2022, precisamos identificar as causas que levam esses discentes a essa evasão.</p>
	<p>* Garantir a manutenção do curso de Pós-Graduação em Educação Bilíngue e a oferta de novo curso;</p>	<p>Meta alcançada. Tivemos 111 alunos ativos em três cursos de Especialização. Acerca dos Cursos de Pós Graduação, ampliamos o número de cursos.</p>
	<p>* Promover avaliação das condições de oferta de novos cursos em termos de espaço físico (salas), recursos humanos (professores, intérpretes, equipe administrativa), equipamentos (ar condicionado, projetor, etc.) e, com base nos resultados, considerar e, eventualmente, empreender a criação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Curso de Pós-Graduação em Ensino de Língua Portuguesa como L2; • Curso de Graduação tecnológica na área de tradução e interpretação; • Curso de Mestrado Profissional Interdisciplinar; 	<p>Em andamento. O desafio maior é estrutural e de pessoal. As salas do Prédio do Departamento estão praticamente quase todas ocupadas. A Implementação de novos cursos e ofertas demandará um planejamento de intercalação, ou seja, o funcionamento não poderá ser presencialmente diário. Assim nos permitirá: * Implementar mais cursos ou turmas ; * Garantir a manutenção do curso de Pós-Graduação em Educação Bilíngue e a oferta de novo curso; * Garantir a manutenção do curso de Pós-Graduação em Educação Bilíngue e a oferta de novo curso; * Garantir a manutenção do curso de Pós-Graduação em Educação Bilíngue e a oferta de novos cursos;</p>
	<p>* Oferecer a cada ano, já a partir de 2019, ao menos um curso de extensão ligado à Libras;</p>	<p>Meta alcançada. Em 2021, foi ofertado curso de extensão em Libras, promovido pela Direção do Departamento aos professores do DESU.</p>
	<p>* Oferecer cursos de extensão em Libras, voltados para professores;</p>	<p>Meta alcançada. Em 2019, foi ofertado curso de extensão em Libras, promovido pela Direção do Departamento aos professores do DESU. Tal curso estava atrelado essencialmente aos conteúdos ensinados em sala</p>

		de aula. Pela repercussão que tivemos, há a necessidade de oferta de mais cursos.
	* Construir, até 2019, uma política de acompanhamento de egressos do ensino superior;	Meta ainda não alcançada. Foi constituído um grupo de trabalho, que está realizando estudos a respeito.
	* Promover, anualmente, a realização da Semana Pedagógica;	Não foi realizada, devido às restrições necessárias durante a pandemia.
	* Promover, anualmente, a realização da Jornada de Iniciação Científica.	Não foi realizada, devido às restrições necessárias durante a pandemia.
	* Promover a discussão acerca do desenho institucional e das atribuições e responsáveis por educação presencial e a distância, assim como das regulamentações correspondentes dos cursos de graduação e pós-graduação.	Meta alcançada. A Educação a Distância vinha funcionando com um setor independente, subordinado informalmente à Direção Geral. Em 2019, definimos a partir das instâncias de governança (Colegiado, Conselho Diretor) que o melhor caminho era que fosse abarcado esse setor pelo Ensino Superior, e isso já foi efetivado.

Objetivo estratégico: Pesquisa

Construir conhecimentos e desenvolver tecnologias relacionadas à área da surdez, alicerçados em princípios éticos, caracterizados pelo pluralismo teórico-metodológico e orientados para agendas que expressem compromissos com a sociedade em geral e com a causa da surdez como fator de cidadania.

OBJETIVO ESPECÍFICO	META	RESULTADO/JUSTIFICATIVA/AJUSTES/EXPECTATIVAS
Apoiar a formação de grupos de pesquisas entre docentes e discentes do CAP/INES e instituições parceiras, de modo que reflexão e ação pedagógicas estejam articuladas.	<p>* Estabelecer, em parceria com a DIESP/DDHCT, ações institucionais com o intuito de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • apoiar a elaboração e avaliação de projetos de pesquisa; • estabelecer elos com os órgãos de fomento; • viabilizar a oferta bolsas de iniciação científica para estudantes do CAP/INES; • promover a inscrição no Diretório de Grupos de Pesquisa bem como o apoio aos nossos projetos; 	Continuidade em 2022 da parceria com a DIESP.
	<p>* Divulgar em evento anual o trabalho de docentes e discentes pesquisadores, com a sua consequente publicação.</p>	*Os trabalhos apresentados no Fórum Integrando Saberes do DEBASI dos anos anteriores, foram publicados na revista Fórum do DDHCT e os resumos traduzidos em Libras e publicados também no site do DDHCT
	<p>* Disponibilizar no Repositório Digital Huet o resultado das pesquisas realizadas por docentes e discentes do CAP/INES, tais como artigos, monografias, dissertações, teses e materiais didáticos.</p>	Meta alcançada em parte. Os docentes publicam os resultados de suas pesquisas no Repositório Digital Huet, é preciso ampliar para os discentes publicarem também seus materiais didáticos.
	<p>* Elaborar o edital de diretrizes de Pesquisa, com vistas à definição de linhas de pesquisa, bem como à constituição de núcleos e grupos;</p>	Em andamento.

<p>Promover e realizar pesquisas no escopo de sua missão, assim como propor critérios e procedimentos para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e tecnologia relacionadas à surdez.</p>	<p>* Constituir, em parceria com a DIESP/DDHCT, uma Comissão incumbida de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • apoiar a elaboração e avaliação de projetos de pesquisa; • estabelecer elos com os órgãos de fomento; • viabilizar a inscrição no Diretório de Grupos de Pesquisa bem como o apoio aos nossos projetos; 	<p>Meta alcançada. Há 12 grupos de pesquisa em atividade, todos cadastrados no CNPq.</p>
	<p>* Criar, até 2019, um núcleo de pesquisa, denominado Núcleo de Estudos e Pesquisas da Libras - NEPLIBRAS, liderado por profissionais surdos docentes com participação aberta a linguistas, pesquisadores da Libras com pesquisas relacionadas ao tema;</p>	<p>Meta alcançada. Foi criado e deverá ser mantido.</p>
	<p>* Institucionalizar as Coordenações criadas no DESU no âmbito do novo Regimento do INES, a ser construído;</p>	<p>Em previsão para 2022, com a aprovação do novo Regimento Interno do INES.</p>
	<p>* Realizar, a partir de 2019, em articulação com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/INES), ações educativas em todos os setores do INES que se envolvam em pesquisa para orientar sobre o uso da Plataforma Brasil;</p>	<p>Meta alcançada. Tem sido feita a divulgação por meio de palestras nos setores, atendimentos presenciais e ao telefone, e respostas a consultas por e-mail.</p>
	<p>* Implantar, a partir de 2019, um plantão de atendimento a pesquisadores para tirar dúvidas sobre o cadastro de projetos na Plataforma Brasil e sua tramitação.</p>	<p>Meta alcançada. O CEP-INES tem feito isso regularmente, de modo presencial, por telefone e por e-mail.</p>
	<p>* Assegurar a ampla divulgação, em eventos de que também participem professores, pais e alunos do CAP/INES e no portal do INES, das pesquisas realizadas no âmbito do Colégio de Aplicação, visando debater e subsidiar as práticas ali desenvolvidas.</p>	<p>Em andamento. As pesquisas têm sido divulgadas, mas será preciso ampliar os espaços de divulgação, no portal do INES e em eventos específicos. Alguns desses já ocorrem, como o Integrando Saberes, a Jornada de Iniciação Científica e o próprio Congresso Internacional do INES.</p>

Objetivo estratégico: Extensão

Estabelecer uma relação dialógica e colaborativa com as comunidades surdas, o poder público e a sociedade em geral para a solução de problemas locais, regionais e nacionais relacionados à surdez, disponibilizando informações, conhecimentos, serviços, tecnologias e produções culturais de modo acessível sempre.

OBJETIVO ESPECÍFICO	META	RESULTADO/JUSTIFICATIVA/AJUSTES/EXPECTATIVAS
Promover e difundir os processos pedagógicos desenvolvidos no CAP/INES, bem como as reflexões teóricas que os embasam.	* Promover a educação continuada em temas relacionados à Surdez e à Educação de Surdos, inclusive por meio de plataforma de Educação a Distância;	Em previsão. A partir de 2022 sistematizar e organizar a formação continuada pensando em difundir o trabalho pedagógico realizado no CAP – INES direcionados aos temas do PPP.
	* Estimular a participação de docentes do CAP/INES em Seminários e Assessorias Técnicas para a formação continuada nas redes em âmbito nacional;	Meta alcançada. Os docentes realizaram diversas Assessorias Técnicas e Seminários para formação continuada nas redes em âmbito nacional com temas diversificados.
	* Dar continuidade ao Fórum Integrando Saberes, para encontro de partilha e discussão das práticas pedagógicas desenvolvidas no CAP/INES;	Meta alcançada. Em 2019 o Integrando Saberes teve como foco o compartilhamento do trabalho dos grupos de pesquisa, das oficinas e dos setores da COAE, e muito bem sucedida pois foi possível de fato compartilhar saberes e práticas pedagógicas realizadas.
	* Apoiar a organização de eventos interinstitucionais, através de parceira com outras instituições;	Em previsão. A partir de 2022, organizar eventos em parceria com as instituições parceiras como FAPERJ, IBC, UFRJ e outras.
	* Realizar exposições artístico-pedagógicas abertas a toda a comunidade, para divulgação do trabalho realizado com nossos estudantes.	Meta alcançada. Em 2019 foram realizadas exposições diversas relacionadas aos projetos pedagógicos como: Combate a violência e o preconceito contra a mulher, Setembro Azul, Mãe Natureza, Paz na Escola não ao Nazismo e de literatura infantil.

<p>Desenvolver a extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.</p>	<p>* Promover a educação continuada em temas relacionados à Surdez e à Educação de Surdos, inclusive por meio de plataforma de Educação a Distância;</p>	<p>Meta alcançada. Foi ativada a plataforma de Educação a Distância para curso de Libras, cursos de extensão, além do Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue.</p>
	<p>* Promover concurso para Intérprete e Professor(a) de Libras, visando atender a demanda de cursos para a comunidade.</p>	<p>Em andamento. Estão sendo demandados a instâncias superiores.</p>
<p>Contribuir para a valorização e difusão da Libras, favorecendo sua aquisição por crianças, jovens e adultos surdos, seus familiares e colegas de escola ou trabalho, bem como por profissionais que atendam essas pessoas.</p>	<p>Matricular anualmente 600 pessoas da comunidade em cursos de extensão presenciais de Libras no INES;</p>	<p>Meta alcançada. Tivemos 334 concluintes no Curso de Libras <i>online</i>, modalidade adotada em tempos de pandemia.</p>
	<p>Construir, por meio da colaboração do NEP-LIBRAS e do NEO, a proposta de um curso de Libras a ser veiculado por meio de plataforma de EaD para professores da rede pública de todo o país;</p>	<p>Prevista para 2022.</p>
	<p>Institucionalizar o Núcleo de Exame e Pesquisa sobre a Libras, para o desenvolvimento de materiais didáticos relacionados ao ensino de Libras como Primeira Língua – L1 e segunda Língua – L2, pesquisas linguísticas sobre a Libras e teste de proficiência em Libras online;</p>	<p>Em andamento, previsto para 2022.</p>
	<p>Oferecer Cursos de Libras voltados para professores e para técnicos administrativos do INES;</p>	<p>Meta alcançada.</p>
	<p>Oferecer curso de capacitação aos Profissionais do INES (PROPP);</p>	<p>Previsto em novo formato para 2022.</p>
	<p>Oferecer estágios através das parcerias com instituições;</p>	<p>Meta alcançada;</p>
	<p>Oferecer curso de segunda língua (Inglês e Língua de</p>	<p>Previsto para 2022.</p>

	Sinais Internacionais).	
Desenvolver e distribuir nacionalmente material didático-pedagógico para o ensino de alunos surdos, bem como materiais e publicações técnico-científicas relacionados à surdez.	Alcançar o grau <i>Qualis</i> B2 na avaliação do periódico Espaço;	Previsto para 2022.
	Elaborar e publicar materiais relacionados a métodos de ensino de diferentes componentes curriculares para alunos surdos;	Alcançado em 2021, houve algumas publicações em e-book, das práticas dos professores das series iniciais.
	Construir, a partir de 2020, com participação de Tradutores e Intérpretes de Libras, Linguistas e Profissionais Surdos e mediante parceria com os CAS e os Institutos Federais, um repositório de glossários de termos técnicos em Libras específicos de diferentes campos da educação profissional, a ser veiculado no Portal do Instituto, visando apoiar o trabalho de docentes da Educação Profissional, na perspectiva de viabilizar a participação de pessoas surdas nos seus cursos;	Previsto para 2022.
	Produzir, em Libras e Português, material pedagógico, cultural e informativo de interesse da comunidade surda.	Meta alcançada com continuidade prevista para 2021 e 2022.
Promover a difusão e o intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações entre pesquisadoras e pesquisadores, gestoras e gestores, profissionais e estudantes da educação de alunos surdos;	Realizar, a cada ano, um Congresso Internacional Pluridisciplinar.	Meta alcançada: 806 participantes certificadas no COINES 2021.
	Efetivar um sistema de intercâmbio de publicações com outras instituições acadêmicas e de pesquisa;	Previsão para 2022.
	Realizar, anualmente, eventos como os Fóruns Bilíngues, os Seminários (incluindo o do Grêmio Estudantil do INES - GINES), Encontros de Pais, Encontros de CAS e outros que venham a ser definidos.	Meta alcançada: 1.227 participantes.
	Elaborar, negociar e implantar um projeto-piloto de	Previsto para 2022.

Cooperar tecnicamente com os sistemas de ensino, visando ao atendimento educacional de alunos surdos;	cooperação técnica com os municípios da Baixada Fluminense no campo da educação de surdos desde a creche e políticas complementares;	
	Realizar parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro para a inserção de crianças na Educação Infantil municipal;	Previsto para 2022.
	Criar um sistema de informação e acompanhamento das ações de cooperação técnica realizadas em diferentes lugares do Brasil, contemplando o assessoramento a distância e o rodízio entre profissionais;	Meta alcançada.
	Estabelecer parcerias com CAS e NAPES (Centros e Núcleos de Apoio na área da Surdez), bem como com NAPNES de Institutos Federais, para mapear demandas de apoio, realizar ações em regime de colaboração e acompanhar o desenvolvimento de políticas;	Previsto para 2022.
	Estimular, nos encontros com órgãos públicos de estados e municípios, a realização de levantamentos para identificar a existência de surdos em idade escolar fora da escola, bem como a elaboração de projetos que mobilizem as famílias para que matriculem seus filhos surdos em instituições de ensino.	Previsto para 2022.
Desenvolver a referencialidade na área da surdez por meio da constituição de um campo específico e especializado de gestão da informação, da documentação, da memória e da difusão cultural;	Criar, até 2021, um Centro de Memória Social dos Surdos e de Documentação da Libras no INES, conduzido por profissionais do Instituto habilitados nas áreas de História, Antropologia e Linguística, com participação de profissionais surdos e de Tradutores e Intérpretes da Libras, estabelecendo parcerias com os Centros de Capacitação dos Profissionais da Educação, em Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS), nos estados, e com centros de pesquisa em universidades brasileiras;	Previsto para 2022.

	Ampliar o quadro de profissionais visando ao pleno funcionamento desse Centro: Bibliotecário; Técnico Administrativo de Nível Médio; Museólogo; Arquivista; Historiador;	Previsto para 2022.
	Identificar e efetuar as restaurações necessárias de itens do acervo de obras e documentos raros do Instituto;	Meta alcançada parcialmente, com plano de continuidade em 2022.
	Digitalizar a disponibilizar no portal do Instituto as obras raras do Instituto, observadas as diretrizes pertinentes à sua preservação;	Previsto para 2022.
	Constituir repositório digital das publicações completas do Instituto;	Meta alcançada. Todas as publicações do INES estão disponíveis para download (arquivos de texto) ou visualização (vídeos)
	Instituir uma Política de Acervo e uma Comissão de Acervo com ampla representatividade.	Previsto para 2022.
Promover ação constante junto à sociedade, através dos meios de comunicação de massa e de outros recursos, relacionadas às potencialidades das pessoas surdas, na perspectiva de sua inclusão social e cidadania;	Fortalecer as ações da TV INES, com diversificação de suas produções e ampliação de seu alcance, levando informação, formação e entretenimento de maneira acessível sempre.	Meta alcançada.
	Viabilizar o acesso das pessoas surdas e profissionais brasileiros a outras línguas de sinais do mundo, como a Língua de Sinais Americana (ASL) e a Língua de Sinais Francesa (LSF).	Previsto para 2022.

Objetivo estratégico: Gestão Pública

Conjugar o contínuo aperfeiçoamento de suas capacidades em termos humanos, tecnológicos, materiais e gerenciais – via planejamento e gestão democrática do desenvolvimento institucional – a sua colaboração, como centro de referência, na elaboração de leis e no desenho e gestão de políticas públicas orientadas à surdez como fator de cidadania.

Função: Administração

OBJETIVO ESPECÍFICO	META	RESULTADO/JUSTIFICATIVA/AJUSTES/EXPECTATIVAS
TEMA: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		
<p>Estruturar, no INES, a área de Gestão da Tecnologia da Informação - TI, com atenção aos correspondentes indicadores constantes da Portaria nº 277, de 7/12/2010, do Tribunal de Contas da União.</p>	<p>* Realizar concurso público para o provimento de vagas relacionadas à Gestão da Tecnologia da Informação;</p>	<p>Não se aplica com a legislação vigente. Espera-se a elaboração do PDTI, para nortear as possíveis contratações para o setor.</p>
	<p>* Promover a implementação e avaliação do PDTI, com base nos indicadores da Portaria/TCU nº 277 de 2010, que incluem quesitos de: planejamento; recursos humanos de TI; segurança da informação; desenvolvimento e produção de sistemas; contratação de bens e serviços de TI;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Foi contratada, em 12/08/2019 com vigência até 08/02/2020 – empresa para elaboração do Plano Diretor da Tecnologia da Informação, no valor de R\$ 236.485,00. • Foi contratada empresa para prestação de serviços de sustentação do ambiente de Segurança da Informação, incluindo a renovação de licenciamento e garantia do equipamento, suporte técnico onsite, monitoramento e gerenciamento centralizado da plataforma de segurança de Firewall da fabricante Palo Alto Networks; • Foi feita a aquisição de 40 (quarenta) fontes de alimentação ininterrupta, 50 (cinquenta) monitores de computador e 10 (dez) projetores multimídia. • Foi feita a aquisição de: 30 discos rígidos removíveis e 10 scanners.
	<p>* Atualizar o portal do INES na internet, observando os critérios de acessibilidade e acesso à informação definidos</p>	<p>O Portal está de acordo com as recomendações da SECOM, mas estudando proposta de mudança para facilitar a</p>

Assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade da ação institucional e promover a adequação entre meios, ações, impactos e resultados;	para os órgãos da administração pública federal;	transparência de informações de maneira mais clara.
	* Ampliar a divulgação das ações do INES na internet, na intranet e nas redes sociais;	A divulgação tem sido feito pelo novo modelo da intranet, onde o servidor de casa possa ter acesso aos memorandos e informações. As redes sociais são outro meio de divulgação das ações do INES (cursos, palestras, congresso, etc.).
	* Implantar e atualizar os dados cadastrais acerca dos servidores do INES que apresentam alguma deficiência;	Ainda não foi implantado, tendo como foco em 2020, para elaboração de projeto para atualização dos dados.
	* Criar e adotar um aplicativo para facilitar a interação entre alunos e professores do INES;	Com um fluxo intenso, e com profissionais sem a experiência de criação de aplicativo, está estudando forma de capacitação e ou contratação de profissional do ramo.
Promover a utilização de meios eletrônicos para a realização dos processos administrativos com segurança, transparência e economicidade;	* Implantar os projetos do Ministério do Planejamento referentes a sistemas de informação, incluindo a integração do INES no Processo Eletrônico Nacional (PEN), abarcando: Sistema Eletrônico de Informações (SEI) - tramitação eletrônica de todos os processos em do órgão, trabalhando-os de forma mais integrada e ágil a partir de uma plataforma virtual, diminuindo o estoque de papel e acelerando as análises, permitindo a interligação e tramitação eletrônica de documentos e processos entre os órgãos e entidades da Administração Pública Federal; Barramento de integração do SEI (com outras soluções de uso do meio eletrônico) permitirá a tramitação de processos entre os órgãos que utilizam o SEI ou outras soluções de processo eletrônico;	Foram iniciadas tratativas para implementação, pela Coordenação Geral de Sistemas da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério da Educação, de acordo com OFÍCIO - 5334868 - DG/DIGES-CODIRGE, para atendimento nos termos do § 7º do artigo 1º da Resolução TRF4 nº 116/2017, conforme Decisão (5334862). O SEI está na fase de treinamento para a migração de produção após a finalização de estruturação sistêmica. AFD e SIGEPE- está em funcionamento. Existe uma comissão especial para a alimentação do sistema. Aquisições de <i>tokens</i> foram efetuadas, e capacitação de servidores para usar a ferramenta.
Ampliar a sustentabilidade ambiental com o uso da tecnologia da informação e comunicação;		

<p>Facilitar o acesso do cidadão às instâncias administrativas.</p>	<p>Protocolo Integrado: sistema de integração de informações de processos e documentos da Administração Pública Federal. Tem a função de ser um canal de comunicação com a população para consulta à tramitação de processos e documentos.</p> <p>AFD – Assentamento Funcional Digital: criação do dossiê em mídia digital, composto por documentos funcionais, digitais ou digitalizados, considerado fonte primária das informações dos servidores vinculados aos órgãos do SIPEC;</p> <p>SIGEP - Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal: ferramenta que substitui o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), atual responsável pela tarefa. O SIGEP tratará das funções: Cadastro, Folha de Pagamento, Provisão da Força de Trabalho, Legislação Pessoal e Saúde, Qualidade de Vida; Evolução Funcional; Compensação de RH; Seguridade Social; Capacitação e Desenvolvimento; Monitoração; Avaliação de Desempenho; Gestão de Processos e Sistemas.</p>	
<p>TEMA: OBRAS EM CARÁTER DE URGÊNCIA</p>		
<p>Adotar todas as medidas necessárias para que as edificações e instalações do Instituto atendam de maneira integral e com segurança às necessidades imediatas dos</p>	<p>Constituir uma força-tarefa para organizar o processo de avaliação completa das condições de segurança e risco de incêndios, infiltrações, desabamentos, etc., incluindo instalações elétricas, hidráulicas, paredes e telhados, dispositivos de alarme sonoro e visual e combate a fogo (sprinklers, extintores), brigada de incêndio, etc. de todas as edificações que compõem este Instituto;</p> <p>Adotar como prioridade todas as medidas necessárias para que as edificações e instalações do Instituto atendam de maneira</p>	<p>Foi efetuada uma análise no telhado do serviço de ensino infantil, e foi contratada a empresa RENOV para elaboração do projeto de reforma no telhado do SEDIN, que será finalizado em 2022.</p> <p>Está em processo de contratação de equipe de engenharia, para elaborar o Termo de Referência de contratação de</p>

setores para o cumprimento das atribuições regimentais e atendimento de usuários.	integral e com segurança às necessidades imediatas dos setores para o cumprimento das atribuições regimentais e atendimento de usuários.	empresa para fazer o Plano Diretor de Obras. Além disso, com respeito ao tema da Segurança da perspectiva da acessibilidade de comunicação, o INES contratou a aquisição de placas sinalizadoras no formato bilíngue, com os sinais dos setores validados por uma comissão habilitada.
TEMA: GESTÃO DE PESSOAS		
Promover a formação continuada dos profissionais do INES, na perspectiva de qualificar sua atuação, em consonância com as competências definidas pelos diferentes setores com vistas ao cumprimento da Missão Institucional.	Criar um Núcleo de Capacitação de Pessoal, visando:	
	<ul style="list-style-type: none"> Realizar o levantamento anual de necessidades de capacitação; 	O levantamento das necessidades de capacitação foi elaborado e encaminhado ao SIPEC em outubro de 2019.
	<ul style="list-style-type: none"> Gerenciar a elaboração das turmas internas e suas respectivas avaliações; 	Em fase de estudos.
	<ul style="list-style-type: none"> Definir programas que atendam as necessidades institucionais, de acordo com as necessidades de capacitação dos setores e ao relatório de avaliação de desempenho 	O Instituto elaborou seu Plano de Desenvolvimento de Pessoas em 2019. E, devido à situação pandêmica em 2021, não foi elaborado.
	<ul style="list-style-type: none"> Gerenciar os gastos com a capacitação; 	O gerenciamento de gastos com capacitação está sendo possibilitado pelo Plano Anual de Capacitação.
	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar os resultados dos eventos de capacitação internos e externos; 	Em fase de estudos.
	<ul style="list-style-type: none"> Montar uma rede de colaboradores internos e externos; 	Em fase de estudos.
	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver parcerias com entidades públicas e privadas para as ações de qualificação profissional e de programas de educação formal; 	Prevê-se para 2022 a criação de uma comissão para atender a essa demanda.

<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer programas e rotinas continuadas de capacitação; 	Em fase de estudos.
<ul style="list-style-type: none"> • Executar rotinas de progressão por qualificação e de titulação; 	Os trabalhos das Comissões dos segmentos Docentes e Técnicos estão em dia.
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver junto a CIS uma política de desenvolvimento na carreira dos técnicos administrativos e junto a CPPD do corpo docente. 	Com a elaboração do PAC 2021/2022, este foi revisado e implementado.
<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar os servidores do Instituto em ações de capacitação em consonância com o PAC-INES e com o mapeamento de competências 	A elaboração do PAC 2021/2022 atendeu a essa demanda.
<ul style="list-style-type: none"> • Instituir uma comissão de recepção para novos servidores e colaboradores, a fim de apresentar os diferentes setores do INES 	Em fase de estudos, porém os novos servidores redistribuídos são apresentados pelos seus chefes imediatos ou diretores, à cultura, ao fluxograma e aos setores.
<ul style="list-style-type: none"> • Elevar a qualificação da força de trabalho de INES por meio do incentivo à capacitação: Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado; 	Em fase de estudos.
<ul style="list-style-type: none"> • Criar um canal de comunicação com os servidores em relação às ações de gestão de pessoas; 	Em fase de estudos.
<ul style="list-style-type: none"> • Criar um setor responsável pela atenção à saúde e à qualidade de vida no trabalho do servidor; 	Em fase de estudos, parcialmente atendido.
<ul style="list-style-type: none"> • Realizar estudos e parcerias com outras IFES, visando aperfeiçoar os Planos de Carreira dos servidores do INES; 	Em fase de estudos.
<ul style="list-style-type: none"> • Realizar, anualmente, por meio de banca composta pelos professores de Libras do INES, exame acerca da proficiência no uso de Libras pelos profissionais do Instituto de acordo com os setores onde atuam. 	Em fase de estudos.

	<ul style="list-style-type: none"> • Criar o Núcleo de Políticas de Saúde do Servidor Público, contemplando as seguintes medidas: 	Em fase de estudos.
	<ul style="list-style-type: none"> • Trazer para o INES um polo do SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS); 	Em fase de estudos.
	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver programa de atenção à saúde mental do servidor; 	Em fase de estudos.
	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a educação em saúde, por meio de palestras e campanhas de prevenção; 	Em fase de estudos, parcialmente atendido.
	<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar e estimular a participação dos trabalhadores, como protagonistas e detentores de conhecimento do processo de trabalho, com a perspectiva de serem agentes transformadores da realidade; 	Em fase de estudos.
	<ul style="list-style-type: none"> • Propor ações voltadas à promoção da saúde e à humanização do trabalho, em especial na melhoria das condições de trabalho, na prevenção de acidentes, de agravos à saúde e de doenças relacionadas ao trabalho; 	Em fase de estudos.
	<ul style="list-style-type: none"> • Propor atividades que desenvolvam atitudes de corresponsabilidade no gerenciamento de saúde e de segurança, dessa forma contribuindo para a melhoria das relações e do processo de trabalho. 	Em fase de estudos.
TEMA: GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL		
Promover, no INES, de maneira articulada entre os diferentes setores, a Gestão da	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o mapeamento da sustentabilidade ambiental do INES, com base nos indicadores da Portaria/TCU nº 277 de 2010, que incluem, dentre outros, critérios relativos à aquisição de bens e serviços; ao consumo de água e energia; 	Em fase de estudos.

Sustentabilidade Ambiental, com atenção aos correspondentes indicadores constantes da Portaria nº 277, de 7/12/2010, do Tribunal de Contas da União.	à separação de resíduos recicláveis;	
	• Construir um documento de diretrizes e orientações de Gestão da Sustentabilidade Ambiental e divulgá-lo para todos os servidores;	Em fase de estudos.

Função: Políticas Públicas e Desenvolvimento Institucional

OBJETIVO ESPECÍFICO	META	RESULTADO/JUSTIFICATIVA/AJUSTES/EXPECTATIVAS
TEMA: AVALIAÇÃO SITUACIONAL		
Ajudar a dimensionar as condições socioeconômicas, epidemiológicas, linguísticas, educacionais, culturais e tecnológicas relacionadas à surdez e às comunidades surdas no Brasil, em colaboração com os órgãos nacionais de pesquisa;	* Construir, a partir de 2019, o Mapa Nacional da Surdez e da Pessoa Surda no Brasil, por meio de parceria com o INEP (MEC); o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; o IBGE (Ministério da Economia); o Ministério da Saúde e outros.	O INES tem mantido entendimentos positivos com o INEP, para fins de tornar o ENEM acessível; com a Diretoria de Políticas para a Educação Bilíngue, do MEC e também com o MDH.
Lançar as bases para a adoção de um modelo de gestão por competências no INES, nos termos do Decreto 5.707/2006.	* Conduzir e avaliar o mapeamento periódico de nível de qualificação da força de trabalho, o mapeamento de competências e a identificação de necessidades de capacitação como ferramentas para aprimorar a força de trabalho do INES visando à implementação do PDI.	Em 2019, o INES construiu seu Plano de Desenvolvimento de Pessoas segundo uma abordagem de competências.
Avaliar as condições de	* Realizar até 2020, uma avaliação externa, pautada na legislação e normas ABNT, acerca das condições de	Estava prevista essa avaliação para 2020. No momento, impossibilitada devido à pandemia.

<p>acessibilidade do INES</p>	<p>acessibilidade do INES e demandas de quebra de barreiras às pessoas com deficiência e pessoas surdas em todos os aspectos: vias e espaços; edificações e instalações; transporte e comunicações e informações.</p>	
<p>TEMA: GESTÃO DE POLÍTICAS</p>		
<p>Promover a acessibilidade no INES.</p>	<p>* A partir da avaliação realizada e amplamente divulgada, criar o Núcleo de Acessibilidade e Participação (NAP), a fim de: incentivar o uso da Libras por todos; promover a cultura da educação para a convivência, o respeito às diferenças e a participação; orientar a remoção de barreiras arquitetônicas, educacionais, comunicacionais e atitudinais na Instituição; articular-se intersetorialmente às diferentes ações no INES, assim como na promoção de novas ações voltadas às questões de acessibilidade e inclusão educacional, nos eixos da infraestrutura, comunicação, informação, ensino, pesquisa e extensão; constituir parcerias com entidades governamentais e sociedade civil organizada, cujos objetivos tenham relações diretas com as finalidades do NAP, e elaborar o Plano de Acessibilidade - INES sem Barreiras, com a participação dos diferentes segmentos, a definição de responsabilidades, o estabelecimento de prazos e indicadores e a ampla divulgação, abrangendo, entre outros itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • elevadores onde não há, rampas onde se faz necessário; • bebedouros acessíveis para cadeirantes e crianças pequenas; • piso tátil; • ajustes na comunicação visual nas dependências do INES; • balcões acessíveis; 	<p>A criação desse Núcleo foi demandada por diferentes segmentos no processo participativo de construção do PDI e sua instituição depende da aprovação das regras para a eleição de seus integrantes, atualmente em discussão no âmbito do Conselho Diretor.</p> <p>Está prevista a contratação de uma empresa de Engenharia, e já está contratada a confecção de placas indicativas que observam normas de acessibilidade para pessoas surdas e com deficiência visual. A digitalização de documentos vem sendo feita regularmente, em especial itens de importância histórica e pesquisas de docentes.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • alarmes visuais de emergência e sinalização visual em elevadores, banheiros, salas e corredores de salas de aula; • digitalização de todos os livros e documentos históricos de domínio público e disponibilização no Repositório Huet, no Portal do INES na internet, etc. 	
<p>Subsidiar a formulação das diretrizes e políticas públicas nacionais nas áreas linguística, educacional, cultural, de saúde, de comunicação, de trabalho, de assistência social, de comunicação, de esportes, de direitos humanos e de ética em pesquisa, entre outras, no âmbito de sua competência na área da surdez e em consonância com a diretriz bilíngue que baliza a atuação do Instituto;</p>	<p>* Constituir, até 2021, no INES, a Câmara Técnica de Políticas Públicas e Surdez, para promover a análise, o debate e a formulação de proposições em políticas públicas e legislação nas esferas da linguística, educacional, cultural, de saúde, de trabalho, de assistência social, de comunicação, de esportes, de direitos humanos e de ética em pesquisa, entre outras, no âmbito de sua competência na área da surdez e com participação de lideranças da comunidade surda brasileira.</p>	<p>Mantém-se a previsão. Todas as comissões e instâncias vêm sendo discutidas no Conselho Diretor, inclusive as normas para eleição de seus representantes.</p>
<p>Incentivar a construção de conhecimento sobre políticas públicas relacionadas à surdez no Brasil.</p>	<p>* Instituir e gerenciar o Concurso Nacional de Incentivo à Pesquisa na área da Surdez, que contemple o eixo da missão institucional: <i>fazer da surdez um fator da cidadania no Brasil</i>.</p>	<p>Passou a ser considerada a ideia de uma Comissão avaliar e premiar com publicação pesquisas relacionadas à surdez que se destaquem no cenário acadêmico.</p>

<p>Subsidiar o exercício da cidadania pelas pessoas surdas no Brasil.</p>	<p>* Editar publicação eletrônica sobre cidadania e surdez no Brasil e no mundo, visando favorecer a disseminação e a troca de experiências e informações sobre a condição e a mobilização das comunidades surdas de diferentes países.</p>	<p>Em 2022, poderá ser feita chamada nacional da Comissão Editorial para um dossiê específico sobre o tema por parte de pesquisadores brasileiros e mesmo de outros países.</p>
<p>Formular políticas institucionais que atendam às demandas recorrentes do público deste Instituto.</p>	<p>* Promover, em 2019, a discussão e deliberação sobre uma Política de Assistência Estudantil para o Instituto, visando assegurar condições de permanência e sucesso e evitar a evasão na Educação Básica e no Ensino Superior, contemplando a análise e deliberação sobre as seguintes propostas encaminhadas pelo Centro Acadêmico Bilíngue de Pedagogia do INES: Alojamento; Bandejão; Bolsa monitoria; Bolsa interpretação; Apoio profissional para saúde física e mental dos alunos (psicológico, fonoaudiólogo, assistente social, etc.); Facilitar as inscrições em bolsas; Ônibus rotativo para buscar alunos (utilização do ônibus do INES em rota e horário específico); Reforma das salas desativadas do DESU; Ampliação e livre acesso à internet no INES; Aquisição de novos livros para a Biblioteca; Oferta de serviços de Xerox; Ampliação da Sala de Estudos, com mais computadores; Criação de uma Política Linguística (Libras/Português); Construção de uma copa para os alunos; Construção de uma cantina (sob a responsabilidade das mães dos alunos, visando gerar renda para elas e atender à necessidade de alunos e funcionários).</p>	<p>A discussão caminha no âmbito do Departamento de Ensino Superior e do Conselho Diretor. Deverá ser concluída no primeiro semestre de 2020.</p>
<p>Promover o direito de acesso à</p>	<p>* Constituir, até 2020, um Comitê de Políticas Culturais com as atribuições de avaliar as condições e fomentar as potencialidades do Instituto na promoção do acesso à cultura por parte de alunos, familiares, servidores e da comunidade,</p>	<p>Mantém-se a previsão. Todas as comissões e instâncias vêm sendo discutidas no Conselho Diretor, inclusive as normas para eleição de seus representantes.</p>

<p>cultura, nos termos do Decreto 6.949/2009.</p>	<p>incluindo, por exemplo, a exibição regular de filmes; a apresentação de peças de teatro; o lançamento e discussão de livros; a definição de um espaço para uma galeria de artes, visando à exposição de fotografias, pinturas, esculturas, instalações, bem como a realização de cursos relacionados à produção cultural.</p>	
<p>Promover a saúde, por meio da educação alimentar.</p>	<p>* Criar, até 2020, o Conselho de Alimentação Escolar do INES – CAE/INES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Orientar para o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica. - Fomentar a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa o currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. - Atender a todos os alunos matriculados na Educação Básica. - Favorecer o acompanhamento e o controle da execução por meio da participação da comunidade no controle social. - Garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social. - Zelar pela aceitabilidade dos cardápios oferecidos. - Planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, zelando pela qualidade e conservação dos produtos. - Planejar, elaborar, acompanhar e avaliar os cardápios da 	<p>Mantém-se a previsão. Todas as comissões e instâncias vêm sendo discutidas no Conselho Diretor, inclusive as normas para eleição de seus representantes.</p>

	<p>alimentação escolar, adequados às necessidades nutricionais, às faixas etárias, ao perfil epidemiológico dos alunos do CAP/INES.</p> <p>- Propor e coordenar ações de educação alimentar e nutricional.</p> <p>Composição:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 representante e 1 suplente dos alunos; • 1 representante e 1 suplente dos pais; • 1 representante e 1 suplente dos técnicos administrativos; • 1 representante e 1 suplente dos docentes; • 1 representante e 1 suplente da Direção Geral; • 1 representante e 1 suplente do DEBASI; • 1 representante fixo da área nutricional do INES. 	
<p>Promover o respeito às diferenças no INES.</p>	<p>* Criar, até 2020, a Comissão para a Promoção da Equidade (COPE), com o propósito de compartilhar conhecimentos sobre diversidade; prover informações sobre legislação e políticas em âmbito internacional, nacional e local; promover debates sobre situações de desrespeito e violência e sobre políticas públicas pró-equidade, e balizar ações concretas, no âmbito institucional, de promoção do respeito a: pessoas e comunidades surdas; pessoas com deficiência; meninas e mulheres; pessoas afrodescendentes; pessoas e povos indígenas; pessoas LGBTQs; diferentes denominações religiosas; pessoas idosas; pessoas em situação de migração e refúgio.</p>	<p>Mantém-se a previsão. Todas as comissões e instâncias vêm sendo discutidas no Conselho Diretor, inclusive as normas para eleição de seus representantes.</p>
<p>TEMA: GESTÃO DEMOCRÁTICA</p>		

<p>Efetivar a gestão democrática preconizada na Constituição, na LDB e no Plano Nacional de Educação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Instituir, em 2019, um modelo participativo de planejamento e gestão, envolvendo departamentos, servidores, comunidade acadêmica e escolar e também comunidade externa, na definição de prioridades, observadas as diretrizes governamentais e o planejamento estratégico do Instituto, assegurada a participação de pessoas surdas dos diferentes segmentos; * Instituir e efetivar, em 2019, o Comitê para a Gestão Democrática do Desenvolvimento Institucional (COGEDI) e o Núcleo de Auditoria Interna (NAI), especificados neste documento, para maior transparência e controle social da gestão quanto ao cumprimento da missão institucional; * Coordenar, a partir de 2019, o processo participativo de construção do novo Regimento Interno do INES; * Coordenar, a partir de 2019, o processo participativo de definição da nova estrutura do Conselho Diretor; * Coordenar, a partir de 2019, o processo participativo de criação do Conselho Escolar do Colégio de Aplicação; * Adotar, até 2019, as medidas necessárias para que todas as instâncias de participação da comunidade escolar, acadêmica e administrativa do INES assegurem o envolvimento e participação de pessoas surdas nos processos de discussão e deliberação, e também de entidades de pessoas surdas como representação da sociedade civil no Conselho Diretor do INES. 	<p>Em 2019, a partir de demanda externa de planejamento das atividades de servidor integrante da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, foi formulado o projeto <i>Gestão do Desenvolvimento Institucional</i> (GDI), com o objetivo geral de:</p> <p>implantar um modelo participativo de gestão do desenvolvimento institucional capaz de superar práticas estanques e rotinizadas que ainda não articulam os esforços dos diferentes setores em torno da realização da missão institucional e ainda não compatibilizam as demandas de competências das diferentes atividades desenvolvidas com os perfis da força de trabalho. O Projeto pretende instaurar no INES uma nova cultura organizacional, calcada na participação e na gestão por competências.</p> <p>No exercício em tela, a equipe do Projeto atuou junto com a Coordenação de Recursos Humanos do INES, na elaboração do Plano de Desenvolvimento de Pessoas do Instituto.</p> <p>Em 2021, desenvolveu-se processo participativo de construção do novo regimento interno do Instituto, que redefine a estrutura do Conselho Diretor. Além disso, foi formulada também de modo participativo a proposta de criação do Conselho Escolar do Colégio de Aplicação do INES.</p> <p>Hoje, vemos a ação do projeto como o embrião desse Comitê e também de uma futura unidade de Auditoria Interna, que precisamos constituir.</p>
<p>TEMA: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL</p>		

<p>Impulsionar e monitorar o desenvolvimento institucional do INES no período 2018-2022.</p> <p>Orientar as ações do INES para a excelência no cumprimento de sua missão.</p> <p>Adequar a estrutura organizacional do Instituto às novas diretrizes de planejamento estratégico.</p>	<p>* Instituir, em 2019, o Comitê para a Gestão Democrática do Desenvolvimento Institucional (COGEDI), com representação de todos os Departamentos, de Alunos e de Familiares de Alunos e da Comunidade Surda, para monitorar a implementação do PDI, com as atribuições de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar e indicar aperfeiçoamentos nos processos institucionais e sua gestão; • Desenvolver a comunicação institucional; • Definir indicadores de gestão; • Definir indicadores de qualidade da Educação Básica e do Ensino Superior, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> ▪ avaliação do nível de proficiência em Libras de docentes; ▪ avaliação em Libras do desenvolvimento dos alunos; ▪ avaliação curricular; ▪ acompanhamento de egressos; • Acompanhar sistematicamente, por meio dos indicadores, a eficácia das ações e a execução das metas do PDI nos diferentes setores, apoiando os gestores; • Elaborar relatórios parciais e anuais de avaliação da implementação do PDI; • Avaliar a execução do PDI e propor adequações ou mudanças, considerando o relatório anual da CPA e relatórios dos Departamentos que constituem o INES; • Zelar pelo cumprimento do PDI em períodos de transição após escolha da Direção Geral. 	<p>Como dissemos na resposta ao item anterior, em 2019, foi formulado o projeto <i>Gestão do Desenvolvimento Institucional (GDI)</i>. Vários objetivos traçados para a COGEDI têm sido conduzidos pelo projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunicação institucional: o projeto tem feito levantamento das informações disponíveis no Portal, para fins de adequação às normativas de acesso à informação e transparência ativa; • Indicadores de gestão: vêm sendo discutida a sua reformulação, à luz do PDI; • Apoio e acompanhamento da gestão por parte dos Departamentos: vem sendo feito na elaboração do Relatório de Gestão no modelo <i>Integrado</i>; • A avaliação do PDI vem sendo igualmente propiciada pelo modelo <i>integrado</i> de Relatório de Gestão.
<p>TEMA: CONTROLE INTERNO</p>		

<p>Organizar o controle interno das ações do INES, para garantir a confiabilidade das informações, a obediência às leis e regulamentos, a salvaguarda dos seus recursos, e a eficácia e eficiência de suas ações.</p>	<p>* Criar, até 2019, o Núcleo de Auditoria Interna (NAI), subordinado diretamente à Direção Geral/INES, para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • dar credibilidade aos atos de gestão administrativa; • auxiliar o atingimento dos objetivos institucionais; • verificar e comprovar a legalidade, a eficiência e a eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de recursos humanos, para o bom uso dos recursos públicos; • apresentar subsídios para o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos e controles internos das áreas responsáveis. <p>* Criar, nos termos do Decreto 1.171/1994, até 2020, a Comissão de Ética Profissional do Servidor Público do INES (CESP-INES), constituída por três servidoras ou servidores de cargo efetivo – um(a) docente do ensino superior, uma(a) docente da educação básica e um(a) técnico administrativo – indicados pelos pares e submetidos à aprovação no âmbito do Conselho Diretor do INES, com as seguintes atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Planejar e realizar a divulgação do Decreto 1.171/1994 de forma presencial e nos portais do INES na intranet e internet; • Orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura (Decreto 1.171/94, Anexo, XVI); • Fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores, os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor 	<p>A criação do NAI avança com o desenvolvimento das atividades do Projeto GDI, que tem contemplado as discussões iniciais relativas à Ética; à informação e à comunicação e aos assuntos disciplinares. Essa pauta deverá avançar em 2022.</p>
---	--	---

	<p>público (Decreto 1.171/94, Anexo, XVIII);</p> <p>* Realizar, de modo participativo, uma avaliação da comunicação intersetorial quanto à eficácia e à eficiência;</p> <p>* Promover, de modo participativo, os ajustes necessários na comunicação institucional, incluindo a padronização de procedimentos e documentos; a realização de cursos para a melhoria da produção escrita relacionada ao trabalho e à comunicação (projetos, termos de referência, memorandos, circulares, ofícios), bem como a garantia da acessibilidade linguística;</p> <p>* Construir, coletivamente, políticas de gestão da informação para os diferentes setores, de acordo com suas especificidades, com ênfase na perspectiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> • do atendimento acessível e de qualidade ao cidadão; • da boa e ágil fundamentação à tomada de decisões pelo gestor; • da eficaz execução das responsabilidades pelos servidores; • da efetiva possibilidade de que os dados e informações coligidos possam servir também à construção de conhecimento, por meio de pesquisas. <p>* Criar um Portal do Ensino do INES (EnsINES), abrangendo módulos específicos de acesso por senha para Colégio, Graduação e Pós-Graduação, com informações gerais sobre calendários escolares e acadêmicos, disciplinas, docentes, conteúdos das disciplinas, bibliografias, avaliações, cardápio escolar, manual do aluno, reuniões agendadas, eventos, etc.</p> <p>* Criar até 2020, o Núcleo para Assuntos Disciplinares, visando:</p> <p>I- desenvolver iniciativas de prevenção ao cometimento</p>	
--	---	--

	<p>de infrações disciplinares e orientar a adoção, quando cabível, de práticas administrativas saneadoras;</p> <p>II- assessorar a Direção Geral do INES na instauração de sindicâncias, inclusive patrimoniais, processos administrativos disciplinares e demais procedimentos correcionais nos casos que envolvam atos de servidores do INES</p> <p>III - promover a apuração, por determinação da Direção Geral do INES, de ofício ou a partir de denúncias ou representações, mediante sindicâncias, inclusive patrimoniais, processos administrativos disciplinares e demais procedimentos correcionais, nos casos que envolvam atos de agentes públicos em exercício no INES e/ou de empresas prestadores de serviços ao INES;</p> <p>IV - acompanhar e apoiar os trabalhos e propor uniformização de entendimentos e procedimentos das comissões disciplinares instauradas no âmbito deste INES;</p> <p>V - encaminhar aos órgãos de controle, nas hipóteses legais ou mediante requisição, informações relativas a procedimentos disciplinares instaurados no âmbito INES;</p> <p>VI - coordenar o sistema CGU-PAD no âmbito do INES, consoante políticas de uso em vigor; e</p> <p>VII - desenvolver outras atividades relacionadas com sua área de competência.</p>	
--	---	--

Indicadores de Recursos Humanos

1. Relação entre número de servidores técnico-administrativos terceirizados e total de servidores dessa categoria no Instituto

Objetivo: aferir em que medida o Instituto está conseguindo prover os cargos da área técnico-administrativa por meio de concurso público, inclusive em atendimento às diretrizes governamentais e dos órgãos de controle de substituição de terceirizados, e também em observância aos princípios da economicidade, do fortalecimento da memória institucional e da qualidade dos serviços prestados.

Horizonte: diminuir progressivamente o percentual de participação de servidores terceirizados em relação ao corpo técnico-administrativo do Instituto.

Equação básica: número de servidores técnico-administrativos terceirizados, dividido pelo número total de servidores da área técnico-administrativa.

Resultados e análise crítica:

O INES só terceiriza cargos que não existem no quadro permanente do INES. O INES conta com 549 pessoas em sua força de trabalho, sendo 184 servidores de carreiras docentes e 229 servidores técnicos administrativos. Completam a composição da força de trabalho 136 pessoas contratadas para os seguintes serviços, que não são abarcados pela estrutura de cargos existente.

Cálculo do indicador:

Técnicos administrativos	Contratados	Índice (contratado/servidores)	%
229	136	0,59	59%

Apresentamos, a seguir, um quadro com os serviços para os quais são feitas contratações de terceirizados.

Serviço	Número de colaboradores
Guardião de piscina e operador de piscina	3
Desenvolvimento gráfico e midiático	4
Manutenção predial	7
Equipe de estúdio	13
Recepcionistas	21
Motoristas	6
Suporte técnico de Informática	4
Manutenção de Refrigeração	4
Cozinheiro/auxiliar; almoxarife/auxiliar	25
Limpeza, asseio e conservação diária	22
Vigilância/segurança patrimonial	27
Total de colaboradores	136

O governo não autoriza concurso público mesmo havendo altos índices de aposentadorias e não encaminha vagas para o Instituto, o que dificulta nas inúmeras tarefas que servidores têm que desempenhar. O INES só terceiriza cargos que não existem no seu quadro permanente. A contratação é para a realização de algumas das tarefas necessárias, diminuindo assim o excessivo trabalho por parte dos servidores, e evitando uma baixa por doenças. A administração recebeu, ao longo do ano de 2019, 3 servidores oriundos de outras instituições, por meio de redistribuição. A equipe tem se esforçado para divulgar as vagas e conseguir preenchê-las. Por um lado, é positivo, pois recebemos servidores com outras vivências e experiências, o que soma para a Instituição.

2. TAXA DE PRONTIDÃO BILÍNGUE DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DO INES

Objetivo: aferir em que medida os servidores da área técnico-administrativa do INES de nível médio e superior têm conhecimentos da Língua de Sinais que os habilitem à interação e à colaboração com profissionais surdos e também ao atendimento a pessoas surdas em Libras.

Horizonte: ampliar gradativamente, por meio de políticas de incentivo, o percentual de servidores técnico-administrativos habilitados à interação e à colaboração com profissionais surdos e também ao atendimento a pessoas surdas em Libras.

Equação básica: número de servidores técnico-administrativos do INES com curso completo de Língua de Sinais **ou** com proficiência atestada pelo Exame Nacional PROLIBRAS dividido pelo número total de servidores técnico-administrativos do Instituto.

Observação: Ainda não foram criados instrumentos para levantamento de dados nesse Indicador, mas podemos adiantar que todos os servidores concursados nomeados nos últimos anos, nos termos de nosso PDI 2018-2022, têm passado pelos cursos de Língua de Sinais do INES.

3. ÍNDICE DE TITULAÇÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DO INES

Objetivo: mapear o grau de titulação do corpo técnico-administrativo para orientar ações relativas ao apoio à qualificação na perspectiva da melhoria de seu desempenho profissional e do consequente aperfeiçoamento da gestão institucional e do atendimento às pessoas surdas.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação das titulações mais elevadas no perfil de qualificação do corpo técnico-administrativo do CAP INES.

Equação básica: índice de titulação do corpo técnico-administrativo é igual a $G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5$ dividido por $G + A + E + M + D$, onde G = graduação; A = aperfeiçoamento; E = especialização; M = mestrado e D = doutorado.

Observação: O INES conta com o seguinte perfil de corpo técnico administrativo:

Ensino Fundamental Incompleto (I) ou Completo (C)		Ensino Médio (Md), Médio e Técnico (MT), Médio Profissionalizante (MP) ou apenas Técnico (T)				Ensino Superior: Graduação (G); Aperfeiçoamento (A); Especialização (E); Mestrado (M)				
I	C	Md	MT	MP	T	G	A	E	Ms.	D
0	2	47	10	2	1	51	n/c	85	22	2

Cálculo: $(51 \times 1 + 0 \times 2 + 85 \times 3 + 22 \times 4 + 2 \times 5) / (51 + 0 + 88 + 22 + 2) = (51 + 0 + 255 + 88 + 10) / (160) = 404 / 160 = 2,52$

Análise crítica: Esse índice passou de **2,37** em 2015 e 2016 para **2,52** em 2017. Não foi possível obter esse cálculo nos anos seguintes.

4. TAXA DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM EXERCÍCIO NO INES EM PROCESSOS DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO

Objetivo: aferir em que medida o corpo técnico-administrativo do Instituto vem participando de ações de capacitação, nos termos da Lei 8.112, de 1990 e consoante às diretrizes do Decreto 5.707, de 2006 – que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 1990 – bem como do Plano Anual de Capacitação do Instituto e seu Programa de Apoio, visando, nos termos desses documentos institucionais, “aprimorar os serviços prestados à sociedade e ao cidadão surdo” e “desenvolver nos servidores as competências necessárias para o alcance dos objetivos institucionais”.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação dos servidores técnico-administrativos em ações de capacitação.

Equação básica: número de servidores técnico-administrativos do INES que participaram plenamente – inscrição, frequência e conclusão com suficiente aproveitamento – de ações de capacitação, dividido pelo número de servidores do corpo técnico-administrativo do Instituto.

Resultados e análise crítica: Em 2021, tivemos 15 Servidores Capacitados, com a meta pelo Siop de 350 capacitações. O valor orçado inicialmente era de R\$ 243.760,00; foi empenhado o valor de 17.435,00 com um número de servidores menor do que a meta do Siop. A baixa foi devido à situação pandêmica e por ter vários cursos disponíveis em plataformas digitais do Ministério da Economia.

Indicadores Educação Básica

1. RELAÇÃO CANDIDATO / VAGA

Objetivo: aferir em que medida a escolarização bilíngue ofertada pelo Colégio de Aplicação do INES atende à procura por vagas na Educação Básica por parte de surdos, via ingresso ou transferência.

Horizonte: atender integralmente a demanda da comunidade onde se situa o Colégio, bem como de surdos que não têm atendimento próximo de sua residência e também as situações de transferência, inclusive para, caso se mostre necessário, realizar ações necessárias à ampliação do número de vagas ofertadas.

Equação básica: relação candidato / vaga é igual ao número de surdos cadastrados em situação de pré-ingresso ou transferência dividido pelo número de vagas ofertadas pelo Colégio de Aplicação do INES.

Resultado: O número de vagas ofertadas foi determinado pela meta do PDI = 500. O número de surdos matriculados = 426. Equação: $426 / 500 = 0,85$.

Análise crítica: O INES atendeu em 100% à demanda de vagas (ingresso + transferência) e a matrícula efetiva ficou em 85% das vagas disponíveis. Conforme mencionado em relatório anterior, tal flutuação nos resultados desse indicador pode se relacionar à crescente oferta de educação bilíngue em escolas-polo do município do Rio de Janeiro, bem como o processo de inclusão escolar que alcança outras regiões de origem de nossos alunos, como a Baixada Fluminense.

2. RELAÇÃO ALUNOS / DOCENTE

Objetivo: aferir em que medida os alunos do Colégio de Aplicação contam com um quadro permanente de professores dedicado ao ensino.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação de docentes na oferta de escolarização do INES.

Equação básica: a relação alunos / docente é igual ao número de alunos matriculados dividido pelo número de docentes.

Obs.: contabiliza-se 1,0 (um) por docente em jornada de 40 (quarenta) horas e 0,5 (zero vírgula cinco) por docente em jornada de 20 (vinte) horas.

Resultados: Em 2020, havia 154 professores designados no Colégio de Aplicação, dos quais 127 servidores efetivos e 27 professores substitutos contratados. Outros professores estavam ocupando chefias, em atividades fora de sala de aula (gestão e outras), em licença sem vencimentos e afastados para cursar mestrado ou doutorado. Assim, havia 127 (cento e vinte e sete) docentes concursados do INES regentes efetivos de turma. O número máximo de alunos em processo de escolarização ao longo de 2020 foi de 417 (quatrocentos e dezessete). Quanto aos alunos, da matrícula no início do ano (426) foram descontados desligamentos, transferências, trancamentos e falecimentos, e o resultado foi 417. O resultado da operação $417 / 127 = 3,28$.

Análise crítica: O aluno do INES conta com um bom quadro de docentes dedicados ao ensino, considerados os seguintes fatores nesta instituição especializada:

- a) as peculiaridades do alunado (surdez severa e profunda);
- b) o fato de o INES receber muitas crianças ou mesmo jovens sem língua adquirida e em grande medida oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- c) o crescente ingresso de alunos surdos com outras condições de saúde nas turmas de escolarização (síndromes, quadros psiquiátricos, outras deficiências associadas).

O quadro docente efetivo, que havia crescido bastante entre 2014 e 2015, em razão de concursos públicos realizados, apresentou ligeiro decréscimo, devido à aposentadoria de docentes mais antigos após a incorporação de vantagens financeiras relativas ao RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências, definido na Lei 12.772/2012) a seus vencimentos e como efeito dos temores em razão dos debates sobre a Reforma da Previdência. Daí a necessidade temporária de contratação de docentes.

3. ÍNDICE DE TITULAÇÃO DO QUADRO DOCENTE EFETIVO

Objetivo: mapear o grau de titulação do corpo docente efetivo para orientar ações relativas ao apoio à sua qualificação, na perspectiva da melhoria de seu desempenho pedagógico e da consequente melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos do Colégio.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação das titulações mais elevadas no perfil de qualificação do corpo docente efetivo do CAP-INES.

Equação básica: índice de titulação do corpo docente efetivo é igual a $N \times 0,5 + G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5$ dividido por $N + G + A + E + M + D$, onde N = curso normal; G = graduação; A = aperfeiçoamento; E = especialização; M = mestrado e D = doutorado.

Resultados:

N = 2 x 0,5	G = 8 x 1	A = 2 x 2	E = 55 x 3	M = 59 x 4	D = 22 x 5
N = 1,0	G = 8	A = 4	E = 165	M = 236	D = 110

Equação: $524 / 148 = 3,54$

Análise crítica: Considerando-se que a pontuação mínima esperada seria de 163 pontos – a totalidade do Quadro Docente efetivo apenas com Graduação, que é a exigência mínima em concursos para a Educação Básica, Técnica e Tecnológica – e pontuação máxima possível seria de 815 pontos – a totalidade do Quadro Docente efetivo com Doutorado – vemos que o INES vinha avançando ano a ano quanto aos resultados deste indicador de qualificação docente: **60%** da pontuação máxima em 2013, **63,5%** em 2014, **65%** em 2015, **69%** em 2016, mas apresentou pequeno decréscimo em 2017, fechando em **64,3%**. Se o ingresso de docentes surdos nomeados em 2014 e 2015 trouxe ao Instituto, de maneira geral, profissionais em início de atividade e apenas com a titulação mínima exigida para o cargo, por outro lado o mesmo certame trouxe também profissionais com maior titulação – mestrado e doutorado. O apoio previsto no Plano Anual de Capacitação e em seu Programa de Apoio colaborou para o aumento de doutores no quadro. Por outro lado, a perspectiva de incorporação de vantagens relativas à norma que instituiu o Reconhecimento de Saberes e Competências (Lei 12.772/2012) favoreceu a busca, a partir de 2016, por docentes mais antigos, de títulos acadêmicos passíveis de incorporação, seguida de pedidos de aposentadoria voluntária.

4. RELAÇÃO ENTRE DOCENTES SUBSTITUTOS E NÚMERO TOTAL DE DOCENTES

Objetivo: aferir em que medida o Instituto está conseguindo implementar a diretriz de prover os cargos docentes por meio de concurso público, também em atendimento à diretriz governamental e dos órgãos de controle de substituição de terceirizados.

Horizonte: diminuir progressivamente o percentual de participação de professores substitutos em relação ao total de professores do Colégio de Aplicação.

Equação básica: número de professores substitutos dividido pelo número total de professores (efetivos do quadro permanente, mais substitutos, contratados pelo INES ou pelo IFRJ) e multiplicado por 100.

Resultados: Em 2020, tivemos 27 professores substitutos ou temporários para um total de 154 docentes vinculados ao CAP-INES: $27 / 154 = 0,17$ (= 17%)

Análise crítica: O INES vinha melhorando continuamente seus resultados nesse indicador, diminuindo a participação de substitutos em relação ao total do quadro docente – em 2013, havia sido de **0,19**, ou seja 19%, em 2014 foi de **0,13**, ou seja, 13%, e em 2015 foi de **0,09**, ou seja 9% – devido ao concurso público aberto por meio do Edital nº 29/2013, por meio do qual foram providas 40 vagas de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico em 2014 e 2015. E em 2015, concluíram-se prazos de contratos, o que também concorreu para a melhoria dos resultados na época, conforme previsão em relatório anterior. Já em 2017, a marcha de aposentadorias decorrente da incorporação de vantagens e dos temores quanto à Reforma da Previdência (ver item anterior) acarretou um retorno aos níveis de 2013. Em 2020, houve uma pequena melhora nos resultados. Tivemos um freio na marcha das aposentadorias, com apenas duas em 2020.

5. TAXA DE PRONTIDÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BILÍNGUE

Objetivo: aferir em que medida os docentes das diferentes etapas da Educação Básica têm conhecimentos da Língua de Sinais que os habilitem para uma relação pedagógica bilíngue, em atendimento ao disposto no Decreto 5.626, de 2005.

Horizonte: ampliar gradativamente, por meio de políticas de incentivo, o percentual de professores da Educação Básica do INES habilitados para a educação bilíngue com sujeitos surdos.

Equação básica (deverão ser feitos 4 (quatro) cálculos, um por Etapa de Ensino): número de professores da Educação Infantil, do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, do Ensino Fundamental – Anos Finais e do Ensino Médio do CAP-INES com curso completo de Língua de Sinais **ou** com proficiência atestada pelo Exame Nacional PROLIBRAS dividido pelo número total de professores da respectiva Etapa de Ensino, no CAP-INES.

Resultados: O cálculo foi efetuado considerando-se apenas os professores respondentes de questionário aplicado pela Direção do Colégio. Outras possibilidades de aferição deverão ser consideradas no próximo exercício, dado o fato de que profissionais mais antigos do Instituto dominam bem a Libras pelo tempo de convívio e trabalho com surdos, mas muitos não chegaram a fazer curso de Libras e tampouco obtiveram Certificado de Proficiência. Os resultados por Etapa foram:

Etapa SEDIN: 1,0 (100%)

Etapa CAAF: $2 / 2 = 1,0$ (100%)

Etapa SEF1 (1º segmento): = 1,0 (100%)

Etapa SEFN (Noturno): = 1,0 (100%)

Etapa SEF2 (2º segmento) / SEME: = 1,0 (100%)

Análise crítica: Os resultados demonstram que melhorou o patamar em relação ao exercício anterior. Cabe realçar que o Edital do mais recente concurso público para Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico valorizou conhecimento prévio da Língua de Sinais. Adicionalmente, cabe informar que todos os profissionais nomeados e empossados a partir de aprovação no referido Concurso ingressaram automaticamente em turma específica do Curso de Libras ofertado pelo próprio Instituto.

6. TAXA DE EVASÃO ESCOLAR

Objetivo: dimensionar o fenômeno da evasão escolar com vistas a gerar intervenções que apoiem a permanência do aluno, do ponto de vista do atendimento em serviço social, psicológico, de apoio pedagógico, de assistência estudantil, etc.

Horizonte: diminuir gradativamente o fenômeno da evasão, por meio de políticas de apoio à família e ao aluno.

Equação básica: número de alunos de cada etapa da Educação Básica do INES desligados ao final do ano letivo dividido pelo número de alunos matriculados em cada etapa da Educação Básica no ano letivo.

Resultados: O número de alunos desligados ao final do ano letivo = 9. O número de alunos matriculados no ano letivo = 426. Equação: $9 / 426 = 0,02$.

Análise crítica: O resultado de permanência de alunos matriculados vinha oscilando: 86% em 2013, 90% em 2014, 86% em 2015, mas em 2016 e 2017 teve alteração mais expressiva, passando a 81% e a 74%. Os seguintes fatores tiveram que ser analisados: 1. a situação de vulnerabilidade socioeconômica de parcela considerável das famílias, particularmente a dependência do Benefício de Prestação Continuada – BPC e do Bolsa Família, em especial no contexto de recessão e desemprego; 2. a grande distância entre moradia e escola para a maioria dos alunos. Mas a análise desse dado deve ser feita em conjunto com a variação no *ingresso de alunos*, que vinha apresentando decréscimo ano a ano. Em 2020, uma surpreendente retenção de alunos, de 98%. Possivelmente, a pandemia e as medidas adotadas no sentido de prover acessibilidade digital, materiais impressos e kits alimentação com apoio do FNDE contaram para manter o vínculo.

7. TAXA DE UTILIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DO INES

Objetivo: aferir em que medida o acervo bibliográfico disponibilizado ao corpo discente e docente do CAP INES vem sendo apropriado nos processos de ensino e aprendizagem por eles.

Horizonte: ampliar gradativamente a utilização da Biblioteca pelos alunos.

Equação básica: número de acessos à Biblioteca por parte de alunos do Ensino Fundamental – Anos Finais e do Ensino Médio (SEF2 e SEME) e de docentes desses segmentos em Atividades de Interação com Educandos (acesso = pesquisa em terminais de internet + pesquisa de itens do acervo + empréstimo de itens do acervo) dividido pelo total de alunos SEF2 e SEME + total de docentes SEF2 e SEME.

Resultados e análise crítica: Em 2020, a Biblioteca do INES passou a ofertar seus serviços de modo totalmente remoto. Não foi possível calcular esse indicador.

8. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOCENTE NA REFERENCIALIDADE DO INES NA ÁREA DA SURDEZ

Objetivo: Dimensionar a participação dos docentes em Atividades de Interação com Educandos em ações de pesquisa e extensão concernentes ao papel do Instituto como Centro de Referência Nacional na Área da Surdez.

Horizonte: Ampliar progressivamente a participação de docentes que atuam também na produção e difusão de conhecimento em relação ao conjunto de docentes do CAP-INES.

Equação básica: Número de docentes em Atividades de Interação com Educandos do Colégio de Aplicação que realizaram pelo menos uma ação relacionada à produção ou difusão de conhecimento no ano, dividido pelo número de docentes do CAP-INES.

Resultados: Em 2020, devido à pandemia, todos os editais que haviam sido lançados no início do ano para a realização, em parceria com Estados e Municípios, de Seminários Formativos, Assessorias Técnicas e Intercâmbios Formativos com os CAS tiveram que ser cancelados, pois são todos na modalidade presencial. Não obstante, docentes do CAP trabalharam coletivamente na geração de conteúdos para a Página do DEBASI na internet e também para canal aberto na plataforma YouTube, concebendo, produzindo e divulgando vídeos e textos de orientação às pessoas surdas em geral e seus familiares sobre a pandemia, bem como estratégias de cuidado, bem-estar e superação (brincadeiras, atividades culturais, saúde mental, auxílio emergencial, etc.). Não foi possível efetivar uma quantificação dessas iniciativas.

9. ÍNDICE DE TEMPESTIVIDADE NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL INFANTIL

Objetivo: Aferir em que medida o atendimento a crianças surdas na Educação Infantil do INES se realiza no tempo certo em relação à ocorrência da surdez nessas crianças, na perspectiva de orientar ações institucionais e interinstitucionais que, reduzindo tal intervalo, assegurem a tais alunos adequado desenvolvimento linguístico e cognitivo.

Horizonte: Diminuir progressivamente a diferença entre a idade média de ocorrência da surdez (estimada pela família ou clinicamente diagnosticada) em crianças atendidas na Educação Infantil do INES e a idade média de início do seu atendimento nessa Etapa de Ensino, por parte do Instituto.

Equação básica: Idade média de Início do Atendimento em Educação Infantil - IAEI das crianças matriculadas nessa etapa de ensino no INES menos idade média de Ocorrência (estimada pela família ou clinicamente diagnosticada) da Surdez (de *causa conhecida* – pré-natal, perinatal ou pós-natal – ou *idiopática*) - OS, onde IAEI é obtida pela soma das idades de ingresso de todas as crianças com matrícula ativa na Educação Infantil do INES dividida pelo número dessas crianças e OS é obtida pela soma das idades de ocorrência da surdez de todas as crianças com matrícula ativa na Educação Infantil do INES dividida pelo número dessas crianças, sendo atribuído 0 (zero) ano para os casos individuais de surdez de causa pré-natal ou perinatal.

Obs.: As *causas conhecidas* da surdez podem ser divididas em: **pré-natais** (hereditárias ou relacionadas a doenças adquiridas pela mãe durante a gravidez, tais como rubéola, sífilis, toxoplasmose, citomegalovírus, herpes, intoxicações intrauterinas; agentes físicos como raio X, alterações endócrinas como diabetes ou tireóide, ou ainda relacionadas a carências alimentares; **perinatais** (traumatismos obstétricos; anóxia); **pós-natais** (doenças infecciosas; bacterianas – ex.: meningites, otites, inflamações agudas ou crônicas das fossas nasais e da naso-faringe; virais; intoxicações; trauma acústico). A surdez é dita *idiopática* quando sua causa é desconhecida.

Resultados:

A) Idade média de início do atendimento no INES (informações fornecidas pelo SEDIN)

--- soma das idades: 37

--- nº de crianças: 14

--- equação: $37 / 14 = 2,64$

B) Idade média de ocorrência da surdez (1ª audiometria) (informações fornecidas pela DIAU)

--- soma das idades: 08

--- nº de crianças: 14

--- equação: $08 / 14 = 0,57$

Resultado final: A) - B) = 2,64 - 0,57 = 2,07

Análise crítica: Entre 2016 e 2017, houve pequeno aumento (5,8%) na idade média de início de atendimento no INES, tendo havido, porém, sensível redução na idade média de ocorrência da surdez diagnosticada em audiometria. Chama a atenção a elevação na matrícula de crianças surdas na Educação Infantil do INES, de 8 em 2015 e 2016 para 14 em 2017, que pode estar ligada à disseminação da detecção precoce no campo da saúde auditiva. Para o ingresso mais tardio, ainda não há respostas. O Instituto deve apoiar a realização de pesquisas para uma avaliação da realidade da educação infantil e da situação de saúde auditiva de seus alunos para buscar respostas a este indicador. Não foi possível calcular esse indicador para o ano de 2020, uma vez que todas as atividades de ensino presencial foram suspensas.

10. TAXA DE SUCESSO NAS AÇÕES DE PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO E A GERAÇÃO DE RENDA

Objetivo: aferir em que medida as ações de preparação para o trabalho e a geração de renda que o INES oferece à comunidade, na perspectiva da promoção do Trabalho Decente, têm possibilitado a permanência e a conclusão com aproveitamento por parte de pessoas surdas adultas.

Horizonte: ampliar progressivamente a proporção de pessoas surdas que concluem com aproveitamento os cursos de preparação para o trabalho e a geração de renda que o INES oferece às pessoas surdas da comunidade.

Equação básica - observação: vínhamos trabalhando com a equação “número de concluintes dos cursos dividido pelo número de ingressantes”, mas optamos por redefinir a abordagem, uma vez que o número de ingressantes pode não refletir a capacidade e a adequação da oferta de vagas em relação à demanda. Assim, propõe-se como nova equação “número de concluintes dividido pelo número de vagas ofertadas”.

Resultados: Em 2020, não foi possível a realização de cursos de preparação para o trabalho, devido à pandemia.

11. ÍNDICE DE EFETIVIDADE NA TRANSIÇÃO PARA O TRABALHO DECENTE

Objetivo: aferir em que medida as oportunidades de acesso ao Trabalho Decente às quais o INES encaminha pessoas surdas cadastradas – via treinamento em serviço ou participação em processo seletivo, em empresas têm se traduzido em contrato de aprendizagem ou contrato de trabalho firmado entre essas pessoas e as empresas ofertantes das vagas.

Horizonte: ampliar progressivamente a proporção de pessoas surdas com mais de 14 anos de idade e cadastradas pelo INES que, por meio do acesso a treinamento em serviço em empresas e de participação em processo seletivo realizado por empresas alcançaram efetiva inserção em Trabalho Decente.

Equação básica: número de pessoas Surdas ingressantes em Trabalho Decente - STD, onde STD equivale ao resultado da soma de contratos individuais de aprendizagem ou de trabalho firmados, dividido pelo número de Oportunidades de Acesso ao Trabalho tornadas disponíveis pelo INES - OAT, onde OAT compreende A (vagas de treinamento em serviço em empresas) + B (participação em processo seletivo em empresas).

Observação: Os postulados da Organização Internacional do Trabalho relativos ao Trabalho Decente foram adotados pelo Governo do Brasil ao assinar Memorando de Entendimento com aquela Organização em 2003. No documento *Dimensão tática: programas temáticos*, do PPA 2011-2015, está registrado que:

Os desafios da inserção social e do acesso ao trabalho não serão totalmente superados se as formas de trabalho não contemplarem a dignidade e o respeito ao cidadão, o que se traduz em um **trabalho decente** e com qualidade, entendido como aquele adequadamente remunerado, exercido em conformidade com os marcos regulatórios trabalhista e previdenciário, em condições de equidade e segurança, capaz de garantir vida digna a trabalhadores e suas famílias. (...) [No período abarcado pelo PPA, o Brasil deverá promover] um diálogo entre setor público e privado, além da sociedade civil, em favor de um modelo de gestão que

atribua ao trabalho e ao emprego, em suas mais variadas vertentes e as diversas formas de inserção produtiva, a condição de valor central (...) [incluindo] a oferta de cursos de qualificação social e profissional, **priorizando** [entre outros segmentos] as **pessoas com deficiência**. (BRASIL, 2012)

Resultados: Em 2016, houve 225 oportunidades de acesso ao trabalho, que compreendem (A) vagas de treinamento em serviço em empresas + (B) vagas em processo seletivo em empresas. Dessas vagas, 132 foram preenchidas. Em 2020, 10 empresas disponibilizaram vagas e 204 pessoas surdas foram encaminhadas ao trabalho. Em 2021, 23 empresas disponibilizaram vagas de emprego, 572 candidatos inscritos/ atendidos e 109 pessoas surdas foram contratadas.

Análise crítica: Não recebemos dados mais precisos que nos permitissem o cálculo do indicador, mas devemos realçar o aspecto positivo de contratação em um contexto de retração da atividade econômica devido à pandemia.

Indicadores - Ensino Superior

QUADRO V – RESULTADOS DOS INDICADORES PRIMÁRIOS – DECISÃO TCU N.º 408/2002

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS					
	2020	2019	2018	2017	2016	2015
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)		NA	NA	NA	NA	NA
Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)		NA	NA	NA	NA	NA
Número de Professores Equivalentes		NA	NA	NA	NA	NA
Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários)		NA	NA	NA	NA	NA
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)		NA	NA	NA	NA	NA
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)		238	231	229	200	201
Total de Alunos na Pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)		NA	NA	NA	NA	NA

Alunos de Residência Médica (AR)		NA	NA	NA	NA	NA
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	NA	NA	NA	NA	NA	NA

NA – Não se Aplica.

QUADRO VI – RESULTADOS DOS INDICADORES DA DECISÃO TCU N.º 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P	EXERCÍCIOS					
	2019	2018	2017	2016	2015	2014
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente		NA	NA	NA	NA	NA
Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente		NA	NA	NA	NA	NA

Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente		NA	NA	NA	NA	NA
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU		NA	NA	NA	NA	NA
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU		NA	NA	NA	NA	NA
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente		NA	NA	NA	NA	NA
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente		NA	NA	NA	NA	NA
Grau de Participação Estudantil (GPE)		NA	NA	NA	NA	NA
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)		NA	NA	NA	NA	NA
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação		NA	NA	NA	NA	NA
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,5	4,6	4,5	4,6	4,4	3,51
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)		NA	NA	NA	NA	NA

NA – Não se Aplica.

Em 2019, contou-se com 44 (quarenta e um) docentes em atuação nos Cursos de Graduação nas modalidades presencial e semipresencial, sendo 36 Doutores, 5 Mestres e 3 Especialistas. Aplicando-se a fórmula do Índice de Qualificação do Corpo Docente – IQCD, temos: $[5 \times 36 + 3 \times 5 + 2 \times 3] \div [36 + 5 + 3] = [180 + 15 + 6] \div [44] = [201] \div [44] = 4,565$. Resultado: o ICQD do Curso Bilíngue de Pedagogia do INES foi de **4,5**.

1. RELAÇÃO CANDIDATO / VAGA

Equação básica: relação candidato / vaga é igual ao número de candidatos em processo seletivo para ingresso no curso de graduação em Pedagogia dividido pelo número de vagas ofertadas pelo INES para o referido curso no ano letivo. **Cálculo: 238 / 60**

Resultado: Relação Candidato/Vaga						
2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
3,96	5,45	5,71	5,71	6,35	6,06	5

Análise crítica: O desenvolvimento do Curso, sua divulgação (na rede pública de ensino, na internet, nas redes sociais e nos movimentos surdos) e a inserção de egressos têm contribuído para que se mantenha regular a demanda. Demonstra-se o acerto da definição de turnos Manhã e Noite (anteriormente, Tarde e Noite), estabelecidos para atender à situação do aluno trabalhador.

2. RELAÇÃO ALUNOS / DOCENTE EM TEMPO INTEGRAL

Objetivo: aferir em que medida os alunos do Ensino Superior do INES contam com um quadro permanente de professores dedicado ao ensino.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação de docentes em tempo integral na oferta de Ensino Superior pelo INES.

Equação básica: a relação alunos / docente em tempo integral é igual ao número de alunos matriculados dividido pelo número de docentes.

Obs.: contabiliza-se 1,0 (um) por docente em jornada de 40 (quarenta) horas e 0,5 (zero vírgula cinco) por docente em jornada de 20 (vinte) horas.

Cálculo: $238 / 44 = 5,63$

Resultado: Relação Aluno/Docente em tempo integral						
2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
5,40	5,63	6,54	5,12	5,02	5,56	10,69

Análise crítica: A demanda pelo Curso de Pedagogia cresceu e se mantém estável. Ao mesmo tempo, muitos alunos concluíram e apresentaram suas monografias, alcançando a formatura e a colação de grau. Nos últimos anos, houve ampliação expressiva do número de professores(as) efetivos(as), com boa titulação e todos(as) em regime de dedicação exclusiva, nomeados(as) a partir da aprovação em concurso público de provas e títulos.

3. RELAÇÃO ENTRE DOCENTES TEMPORÁRIOS E NÚMERO TOTAL DE DOCENTES

Objetivo: aferir em que medida o Instituto está conseguindo implementar a diretriz de prover os cargos docentes por meio de concurso público, também em atendimento às diretrizes governamentais e dos órgãos de controle.

Horizonte: diminuir progressivamente o percentual de participação de professores temporários em relação ao total de professores do Ensino Superior do INES.

Equação básica: número de professores temporários dividido pelo número total de professores.

Resultado: Relação Docentes substitutos/total de docentes						
2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,19	0,57

Análise crítica: O resultado positivo nos últimos quatro anos foi impulsionado pela nomeação, em 2014 e 2015, de professores efetivos aprovados no concurso público regido pelo Edital nº 29/2013.

4. TAXA DE PRONTIDÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BILÍNGUE

Objetivo: aferir em que medida os docentes da graduação ofertada pelo INES têm conhecimentos da Língua de Sinais que os habilitem para uma relação pedagógica bilíngue.

Horizonte: ampliar gradativamente, por meio de políticas de incentivo, o percentual de professores habilitados para a educação em contexto bilíngue com sujeitos surdos e não-surdos.

Equação básica: número de professores do Ensino Superior do INES (graduação) com curso completo de Língua de Sinais **ou** com proficiência atestada pelo Exame Nacional PROLIBRAS dividido pelo número total de professores do Ensino Superior do INES (graduação).

Resultado: Taxa de prontidão docente para educação bilíngue						
2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
1,0	1,00	1,00	1,00	0,55	0,16	0,24

Análise crítica: Foram alcançados os objetivos de prontidão para o ensino bilíngue, relacionados a dois fatos: primeiro, as nomeações, em 2014 e 2015, de docentes efetivos aprovados no Concurso regido pelo Edital nº 29/2013, que valorizava o conhecimento da Libras e a experiência de trabalho com surdos; segundo, o cumprimento da exigência de que todos os docentes devem participar do curso de Libras ofertado pelo INES.

5. TAXA DE SUCESSO NO ENSINO SUPERIOR

Objetivo: aferir em que medida a formação inicial desenvolvida pelo INES possibilita que os ingressantes no Ensino Superior do Instituto completem os estudos no respectivo tempo recomendado.

Horizonte: ampliar progressivamente a proporção de alunos que concluem no prazo recomendado o curso de graduação INES em que se matricularam.

Equação básica: número de concluintes de graduação dividido pelo número de ingressantes 4 (quatro) anos antes.

Resultado: Houve 11 concluintes de graduação em 2019 para 67 ingressantes em 2014 (para o período 2016-2019, quatro anos de tempo previsto para realização do curso). Sendo assim, temos $11 / 67 = 0,4\%$.

Resultado: Taxa de sucesso no Ensino Superior						
2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
0,16	0,4	0,38	0,55	0,64	0,73	1,2

Análise crítica: Alguns fatores interferem nos resultado deste Indicador, como as dificuldades enfrentadas por alunos surdos na elaboração de suas monografias, a estruturação de recursos tecnológicos e humanos para registro filmado de apresentação em LIBRAS, e os trancamentos de matrícula motivados principalmente por questões de trabalho ou de vulnerabilidade socioeconômica. O INES vem investindo em ações que deverão melhorar esses resultados: geração de material de apoio acadêmico (resenhas) em LIBRAS; construção de glossário de sinais relacionados aos principais conceitos trabalhados no Curso de Pedagogia (projeto Manuário Acadêmico); elaboração de livro acadêmico em LIBRAS; criação e publicação de um Manual para a Elaboração de Monografias em Libras; mudança dos turnos em que se desenvolve o Curso, etc. Observamos também um movimento de evasão e reingresso, relacionado à recessão e ao desemprego nos últimos anos.

6. TAXA DE EVASÃO

Objetivo: dimensionar o fenômeno da evasão com vistas a gerar intervenções que apoiem a permanência do aluno, do ponto de vista do atendimento em serviço social, psicológico, de apoio pedagógico, de assistência estudantil, etc.

Horizonte: diminuir gradativamente o fenômeno da evasão, por meio de políticas de apoio à família e ao aluno.

Equação básica: número de alunos do Ensino Superior INES (graduação) desligados ao final do ano letivo dividido pelo número de alunos matriculados na graduação INES no início do ano letivo.

Resultado: Houve 23 desligamentos em 2018, para 238 matrículas no ano letivo (ativas e trancadas). Sendo assim, temos $23 / 238 = 0,09$

Resultado: Taxa de Evasão						
2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
0,09	0,10	0,10	0,09	0,21	0,16	0,21

Análise crítica: Houve sensível melhoria em relação à evasão, possivelmente relacionada às mudanças e aos apoios efetivados – geração de material de apoio acadêmico (resenhas, manual para elaboração de monografias) em Libras; construção de glossário de sinais relacionados aos principais conceitos trabalhados no Curso de Pedagogia (projeto Manuário Acadêmico); ajuste de horários de oferta do curso para atender à condição do(a) aluno(a) trabalhador(a); qualificação do corpo docente, etc.

7. TAXA DE UTILIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DO INES

Objetivo: aferir em que medida o acervo bibliográfico disponibilizado ao corpo discente do INES vem sendo apropriado nos processos de ensino e aprendizagem por docentes e discentes da Educação Superior do Instituto.

Horizonte: ampliar gradativamente a utilização da Biblioteca Especializada Vicente Penido Burnier pelos alunos e professores da Educação Superior do Instituto.

Equação básica: número de acessos (incluindo 5 situações: pesquisa bibliográfica; elaboração de ficha catalográfica; frequência do usuário; consulta ao acervo e empréstimo de materiais) de alunos e professores do Ensino Superior INES (graduação e pós-graduação) dividido pelo total de alunos e professores do Ensino Superior INES (graduação e pós-graduação).

Não foi possível calcular esse indicador em 2019.

Taxa de utilização da biblioteca do INES							
2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012
-	-	15,46	9,13	10,03	3,90	3,74	1,71

Análise crítica: Os alunos têm utilizado com frequência cada vez maior a Biblioteca e o resultado é bastante positivo. Medida a ser adotada, em conformidade com o PDI, é a aprovação de uma Política de Acervo e a constituição de uma Comissão responsável pela avaliação e aquisição de acervo.

8. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOCENTE NA REFERENCIALIDADE DO INES NA ÁREA DA SURDEZ

Objetivo: Dimensionar a participação dos docentes do Ensino Superior do INES em ações de pesquisa e extensão concernentes ao papel do Instituto como Centro de Referência Nacional na Área da Surdez.

Horizonte: Ampliar progressivamente a participação de docentes que atuam também na produção e difusão de conhecimento em relação ao conjunto de docentes do Ensino Superior INES.

Equação básica: Número de docentes da Educação Superior INES (graduação e pós-graduação) que realizaram pelo menos uma ação relacionada à produção ou difusão de conhecimento no ano dividido pelo número de docentes do Ensino Superior INES (graduação e pós-graduação).

Observação: Para todos os fins de cálculo, docentes que ministrem aulas tanto na graduação quanto na pós deverão ser contabilizados apenas uma vez.

Resultado: Taxa de participação docente na referencialidade do INES na área da surdez

2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
1,0	1,00	1,00	0,38	0,15	0,13	0,82

Análise crítica: O resultado anterior (2014 e 2015) explicava-se pelo ingresso de um número elevado de novos docentes via Concurso Público nesses anos, que tiveram que construir uma experiência para ter condições de atuar na difusão de conhecimento na área da surdez e, em 2016, passaram também, como os mais experientes, a ter uma atuação desse tipo. Em 2017, 2018 e 2019, todos os docentes contribuíram na realização da missão do INES como centro de referência na área da surdez.

9. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR EM ATIVIDADES DE MONITORIA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Objetivo: Dimensionar o grau de envolvimento dos discentes do Ensino Superior INES (graduação) nas atividades de monitoria e iniciação científica.

Horizonte: Ampliar progressivamente a participação de alunos em ações de monitoria/extensão e iniciação científica, para o aperfeiçoamento de sua formação e ampliação de horizontes de inserção futura na vida acadêmica – na docência, na pesquisa ou em ambas.

Equação básica: Número de alunos de graduação que participaram de atividades de iniciação científica ou monitoria no ano letivo dividido pelo número de alunos de graduação INES habilitados, nos termos das normas vigentes, a participar de tais atividades.

Resultado: Houve participação de 37 alunos de graduação em atividades de I.C. ou Monitoria/Extensão para 127 alunos habilitados (matrículas ativas menos alunos de último período, conforme normas vigentes, bem como alunos que apenas estão cursando dependência). Resultado $35 / 116 = 0,30$.

**Resultado: Taxa de participação de alunos do Ensino Superior
em atividades de monitoria e iniciação científica**

2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
-	0,30	0,27	0,25	0,13	0,03	0,03

Análise crítica: A instalação dos programas de apoio é recente, mas já está alavancando uma significativa participação de alunos, com 23 bolsistas de iniciação científica e 14 de monitoria/extensão, ao longo de 2018, 30% dos alunos habilitados. Não foi possível calcular para 2019.

10. AVALIAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO DO INES SEGUNDO EGRESSOS

Objetivo: aferir a adequação da proposta curricular e das competências construídas no curso de graduação em Pedagogia do INES em relação à empregabilidade e às habilidades e competências requeridas no exercício profissional com base na percepção de seus egressos, como um balizamento para intervenções que se mostrem necessárias em termos de: currículo; planos de ensino; metodologias; perfil / qualificação do corpo docente; prontidão para a educação bilíngue; recursos didáticos, etc.

Horizonte: ampliar gradativamente a percepção positiva por parte dos egressos por meio de ações que aperfeiçoem o planejamento e desenvolvimento do curso de Pedagogia do INES.

Equação básica: percentuais médios obtidos a partir do posicionamento de egressos com respeito a afirmações sobre o curso bilíngue de graduação em Pedagogia do INES:

Com relação ao curso de Pedagogia do INES, de que você participou, expresse sua opinião com base em sua trajetória no curso e posterior inserção (ou não) no trabalho:

1. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram ótimas condições de empregabilidade e foram fundamentais para que eu alcançasse uma excelente inserção profissional, mostrando-se altamente relevantes para um exercício profissional competente.

() concorda totalmente

- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

2. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram boas condições de empregabilidade, foram importantes para que eu alcançasse uma boa inserção profissional e se mostraram em boa medida condizentes com o que é requerido para um bom exercício profissional.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

3. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram razoáveis condições de empregabilidade e contribuíram para minha inserção no trabalho, mostrando-se adequados ao que é requerido no exercício profissional.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

4. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram pouca condição de empregabilidade e inserção profissional, mostrando-se aquém do que é requerido para o exercício profissional.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro

- discorda
- discorda totalmente

5. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, não me asseguraram condições de empregabilidade e inserção profissional, mostrando-se incompatíveis ou insuficientes em relação ao que é requerido para o exercício profissional.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

Análise crítica: Encontra-se em pauta a formulação de uma Política de Acompanhamento de Egressos, que dará origem a uma sistemática de gestão da informação capaz de nutrir com dados o correspondente indicador. Desde 2017, realiza-se projeto de pesquisa sobre egressos, coordenado pelo Professor Dr. Ricardo Janoário, do DESU.

*Informações orçamentárias,
financeiras e contábeis*

Desempenho orçamentário

Análise situacional - orçamento

O orçamento do Instituto Nacional de Educação de Surdos foi definido pela Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021. A LOA/2021 consignou ao INES a dotação orçamentária da ordem de R\$ 145.181.410,00, assim distribuída:

GRUPO DE DESPESA	LOA 2021
1- Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 117.368.286,00
3- Outras Despesas Correntes	R\$ 26.765.024,00
4 -Investimento	R\$ 1.048.100,00
Total	R\$ 145.181.410,00
Fonte: Tesouro Gerencial	Em, 16/03/2022

Somados os créditos suplementares, totalizou um montante de R\$ 146.977.626,00 (cento e quarenta e seis milhões, novecentos e setenta e sete mil, seiscentos e vinte e seis reais), valor para custear as despesas correntes, de capital e de pessoal e encargos sociais, com uma redução de aproximadamente 3,16% em relação ao orçamento do exercício de 2020, que foi de R\$ 151.781.212,00 (cento e cinquenta e um milhões, setecentos e oitenta e um mil, duzentos e doze reais). Deste montante, R\$ 118.838.343,85 (cento e dezoito milhões, oitocentos e trinta e oito mil, trezentos e quarenta e três reais e oitenta e cinco centavos), correspondente a aproximadamente 87,25% do orçamento total foram empenhados com Pessoal Ativo, Inativo e Encargos Sociais; R\$ 17.276.860,15 (dezessete milhões, duzentos e setenta e seis mil, oitocentos e sessenta reais e quinze centavos), correspondentes a 12,69%, com outras despesas correntes e R\$ 84.579,09 (oitenta e quatro mil, quinhentos e setenta e nove reais e nove centavos), correspondentes a 0,06% com investimentos.

O orçamento destinado à Instituição obedece ao cumprimento das metas estabelecidas nos Programas de Governo decorrentes da interação entre o Plano Plurianual (PPA), onde são estabelecidas as diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital, e a Lei Orçamentária Anual (LOA), onde são previstos os recursos para a execução dos programas de governo para aquele ano.

A dotação inicial proposta no PLOA e aprovada na LOA para Despesas com Pessoal e Encargos Sociais foi de R\$ 117.368.286,00, que comprovadamente não foi suficiente para custeá-las, devido ao acréscimo de despesas ao longo do exercício decorrente do aumento vegetativo, demandando um acréscimo de aproximadamente 1,53%, tornando-se necessário gerar um crédito suplementar de R\$ 1.796.216,00.

Comparando o Orçamento de Pessoal e Encargos Sociais do ano de 2021 com o de 2020, houve um aumento de aproximadamente 0,36% (R\$ 431.786,00), ocasionado pelo aumento de aposentadorias e pelo aumento vegetativo (promoções, progressões por capacitação profissional, etc...), instituído pelo Plano de Cargos e Salários (Lei n.º 11.784, de 22/09/2008, e alterações posteriores), tanto para técnicos administrativos como para os docentes.

Quanto ao orçamento de outras despesas correntes e de capital, houve uma redução do orçamento do exercício de 2021 em relação a 2020, no valor de R\$ 4.228.370,00, de aproximadamente 13,64%.

Analisando o quadro abaixo detalhado, podemos concluir que a dotação orçamentária atribuída ao INES ofereceu plenas condições de realização das atividades definidas para o período, não havendo registro de fatores intervenientes no desempenho orçamentário de 2021.

Despesas por grupo e elemento de despesa

Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Grupo de Despesa	Exercício	2021				2020				
		Elemento Despesa	DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ATUALIZADA	Empenhada	DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ATUALIZADA	Empenhada
1	00	[A DETALHAR]	(1.470.057,85)	1.796.216,00	326.158,15		(4.172.170,33)	6.173.739,00	2.001.568,67	
	01	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	48.428.491,15		48.428.491,15	48.428.491,15	49.214.834,62		49.214.834,62	49.214.834,62
	03	PENSOES	9.692.911,21		9.692.911,21	9.692.911,21	9.371.909,08		9.371.909,08	9.371.909,08
	04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PES. CIVIL	1.344.415,77		1.344.415,77	1.344.415,77	1.617.134,67		1.617.134,67	1.617.134,67
	07	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	219.106,58		219.106,58	219.106,58	200.619,54		200.619,54	200.619,54
	11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	48.346.189,60		48.346.189,60	48.346.189,60	46.706.914,82		46.706.914,82	46.706.914,82
	13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	9.935.494,68		9.935.494,68	9.935.494,68	9.576.910,32		9.576.910,32	9.576.910,32
	16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	24.790,30		24.790,30	24.790,30	23.249,33		23.249,33	23.249,33
	91	SENTENÇAS JUDICIAIS	24.941,16		24.941,16	24.941,16	6.536,12		6.536,12	6.536,12
	92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	822.003,40		822.003,40	822.003,40	13.038,83		13.038,83	13.038,83
		SUB TOTAL PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	117.368.286,00	1.796.216,00	119.164.502,00	118.838.343,85	112.558.977,00	6.173.739,00	118.732.716,00	116.731.147,33
3	00	[A DETALHAR]	9.144.831,56		9.144.831,56		1.690.886,07	41.750,00	1.732.636,07	
	04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PES. CIVIL	186.815,68		186.815,68	186.815,68	276.053,23		276.053,23	276.053,23
	08	OUTROS BENEF. ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	348.544,44		348.544,44	348.544,44	339.344,02		339.344,02	339.344,02
	14	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	20.046,97		20.046,97	20.046,97	16.439,12		16.439,12	16.439,12
	18	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	155.186,57		155.186,57	155.186,57	113.986,54		113.986,54	113.986,54
	30	MATERIAL DE CONSUMO	608.499,10		608.499,10	527.437,83	513.102,67		513.102,67	513.102,67
	32	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DIST. GRATUITA				31.226,38				20.529,00
	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	38.097,21		38.097,21	38.097,21	29.433,18		29.433,18	29.433,18
	36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. FÍSICA	0,00		0,00	1.501,69	2.703,03		2.703,03	14.820,36
	37	LOCAÇÃO DE MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS	6.538.156,30		6.538.156,30	6.383.156,30	6.054.336,47		6.054.336,47	6.054.336,47
	39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. J. - OP. INT. ORC.	2.503.370,79		2.503.370,79	2.363.371,70	9.972.109,29		9.972.109,29	9.972.109,29
	40	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	4.051.022,27		4.051.022,27	4.051.022,27	8.585.882,41		8.585.882,41	8.585.882,41
	46	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	2.154.340,43		2.154.340,43	2.154.340,43	2.168.728,31		2.168.728,31	2.168.728,31
	47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	14.908,57		14.908,57	14.908,57	12.266,00		12.266,00	12.266,00
	49	AUXÍLIO-TRANSPORTE	115.847,70		115.847,70	115.847,70	242.122,69		242.122,69	242.122,69
92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	47.328,08		47.328,08	47.328,08	16.989,43		16.989,43	18.491,12	
93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	838.028,33		838.028,33	838.028,33	917.261,54		917.261,54	917.261,54	
		SUB TOTAL OUTRAS DESPESAS CORRENTES	26.765.024,00	0,00	26.765.024,00	17.276.860,15	30.951.644,00	41.750,00	30.993.394,00	29.294.905,95
4	00	[A DETALHAR]	963.520,91		963.520,91		690.902,86		690.902,86	
	40	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	4.949,98		4.949,98	4.949,98	173.887,91		173.887,91	173.887,91
	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	79.629,11		79.629,11	79.629,11	1.190.311,23		1.190.311,23	1.190.311,23
		SUB TOTAL INVESTIMENTOS	1.048.100,00	0,00	1.048.100,00	84.579,09	2.055.102,00	0,00	2.055.102,00	1.364.199,14
		Total	145.181.410,00	1.796.216,00	146.977.626,00	136.199.783,09	145.565.723,00	6.215.489,00	151.781.212,00	147.390.252,42

Fonte: Tesouro Gerencial

Em, 16/03/2022

Despesas por grupo e natureza de despesa

Quanto às Despesas por Grupo e Elemento de Despesa, dos Créditos Originários da Unidade, neste quadro podemos verificar que aquelas relacionadas à área de pessoal têm maior relevância.

No exercício de 2021, o acréscimo na folha ocorreu pelo aumento de aposentadorias e pelo aumento vegetativo do pessoal ativo (promoções, progressões por capacitação profissional e etc...), instituído pelo Plano de Cargos e Salários (Lei n.º 11.784, de 22/09/2008, e alterações posteriores), tanto para técnicos administrativos como para docentes.

Quanto às Outras Despesas Correntes, o valor total empenhando teve uma redução de 41,02%, comparando-se com o exercício de 2020, em virtude da rescisão do contrato com a Associação de Comunicação Educativa Roquete Pinto, na prestação de serviços de transmissão, exibição, operação, monitoramento, controle, programação e produção de programas de televisão WebTV, que tinha um valor anual de aproximadamente R\$ 8.000.000,00 e considerando também o cenário de enfrentamento à pandemia da Covid-19 que manteve o ensino através das aulas remotas, que ocasionou a suspensão parcial das atividades presenciais, com conseqüente redução de despesas em algumas áreas.

A maior despesa ocorreu na natureza de despesa 33.90.37 - Locação de mão-de-obra, que visa a suprir a deficiência de pessoal na área meio, onde se encontra a maior concentração de cargos em extinção - pedreiro, carpinteiro, bombeiro, porteiro, motorista, vigilante, recepcionista, cozinheiro, profissionais da área de áudio e vídeo, etc., sem os quais não seria possível manter a unidade funcionando.

Quanto à natureza de despesa 33.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ as maiores despesas foram com a empresa 2R DATATEL Teleinformática Ltda., na prestação de serviços de sustentação do ambiente de segurança da informação, conforme contrato nº 15/2020.

Execução de Restos a Pagar

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
Ano de Emissão do Empenho	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS INSCRITOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS REINSCRITOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS CANCELADOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS PAGOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS A PAGAR
2019		522.664,87	390.372,88	132.291,99	132.291,99	0,00
2020	17.869.191,00		11.245.240,42	6.623.950,58	6.623.950,58	0,00
Totais:	17.869.191,00	522.664,87	11.635.613,30	6.756.242,57	6.756.242,57	0,00

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			
Ano de Emissão do Empenho	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR
2019			
2020	8.363.693,94	8.363.693,94	0,00
Totais:	8.363.693,94	8.363.693,94	0,00

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS + NÃO PROCESSADOS				
Ano de Emissão do Empenho	RESTOS A PAGAR INSCRITOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR CANCELADOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR A PAGAR (PROC E N PROC)
2019	522.664,87	390.372,88	132.291,99	0,00
2020	26.232.884,94	11.245.240,42	14.987.644,52	0,00
Totais:	26.755.549,81	11.635.613,30	15.119.936,51	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Em: 16/03/20222

Análise crítica

De acordo com o art. 36 da Lei 4.320, de 17/03/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

Entendem-se como Restos a Pagar Processados, as despesas legalmente empenhadas cujo objeto do empenho já foi recebido, ou seja, aquelas cujo segundo estágio da despesa (liquidação) já ocorreu, caracterizando-se como os compromissos do Poder Público de efetuar os pagamentos aos fornecedores. Já os Restos a Pagar Não Processados são as despesas legalmente empenhadas que não foram liquidadas e nem pagas até 31 de dezembro do mesmo exercício, ou seja, aquelas em que não ocorreu o recebimento de bens e serviços no exercício de emissão do empenho.

A inscrição de despesas em Restos a Pagar Não Processados no INES deve se basear na análise prévia dos saldos de empenhos pelas áreas envolvidas com a execução orçamentária, de modo a dar suporte ao ordenador para autorizar suas inscrições ou cancelamentos. Durante o exercício financeiro subsequente, são levantados os valores inscritos em Restos a Pagar pendentes de liquidação e/ou pagamento e de acordo com a análise prévia da condição de cada empenho, os mesmos são encaminhados aos Departamentos para manifestação sobre o pagamento ou cancelamento.

Quanto ao pagamento da despesa inscrita em Restos a Pagar, sejam Processadas ou Não Processadas, o mesmo deverá ser feito no ano seguinte ao da sua inscrição, porém esse prazo poderá ser postergado por meio de Decreto Presidencial. Em 23 de dezembro de 2011, foi publicado o Decreto 7.654, que atualizou a legislação sobre restos a pagar e estabeleceu que a inscrição de despesas em restos a pagar, no encerramento do exercício

financeiro de emissão da nota de empenho, dependerá da observância das seguintes condições: a inscrição ficará condicionada à indicação pelo ordenador da despesa; os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados posteriormente terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição.

As áreas envolvidas no processo de execução de despesas recebem relatórios com a identificação dos empenhos que se encontram com saldo e, a partir de suas análises, solicitam o cancelamento dos empenhos que não serão executados, reduzindo assim a necessidade financeira da instituição.

Na conta Restos a Pagar Processados e Não Processados inscritos, o Instituto movimentou o montante de R\$ 26.755.549,81, dos quais o valor de R\$ 11.635.613,30 foi cancelado e o valor de R\$ 15.119.936,51 foi liquidado e pago. Em Restos a Pagar Processados foram pagos R\$ 8.363.693,94, referente aos salários, benefícios, aposentadorias, pensões e encargos da folha de pagamento do mês de dezembro de 2020, pagos no 1º dia útil de 2021.

Verificamos também que não houve impacto na gestão financeira da Unidade no exercício de 2021, decorrente do pagamento de despesas inscritas em Restos a Pagar.

Durante todo o exercício de 2021 houve atuação e cobrança da área financeira junto aos setores responsáveis com o objetivo de orientar quanto aos prazos de entrega desses materiais e/ou serviços contratados, visando a um controle permanente dos Restos a Pagar.

Despesas por modalidade de contratação

Exercício	DESPESA EXECUTADA					DESPESA PAGA					
	2020		2021		2021	2020		2021		2021	
	Despesa executada	%	Despesa executada	%	2020	Despesa paga	%	Despesa paga	%	2020	
04	CONCORRENCIA	2.372.589,83	1,61%		0,00%	-100,00%		0,00%		0,00%	
06	DISPENSA DE LICITACAO	8.837.611,94	6,00%	825.784,17	0,61%	-90,66%	1.240.895,95	1,02%	574.604,23	0,47%	-53,69%
07	INEXIGIBILIDADE	541.011,21	0,37%	327.501,10	0,24%	-39,47%	522.335,75	0,43%	204.369,40	0,17%	-60,87%
08	NAO SE APLICA	120.850.660,26	81,99%	122.720.803,53	90,10%	1,55%	112.485.918,96	92,84%	113.588.440,05	93,06%	0,98%
12	PREGAO	14.788.379,18	10,03%	12.325.694,29	9,05%	-16,65%	6.908.216,82	5,70%	7.695.289,21	6,30%	11,39%
Total		147.390.252,42	100,00%	136.199.783,09	100,00%		121.157.367,48	100,00%	122.062.702,89	100,00%	

Fonte: Tesouro Gerencial

Em, 16/03/2022

Análise crítica

Nas Despesas realizadas via Modalidade de Contratação dos Créditos Originários, podemos verificar que esta Unidade tem cada vez mais optado pela modalidade do Pregão Eletrônico, sendo esta a mais utilizada para as contratações em 2021.

Quanto às Contratações Diretas, por meio de Dispensas e Inexigibilidades, muitas delas não podem ser alteradas, uma vez que suas maiores incidências se referem aos serviços essenciais à manutenção da Unidade e envolvem concessionárias de serviços públicos ou órgãos governamentais, tais como: luz, gás, água e tratamento de esgoto e serviços de Correios. Houve uma redução na despesa executada na modalidade dispensa de licitação em aproximadamente 90,66% em virtude da rescisão do contrato firmado com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto, para prestação de serviços de transmissão, exibição, operação, monitoramento, controle, programação e produção de programas de televisão por WebTV INES (Inter programas, chamadas, vinhetas, reportagens, matérias especiais, gravações externas e em estúdio e recuperação de acervos), desenvolvimento, manutenção, atualização e hospedagem de aplicativos para dispositivos móveis, ininterruptamente, para todo o território nacional, no valor de R\$ 8.000.000,00.

Quanto a modalidade concorrência não houve despesa em 2021 tendo em vista término do contrato com a empresa MSTECH, para serviços de manutenção do software para desenvolvimento de material didático online, bem como serviços técnicos para disponibilização, administração, operação e suporte para hospedagem de computação em nuvem para software de gerenciamento dos processos acadêmicos e pedagógicos com aderência a ambiente virtual de aprendizagem, utilizados no Curso de Graduação de Licenciatura em Pedagogia, com perspectiva bilíngue (Libras/Língua Portuguesa), modalidade a distância, do INES, no valor de R\$ 2.372.589,83.

Desempenho financeiro e informações contábeis

A análise dos dados de cada demonstrativo para elaboração das notas explicativas foi feita com base na “revisão analítica”, considerando os valores e/ou percentuais mais relevantes e a materialidade do item/conta contábil do INES, por meio da análise horizontal e vertical e interdemonstrativos (identificação da contrapartida dos registros - análise cruzada).

Visando assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do INES e extraídos os dados para a elaboração das demonstrações contábeis, a Coordenação Orçamentária e Financeira, realiza mensalmente a conformidade contábil, conforme procedimentos descritos no Manual SIAFI.

Base para elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis da Administração Pública direta ao qual o INES faz parte são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (*Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade*): NBC TSP (*Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 21; NBC T 16.7 e NBC T 16.11*); as instruções do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (*Portaria STN nº 700/2014*), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto (macrofunções). Foram elaboradas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), utilizado para a execução orçamentária, financeira e patrimonial.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro. Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); Balanço Orçamentário (BO); Balanço Financeiro (BF); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Seguem abaixo extrato dos demonstrativos contábeis e suas notas explicativas:

Balço patrimonial

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	11.788.026,37	10.747.151,47
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.484.151,91	8.363.693,94
Créditos a Curto Prazo	508.306,11	493.469,50
Demais Créditos e Valores	508.306,11	493.469,50
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		
Estoques	1.795.568,35	1.889.988,03
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		
VPDs Pagas Antecipadamente		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	198.223.272,60	197.281.912,57
Ativo Realizável a Longo Prazo		
Estoques		
Investimentos		
Participações Permanentes		
Propriedades para Investimento		
Propriedades para Investimento		
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS		
Demais Investimentos Permanentes		
Demais Investimentos Permanentes		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		
Imobilizado	193.713.382,18	192.941.215,04
Bens Móveis	17.325.031,24	16.427.063,21
Bens Móveis	17.794.803,34	16.896.835,31
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-469.772,10	-469.772,10
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		
Bens Imóveis	176.388.350,94	176.514.151,83
Bens Imóveis	180.212.207,08	180.212.207,08
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-3.823.856,14	-3.698.055,25
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		
Intangível	4.509.890,42	4.340.697,53
Softwares	4.509.890,42	4.340.697,53
Softwares	4.509.890,42	4.340.697,53
(-) Amortização Acumulada de Softwares		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		
Diferido		
TOTAL DO ATIVO	210.011.298,97	208.029.064,04

Fonte: SIAFI WEB 2021

Em: 18/03/2022

Continuação do Balanço Patrimonial

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE	9.509.359,29	8.742.901,81
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	8.424.872,32	7.697.071,56
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		
Transferências Fiscais a Curto Prazo		
Provisões a Curto Prazo		
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.084.486,97	1.045.830,25
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		
Provisões a Longo Prazo		
Demais Obrigações a Longo Prazo		
Resultado Diferido		
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	9.509.359,29	8.742.901,81
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social e Capital		
Reservas de Capital		
Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Reservas de Lucros		
Resultados Acumulados	200.501.939,68	199.286.162,23
Resultados de Exercícios	199.286.162,23	199.879.431,83
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	210.011.298,97	208.029.064,04

Fonte: SIAFI WEB 2021

Em: 18/03/2022

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	9.484.151,91	8.363.693,94	PASSIVO FINANCEIRO	14.137.080,20	26.755.549,81
ATIVO PERMANENTE	200.527.147,06	199.665.370,10	PASSIVO PERMANENTE	379.207,87	379.207,87
			SALDO PATRIMONIAL	195.495.010,90	180.894.306,36

Fonte: SIAFI WEB 2021

Em: 18/03/2022

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2.145.526,63	2.145.526,63	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	14.427.386,08	23.032.787,86
Atos Potenciais Ativos	2.145.526,63	2.145.526,63	Atos Potenciais Passivos	14.427.386,08	23.032.787,86
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	2.145.526,63	2.145.526,63	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	2.341.349,53	2.660.350,00
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	12.086.036,55	20.372.437,86
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	2.145.526,63	2.145.526,63	TOTAL	14.427.386,08	23.032.787,86

Fonte: SIAFI WEB 2021

Em: 18/03/2022

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-4.665.538,29
Recursos Vinculados	12.610,00
Previdência Social (RPPS)	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	12.610,00
TOTAL	-4.652.928,29

Fonte: SIAFI WEB 2021

Em: 18/03/2022

Notas explicativas

Caixa e equivalentes de caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única da União e Recursos Liberados pelo Tesouro, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Tal item está subdividido em Recursos da Conta Única da União, Recursos Liberados pelo Tesouro e Demais Recursos. A variação entre o

saldo apresentado no encerramento do exercício de 2020 e o encerramento de 2021 foi positiva em R\$ 1.120.457,97, com um acréscimo de 13,40%.

Caixa e equivalentes de caixa			
CONTA CONTÁBIL	2021	2020	AH (%)
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.484.151,91	8.363.693,94	13,40

Fonte: SIAFI WEB 2021

Em: 18/03/2022

Estoques

Os estoques do INES, ao término do exercício de 2021, totalizaram R\$ 1.795.568,35, representando um decréscimo de 5,0% em relação ao exercício de 2020, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Estoques			
CONTA CONTÁBIL	2021	2020	AH (%)
Estoques	1.795.568,35	1.889.988,03	-5,00

Fonte: SIAFI WEB 2021

Em: 18/03/2022

O estoque do INES é basicamente formado por materiais de Consumo em Almoxarifado que representam os itens mantidos para utilização interna, como materiais de expediente, materiais químicos, materiais elétricos, dentre outros. O setor de Almoxarifado entrega mensalmente o RMA (relatório de movimentação de almoxarifado) e os seus saldos conferem com os saldos registrados no SIAFI.

Imobilizados

Bens móveis

O saldo da conta bens móveis representam um valor de R\$ 17.325.031,24 correspondendo a uma variação de 5,47% com relação ao período anterior. Dentro desse grupo de contas, os saldos dos bens de informática foram os itens que tiveram maior variação em comparação com o ano de 2020. A tabela abaixo representa os saldos atuais:

Bens Móveis - Composição		
Mês Lançamento	014/2021	014/2020
CCon - Item (6)	Saldo - R\$ (CC)	Saldo - R\$ (CC)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.770.093,69	1.738.074,62
Bens de Informática	9.833.219,25	8.977.964,25
Móveis e Utensílios	4.008.380,55	3.998.780,55
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	1.425.316,67	1.424.222,71
Veículos	622.493,56	622.493,56
Demais Bens Móveis	135.299,62	135.299,62
Depreciação / Amortização Acumulada	(469.772,10)	(469.772,10)
Total	17.325.031,24	16.427.063,21

Fonte: SIAFI WEB 2021

Em: 18/03/2022

Em relação à depreciação de bens móveis, o INES ainda não iniciou o cálculo e registro, o valor lançado em balanço refere-se a períodos anteriores. O INES possui um sistema particular de controle patrimonial (ASIS) que gera mensalmente os valores para serem lançados como depreciação. Devido a não conformidade dos saldos constantes no sistema de controle patrimonial com o SIAFI não é realizado mensalmente os lançamentos das depreciações. O setor de patrimônio está providenciando um inventário e capacitando o seu pessoal para equalizar essas discrepâncias. Com o intuito de padronizar e tornar o controle dos bens mais eficiente, foi instituído o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial – Siads para utilização obrigatória por todos os órgãos da administração pública federal até o ano de 2020 (Portaria MP nº 385 de 28 /11/ 2018), o INES já providenciou a adesão a esse sistema.

Intangíveis

No âmbito do INES, os intangíveis estão relacionados basicamente a softwares. O total de ativos intangíveis registrado no Balanço Patrimonial corresponde a R\$ 4,5 milhões. A maioria está relacionada aos “Softwares com Vida Útil Definida”, os chamados “softwares de prateleira”. Esses softwares referem-se, principalmente, a licenças OS, a bancos de dados e a aplicativos. Cabe destacar que o INES ainda não iniciou cálculo da amortização. Os saldos são compostos de acordo com a tabela abaixo:

Intangível - Composição

Mês Lançamento	014/2021	014/2020
Conta Contábil	Saldo - R\$ (CC)	Saldo - R\$ (CC)
Software com Vida Útil Definida	989.595,48	987.195,53
Software com Vida Útil Indefinida	3.520.294,94	3.353.502,00

Fonte: SIAFI WEB 2021

Em: 18/03/2022

Bens imóveis

Os bens imóveis do INES totalizaram R\$ 176.388.350,94 e representam cerca de 91,05% do total do imobilizado. Quanto à depreciação, o cálculo é realizado no SPIUnet pela SPU/MP e repassado à STN para registro no SIAFI.

Bens Imóveis - Composição

Mês Lançamento	014/2021	014/2020
CCon - Item (6)	Saldo - R\$ (CC)	Saldo - R\$ (CC)
Bens de Uso Especial	175.847.997,03	175.847.997,03
Bens Imóveis em Andamento	3.578.151,91	3.578.151,91
Instalações	786.058,14	786.058,14
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(3.823.856,14)	(3.698.055,25)
Total	176.388.350,94	176.514.151,83

Fonte: SIAFI WEB 2021

Em: 18/03/2022

Balanço orçamentário

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO	RECEITAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES				
Receitas Tributárias				
Impostos				
Taxas				
Contribuições de Melhoria				
Receitas de Contribuições				
Contribuições Sociais				
Contribuições de Intervenção no				
Cont. Entidades Privadas de Serviço				
Receita Patrimonial				
Exploração do Patrimônio Imobiliário				
Valores Mobiliários				
Delegação de Serviços Públicos				
Exploração de Recursos Naturais				
Exploração do Patrimônio Intangível				
Cessão de Direitos				
Demais Receitas Patrimoniais				
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receitas de Serviços				
Serviços Administrativos e				
Serviços e Atividades Referentes à				
Serviços e Atividades Referentes à				
Serviços e Atividades Financeiras				
Outros Serviços				
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes				
Multas Administrativas, Contratuais e				
Indenizações, Restituições e				
Bens, Direitos e Valores Incorporados				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito				
Operações de Crédito Internas				
Operações de Crédito Externas				
Alienação de Bens				
Alienação de Bens Móveis				
Alienação de Bens Imóveis				
Alienação de Bens Intangíveis				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				
Integralização do Capital Social				
Resultado do Banco Central do Brasil				
Remuneração das Disponibilidades				
Resgate de Títulos do Tesouro				
Demais Receitas de Capital				
SUBTOTAL DE RECEITAS				
REFINANCIAMENTO				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO				
DEFICIT			136.199.783,09	136.199.783,09
TOTAL			136.199.783,09	136.199.783,09
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS				
Superavit Financeiro	-	1.796.216,00	-	-1.796.216,00
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	1.796.216,00	-	-

Fonte: SIAFI WEB 2021

Em: 18/03/2022

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	144.133.310,00	145.929.526,00	136.115.204,00	131.161.311,03	122.031.159,61	9.814.322,00
Pessoal e Encargos Sociais	117.368.286,00	119.164.502,00	118.838.343,85	118.838.343,85	110.020.208,16	326.158,15
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	26.765.024,00	26.765.024,00	17.276.860,15	12.322.967,18	12.010.951,45	9.488.163,85
DESPESAS DE CAPITAL	1.048.100,00	1.048.100,00	84.579,09	31.543,28	31.543,28	963.520,91
Investimentos	1.048.100,00	1.048.100,00	84.579,09	31.543,28	31.543,28	963.520,91
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	145.181.410,00	146.977.626,00	136.199.783,09	131.192.854,31	122.062.702,89	10.777.842,91
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA /	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	145.181.410,00	146.977.626,00	136.199.783,09	131.192.854,31	122.062.702,89	10.777.842,91
TOTAL	145.181.410,00	146.977.626,00	136.199.783,09	131.192.854,31	122.062.702,89	10.777.842,91

Fonte: SIAFI WEB 2021

Em: 18/03/2022

Notas explicativas

Receitas e despesas orçamentárias

Durante o exercício de 2021, as receitas transferidas ao INES atingiram o montante de R\$ 146,977 milhões. No conjunto da execução orçamentária no âmbito do INES, as despesas empenhadas, R\$ 136,199 milhões, corresponderam a 92,67% do total da dotação orçamentária atualizada (R\$ 146,977 milhões). As despesas correntes representaram o maior montante (R\$ 145,929 milhões). O total executado/empenhado (87,25%), justifica-se pelo fato de que nessa categoria econômica estão incluídas as despesas com pessoal no montante de (118,838 milhões) que consomem a maior parte do orçamento, conforme tabela.

Despesas executadas por categoria econômica				
CATEGORIA ECONÔMICA	Dotação atualizada	Desp. Empenhada	% Execução (Emp./Dot)	AV Dotação
Despesas Correntes	145.929.526,00	136.115.204,00	93,27%	99,29%
Despesas de Capital	1.048.100,00	84.579,09	8,07%	0,71%
Total das Despesas:	146.977.626,00	136.199.783,09	92,67%	100,00%

Fonte: SIAFI WEB 2021

Em: 18/03/2022

Restos a pagar

Conforme disposto no art. 67 do Decreto nº 93.872/1986, os Restos a Pagar Não Processados – RPNP referem-se às despesas que, embora empenhadas no exercício corrente, não foram liquidadas (executadas) até 31 dezembro em decorrência da não conclusão da entrega dos bens e/ou da prestação dos serviços contratados, como também da aferição parcial ou entrega de obras no exercício.

A inscrição dos empenhos nessa rubrica é realizada pela STN em 31 de dezembro de cada exercício financeiro com base na execução orçamentária do exercício (despesas empenhadas e não liquidadas), acrescido dos RPNP transpostos/inscritos em exercícios anteriores (reinscrição) que ainda não tiveram execução concluída e o pagamento realizado. Nesse sentido, a Lei nº 4.320/1964 considera como executada a “despesa empenhada” (e não paga) ao dispor no seu art. 35 que “*pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas*”. As tabelas abaixo mostram os saldos e a execução dos restos a pagar processados e não processados em 2020:

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPEAS	522.664,87	16.505.219,36	5.720.624,93	5.720.624,93	11.307.259,30	-
Pessoal e Encargos	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas	522.664,87	16.505.219,36	5.720.624,93	5.720.624,93	11.307.259,30	-
DESPEAS DE	-	1.363.971,64	1.035.617,64	1.035.617,64	328.354,00	0,00
Investimentos	-	1.363.971,64	1.035.617,64	1.035.617,64	328.354,00	0,00
Inversões	-	-	-	-	-	-
Amortização da	-	-	-	-	-	-
TOTAL	522.664,87	17.869.191,00	6.756.242,57	6.756.242,57	11.635.613,30	-

Fonte: SIAFI WEB 2021

Em: 18/03/2022

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPEAS	-	8.363.693,94	8.363.693,94	-	-
Pessoal e Encargos	-	8.063.316,05	8.063.316,05	-	-
Juros e Encargos	-	-	-	-	-
Outras Despesas	-	300.377,89	300.377,89	-	-
DESPEAS DE	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões	-	-	-	-	-
Amortização da	-	-	-	-	-
TOTAL	-	8.363.693,94	8.363.693,94	-	-

Fonte: SIAFI WEB 2021

Em: 18/03/2022

Balanço financeiro

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias		
Ordinárias		
Vinculadas		
Previdência Social (RPPS)		
(-) Deduções da Receita Orçamentária		
Transferências Financeiras Recebidas	138.609.487,84	140.432.857,52
Resultantes da Execução Orçamentária	125.713.069,61	123.203.723,35
Repasse Recebido	32.728,07	34.148,02
Sub-repasse Recebido	125.680.341,54	123.169.575,33
Independentes da Execução Orçamentária	12.896.418,23	17.229.134,17
Transferências Recebidas para Demais Transferências Recebidas	12.356.903,68	17.024.868,35
Movimentação de Saldos Patrimoniais	539.514,55	40.788,86
Aporte ao RPPS		163.476,96
Aporte ao RGPS		
Recebimentos Extraorçamentários	14.575.951,65	26.291.206,48
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	9.130.151,42	8.363.693,94
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	5.006.928,78	17.869.191,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	371.887,01	1.797,56
Outros Recebimentos Extraorçamentários	66.984,44	56.523,98
Arrecadação de Outra Unidade	66.984,44	56.523,98
Saldo do Exercício Anterior	8.363.693,94	8.984.038,08
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.363.693,94	8.984.038,08
TOTAL	161.549.133,43	175.708.102,08

Fonte: SIAFI WEB 2021

Em: 18/03/2022

DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Despesas Orçamentárias	136.199.783,09	147.390.252,42
Ordinárias	91.616.327,90	76.738.477,00
Vinculadas	44.583.455,19	70.651.775,42
Educação	31.226,38	408.133,39
Seguridade Social (Exceto Previdência)	22.160.828,81	7.452.870,00
Previdência Social (RPPS)	22.391.400,00	43.977.363,66
Dívida Pública		18.813.408,37
Transferências Financeiras Concedidas	373.374,91	57.534,76
Resultantes da Execução Orçamentária	319.000,47	
Repasse Concedido	319.000,47	
Independentes da Execução Orçamentária	54.374,44	57.534,76
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		1.010,78
Movimento de Saldos Patrimoniais	54.374,44	56.523,98
Aporte ao RPPS		
Aporte ao RGPS		
Pagamentos Extraorçamentários	15.491.823,52	19.896.620,96
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	8.363.693,94	8.413.909,71
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	6.756.242,57	11.480.913,69
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	371.887,01	1.797,56
Outros Pagamentos Extraorçamentários		
Saldo para o Exercício Seguinte	9.484.151,91	8.363.693,94
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.484.151,91	8.363.693,94
TOTAL	161.549.133,43	175.708.102,08

Fonte: SIAFI WEB 2021

Em: 18/03/2022

Notas explicativas

Ingressos financeiros

No exercício de 2021, os ingressos apresentaram um decréscimo de 8% em relação a 2020, correspondente a R\$ 161,549 milhões. Dentro do grupo "Recebimentos Extraorçamentários", o qual corresponde a 34% do total de Ingressos, há um item denominado "Inscrição de Restos a Pagar Não Processados" que merece destaque. Este item, registrado no BF do lado dos Ingressos, corresponde ao registro do saldo dos empenhos emitidos no exercício corrente, para compensar/equilibrar a contrapartida do seu registro como despesa (despesas empenhadas/executadas) registradas do lado dos Dispêndios. Essa metodologia foi definida pela Lei nº 4.320/1964, a qual estabelece que "pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas" (art.35). Portanto, as despesas empenhadas, e ainda não pagas até 31/12, são consideradas como restos a pagar não processados. Assim, "os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária". (art. 103, parágrafo único da Lei nº 4.320/64).

Principais grupos de ingressos financeiros do INES

INGRESSOS	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
Transferências financeiras recebidas	138.609.487,84	140.432.857,52	-1,30%	79,92%
Recebimentos extraorçamentários	14.575.951,65	26.291.206,48	-44,56%	14,96%
Caixa e Equivalente de Caixa	8.363.693,94	8.984.038,08	-6,90%	5,11%
Total das Despesas:	161.549.133,43	175.708.102,08	-8,06%	100,00%

Fonte: SIAFI WEB 2021

Em: 18/03/2022

Dispêndios financeiros

Do grupo dos Dispêndios (desembolsos) realizados pelo INES, as despesas orçamentárias apresentaram o maior montante em termos monetários e correspondem a 84,31% do total dos dispêndios do INES. Elas referem-se, em grande parte, aos repasses financeiros recebidos da (administração central) para pagamento de despesas do exercício corrente (*Resultantes da Execução Orçamentária*).

Principais grupos de dispêndios financeiros do INES

DISPÊNDIOS	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
Despesas Orçamentárias	136.199.783,09	147.390.252,42	-7,59%	84,31%
Transferências Financeiras Concedidas	373.374,91	57.534,76	548,96%	0,23%
Despesas Extraorçamentárias	15.491.823,52	19.896.620,96	-22,14%	9,59%
Caixa e Equivalentes de Caixa (Exercício anterior)	9.484.151,91	8.363.693,94	13,40%	5,87%
Total das Despesas:	161.549.133,43	175.708.102,08	-8,06%	100,00%

Fonte: SIAFI WEB 2021

Em: 18/03/2022

As despesas orçamentárias possuem duas classificações, ordinárias e vinculadas. As *Despesas Orçamentárias Ordinárias* compreendem as despesas de livre alocação entre a sua origem e a aplicação de recursos destinadas a atender a quaisquer finalidades. As *Despesas Orçamentárias Vinculadas* compreendem aquelas cuja destinação é definida em lei, estando os recursos atrelados a determinados programas, atividades, órgãos ou fundos e, no caso do INES, a Previdência Social (RPPS) e ao FNDE. As despesas vinculadas do INES obtiveram um decréscimo de 36,90% em comparação com 2020, ocasionado principalmente pela diminuição de 49% na conta Previdência Social (RPPS) ocasionado pela equalização das contas de previdência social do Instituto.

Composição das despesas orçamentárias do INES

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
Ordinárias	91.616.327,90	76.738.477,00	19,39%	67,27%
Vinculadas	44.583.455,19	70.651.775,42	-36,90%	32,73%
Total das Despesas:	136.199.783,09	147.390.252,42	-7,59%	100,00%

Fonte: SIAFI WEB 2021

Em: 18/03/2022

Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	139.285.163,74	140.523.120,29
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostos		
Taxas		
Contribuições de Melhoria		
Contribuições		
Contribuições Sociais		
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		
Contribuição de Iluminação Pública		
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		
Venda de Mercadorias		
Vendas de Produtos		
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		
Juros e Encargos de Mora		
Variações Monetárias e Cambiais		
Descontos Financeiros Obtidos		
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		
Aportes do Banco Central		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
Transferências e Delegações Recebidas	138.690.789,30	140.466.596,31
Transferências Intragovernamentais	138.609.487,84	140.432.857,52
Transferências Intergovernamentais		
Transferências das Instituições Privadas		
Transferências das Instituições Multigovernamentais		
Transferências de Consórcios Públicos		
Transferências do Exterior		
Execução Orçamentária Delegada de Entes		
Transferências de Pessoas Físicas	12.610,00	
Outras Transferências e Delegações Recebidas	68.691,46	33.738,79
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	540.000,00	
Reavaliação de Ativos		
Ganhos com Alienação		
Ganhos com Incorporação de Ativos	540.000,00	
Ganhos com Desincorporação de Passivos		
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	54.374,44	56.523,98
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		
Resultado Positivo de Participações		
Operações da Autoridade Monetária		
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	54.374,44	56.523,98

Fonte: SIAFI WEB 2021

Em: 18/03/2022

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	138.069.386,29	141.116.389,89
Pessoal e Encargos	63.292.919,10	60.762.090,16
Remuneração a Pessoal	50.447.329,65	48.026.571,45
Encargos Patronais	10.154.601,26	9.777.529,86
Benefícios a Pessoal	2.690.988,19	2.957.988,85
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	59.198.134,08	59.892.802,87
Aposentadorias e Reformas	49.183.334,12	50.298.427,32
Pensões	9.034.176,30	8.657.479,55
Benefícios de Prestação Continuada		
Benefícios Eventuais		
Políticas Públicas de Transferência de Renda		
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	980.623,66	936.896,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	14.492.206,19	20.144.822,61
Uso de Material de Consumo	686.385,91	639.465,66
Serviços	13.680.019,39	19.225.531,52
Depreciação, Amortização e Exaustão	125.800,89	279.825,43
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		
Juros e Encargos de Mora		
Variações Monetárias e Cambiais		
Descontos Financeiros Concedidos		
Aportes ao Banco Central		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		
Transferências e Delegações Concedidas	373.374,91	57.534,76
Transferências Intragovernamentais	373.374,91	57.534,76
Transferências Intergovernamentais		
Transferências a Instituições Privadas		
Transferências a Instituições Multigovernamentais		
Transferências a Consórcios Públicos		
Transferências ao Exterior		
Execução Orçamentária Delegada a Entes		
Outras Transferências e Delegações Concedidas		
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	544.065,91	133.888,86
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		
Perdas com Alienação		
Perdas Involuntárias		
Incorporação de Passivos		
Desincorporação de Ativos	544.065,91	133.888,86
Tributárias	13.499,53	11.218,64
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.085,31	1.041,60
Contribuições	12.414,22	10.177,04
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		
Custo das Mercadorias Vendidas		
Custos dos Produtos Vendidos		
Custo dos Serviços Prestados		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	155.186,57	114.031,99
Premiações		
Resultado Negativo de Participações		
Operações da Autoridade Monetária		
Incentivos	155.186,57	113.986,54
Subvenções Econômicas		
Participações e Contribuições		
Constituição de Provisões		
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		45,45
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	1.215.777,45	-593.269,60

Fonte: SIAFI WEB 2021

Em:18/03/2022

Notas explicativas

Resultado patrimonial do período

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio no exercício, isto é, evidencia as alterações nos bens, direitos e obrigações do órgão, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, agregado ao Patrimônio Líquido no grupo de “Resultados Acumulados”, item Resultado do Exercício. Em suma, a DVP evidencia a contrapartida (aumentativa ou diminutiva) dos registros realizados no Balanço Patrimonial, que aumentam ou diminuem o patrimônio.

No exercício de 2021, o INES apresentou um resultado patrimonial positivo de R\$ 1.215.777,45. Em comparação com 2020 houve um aumento de cerca de 300% que fechou com um déficit, as variações diminutivas (desincorporações de ativos e incorporações de passivos) foram superiores às patrimoniais aumentativas (incorporações de ativos e desincorporações de passivos).

Resultados patrimoniais do período

Demonstração das Variações Patrimoniais	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Variações Patrimoniais aumentativas	139.285.163,74	140.523.120,29	-0,88%
Variações Patrimoniais diminutivas	138.069.386,29	141.116.389,89	-2,16%
Resultado Patrimonial do período:	1.215.777,45	-593.269,60	-304,93%

SIAFI WEB 2021

Em: 18/03/2022

Variações Patrimoniais Aumentativas

No exercício de 2021, das Variações Patrimoniais Aumentativas, o item mais expressivo que teve a maior contribuição para o resultado positivo do período foi o de “Transferências e Delegações Recebidas”, com R\$ 138,690 milhões, representando um percentual acima dos 99% do total das VPAs.

Variações Patrimoniais Diminutivas

As “Variações Patrimoniais Diminutivas” apresentaram o saldo de R\$ 138,069 milhões no encerramento do ano de 2021. O item que apresenta o maior montante dentro das VPDs é o de “Pessoal e encargos”, com R\$ 63,292 milhões, o qual teve um acréscimo de 4% comparando com 2020. Esse item refere-se ao pagamento de salários do pessoal ativo, encargos e benefícios de pessoal. Outro grupo dentro das variações diminutivas que obteve uma variação expressiva foi o item “serviços” com a variação a menor de 29%.

Demonstração dos fluxos de caixa

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.187.618,89	-254.708,60
INGRESSOS	139.048.359,29	140.491.179,06
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades		
Outras Receitas Derivadas e Originárias		
Transferências Recebidas		
Intergovernamentais		
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Recebidas		
Outros Ingressos Operacionais	139.048.359,29	140.491.179,06
Ingressos Extraorçamentários	371.887,01	1.797,56
Transferências Financeiras Recebidas	138.609.487,84	140.432.857,52
Arrecadação de Outra Unidade	66.984,44	56.523,98
DESEMBOLSOS	-136.860.740,40	-140.745.887,66
Pessoal e Demais Despesas	-126.179.983,80	-131.107.257,02
Legislativo		
Judiciário		
Essencial à Justiça		
Administração		
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social		
Previdência Social	-58.166.747,60	-58.684.445,60
Saúde		
Trabalho		
Educação	-68.013.236,20	-72.422.811,42
Cultura		
Direitos da Cidadania		
Urbanismo		
Habitação		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços		
Comunicações		
Energia		
Transporte		
Desporto e Lazer		
Encargos Especiais		
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		
Juros e Encargos da Dívida		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		
Outros Encargos da Dívida		
Transferências Concedidas	-9.935.494,68	-9.579.298,32
Intergovernamentais		
A Estados e/ou Distrito Federal		
A Municípios		
Intragovernamentais	-9.935.494,68	-9.579.298,32
Outras Transferências Concedidas		
Outros Desembolsos Operacionais	-745.261,92	-59.332,32
Dispêndios Extraorçamentários	-371.887,01	-1.797,56
Transferências Financeiras Concedidas	-373.374,91	-57.534,76

Fonte: SIAFI WEB 2021

Em: 18/03/2022

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.067.160,92	-365.635,54
INGRESSOS		
Alienação de Bens		
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		
Outros Ingressos de Investimentos		
DESEMBOLSOS	-1.067.160,92	-365.635,54
Aquisição de Ativo Não Circulante	-888.323,03	-365.635,54
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		
Outros Desembolsos de Investimentos	-178.837,89	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
Operações de Crédito		
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		
Transferências de Capital Recebidas		
Outros Ingressos de Financiamento		
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da Dívida		
Outros Desembolsos de Financiamento		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.120.457,97	-620.344,14
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	8.363.693,94	8.984.038,08
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	9.484.151,91	8.363.693,94

Fonte: SIAFI WEB 2021

Em: 18/03/2022

Notas explicativas

Ingressos de caixa

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no BF. No exercício de 2021, a geração líquida de caixa foi positiva em R\$ 1.120.457,97, com um aumento de 280% em relação ao exercício anterior, visto que, no exercício a geração líquida da caixa foi negativa.

Geração de caixa e equivalente de caixa - saldo inicial e final			
Resultado Financeiro BF x DFC	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Caixa e equivalentes de caixa final	9.484.151,91	8.363.693,94	13,40%
Caixa e equivalentes de caixa inicial	8.363.693,94	8.984.038,08	-6,90%
Geração Líquida de Caixa e equivalentes de caixa:	1.120.457,97	-620.344,14	280,62%

Fonte: SIAFI WEB 2021

Em: 18/03/2022

Adiante, são apresentadas as atividades que contribuem para a formação de caixa do órgão. **As atividades operacionais** compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão. **As atividades de investimento** estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão, por tratar-se de investimentos. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em

espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos. (<http://www.tesouro.gov.br/-/glossario>) **As atividades de financiamento** compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida.

Geração de caixa e equivalente de caixa - Atividades

ATIVIDADES	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.187.618,89	-254.708,60	-958,87%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.067.160,92	-365.635,54	191,86%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Geração Líquida de Caixa e equivalentes de caixa:	1.120.457,97	-620.344,14	-280,62%

Fonte: SIAFI WEB 2021

Em: 18/03/2022

Contabilidade do INES

O INES é órgão singular da estrutura do Ministério da Educação, e sua Contabilidade é de responsabilidade desse Ministério. As responsáveis são as Contadoras Núcia Ferreira da Silva, designada pela Portaria MEC nº 55, de 21/01/2010 para o cargo de Coordenadora de Contabilidade, sendo sua substituta eventual a Contadora Deborah Aires Nepomuceno de Andrade, Coordenadora de Contabilidade e Custos, designada pela Portaria MEC nº 951, de 14/6/2019.

A Contabilidade interna do Instituto está estruturada dentro do Departamento de Planejamento e Administração (DEPA), que abriga uma Coordenação de Programação Orçamentária e Financeira (COF), com as seguintes competências:

- Elaborar, coordenar, orientar e controlar as atividades de programação orçamentária e financeira do INES;
- Propor a abertura de créditos adicionais e extraorçamentários;
- Controlar os saldos orçamentários e financeiros da instituição, bem como avaliar relatórios, através de informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal SIAFI;
- Controlar, analisar e avaliar, orçamentária e financeiramente, os planos, programas, projetos e atividades do Instituto;
- Controlar, acompanhar e registrar as despesas de pessoal, através do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE; VI - elaborar relatório orçamentário e financeiro para a prestação de contas anual do Órgão.

A COF conta com uma Divisão de Execução Financeira (DIEF), à qual compete:

- Realizar a execução orçamentária e financeira dos recursos do INES, observada a legislação reguladora da matéria;
- Controlar, orçamentária e financeiramente, suprimentos de fundo, acordos, contratos, convênios e outras formas de ajustes firmados pelo Instituto;
- Controlar e acompanhar o registro sistemático da disponibilidade financeira para despesas de pessoal, bem como outras despesas correntes e de capital;
- Processar a conformidade contábil referente aos processos empenhados e liquidados;
- Contabilizar a folha de pagamentos do INES.

A composição da COF é a seguinte: Antonio Rosa Correia, Coordenador de Programação Orçamentaria e Financeira (Portaria MEC nº 921, de 22/9/2009, publicada em 23/9/2009; Fernando Braga Neiva, Portaria INES nº 129, de 30/5/2015, publicada em 31/3/2015, Chefe da Divisão de Execução Financeira – DIEF; e Mário César dos Santos, Contador e Responsável pela conformidade de registro de gestão (Portaria INES nº 393, de 17/12/2014, publicada em 22/12/2014).

Observação sobre apontamentos de órgãos de controle

Em 2021, não houve pendências de atendimento a recomendações ou apontamentos de órgãos de controle.